CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA

(ORGANIZADOR)

VOLUME 11

Editora Poisson

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 11

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2026

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c
Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 11 / Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva – Belo Horizonte MG: Editora Poisson, 2026. 123 p.

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-656-1
DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas. 1. SILVA, Anderson Lincoln Vital da 2. Título

CDD-300

SÔNIA MÁRCIA SOARES DE MOURA – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: O território como expressão das contradições sociais e do trabalho no campo 06

Romulo Luiz Silva Panta, Ivan Targino Moreira

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.01

Capítulo 2: Entre modernidade e moralidade: o silêncio sobre a história das mulheres nos eventos fundadores de Teixeira de Freitas, BA 18

Priscila Santos da Glória, Edson Silva de Farias

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.02

Capítulo 3: Moda e patrimônio: estudo e preservação de vestimentas e acessórios dos séculos XX e XXI 27

Ronaldo Salvador Vasques, Ana Laura Correia Bittencourt, Fabrício de Souza Fortunato

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.03

Capítulo 4: A aposentadoria do servidor público como luto institucional: identidade, ajustamento e reconstrução de sentido na transição pós-carreira 38

Sérgio Raimundo Ernesto Machado, Jefferson Gil da Rocha Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.04

Capítulo 5: Impacto da rotina acadêmica na alimentação, sono e atividade física entre universitários no município de Itapetinga-Bahia 50

Lívia Santos Carneiro, Laís Hanna Ferraz Amorim, Pedro Lucas Souza de Andrade, Murilo Marques Scaldaferri

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.05

Capítulo 6: Uma visão sociológica crítica sobre o atendimento médico..... 58

Oscar Edgardo Navarro Escobar

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.06

Capítulo 7: Da vulnerabilidade à afirmação: um percurso teórico-empírico sobre habilidades sociais e psicoterapia neuroafirmativa 70

Fabio Biasotto Feitosa

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Integração entre terapia cognitivo-comportamental e treinamento de habilidades sociais em um caso clínico de luto e trauma na vida adulta 79

Kamilli Emilli Juliatti da Silva, Fabio Biasotto Feitosa

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.08

Capítulo 9: O manejo da suicidalidade no campo da saúde mental: contribuições da terapia cognitivo-comportamental 90

Anna Carolina Augusto Pereira, Fabio Biasotto Feitosa

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.09

Capítulo 10: O impacto da Psicologia educacional em ocupações: entre a aprendizagem e a solidariedade 104

André Rocha Batista Junior, Glayce Kelly da Silva Guimarães, João Henrique Freitas Villani, Profa. Dra. Juliana Santos Graciani, Leonardo José Monteiro da Silva, Lorena Aparecida Eloy Gomes, Natalia Silva Almeida, Thaissa Câmara Franco

DOI: 10.36229/978-65-5866-656-1.CAP.10

Autores 120

Capítulo 1

O território como expressão das contradições sociais e do trabalho no campo

Romulo Luiz Silva Panta
Ivan Targino Moreira

Resumo: O território como conceito e como categoria, pois possibilita a leitura das contradições sociais que se estabelecem no uso e controle da terra, movidas pelas relações sociais de produção que afetam a população que a ocupa, e que está imersa no constante e dialético processo de transformação social. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender o conceito de território dentro do movimento dialético das contradições sociais das classes que coabitam o campo, portanto se estabelecem sob uma base territorial. Como escopo teórico se ampara nos referenciais de Raffestin (1993), Quani (1974), Moraes (2000), Saquet e Antonello (2010) e Oliveira (1999, 2000 e 2001), entre outros. Estes autores trabalham o território como categoria analítica originada a partir das relações de poder, uso e dominação de uma porção apropriada do espaço geográfico. Esse trabalho é uma fração da pesquisa de doutorado intitulada: *"O processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato assentado em Sapé-PB"*. Como recurso metodológico, o artigo foi construído a partir da compreensão do materialismo histórico e dialético. Para construção do trabalho foram realizadas sólidas pesquisas teórica e empírica, sendo esta última realizada em 68 (sessenta e oito) famílias assentadas, de 04 (quatro) assentamentos da Reforma Agrária, no município de Sapé-Paraíba.

Palavras-chave: Território, Trabalho, Contradições;

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da tese de doutorado em Geografia, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, cujo título: O processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato assentado em Sapé-PB. O objetivo do trabalho é compreender o conceito de território dentro do movimento dialético das contradições sociais das classes que coabitam o campo, portanto se estabelecem sob uma base territorial.

Compreendemos o território como um elemento chave para a compreensão da totalidade dos estudos em geografia, em especial para a geografia agrária, seu princípio elementar de que todas as relações humanas e se processam sobre uma base territorial, que carrega em si a multidimensionalidade do poder, que é a característica peculiar da categoria.

Nesta compreensão, o território se materializa a partir das contradições sociais, se dá pela perspectiva não unilateral do capital e da conformação de um território em disputa, resultante do movimento das contradições permanentes que se estabelecem na terra. Assim, compreendemos que o território não é homogêneo, pois o próprio desenvolvimento do capitalismo abrangeu a permanência das relações de produção não capitalistas, que coexistem subordinadas ao capital.

Tomamos por base os referenciais de Raffestin (1993), Quani (1974), Moraes (2000), Saquet e Antonello (2010) e Oliveira (1999, 2000 e 2001), entre outros. Estes autores trabalham o território como categoria analítica originada a partir das relações de poder, uso e dominação de uma porção apropriada do espaço geográfico.

Como recurso metodológico, o artigo foi construído a partir da compreensão do materialismo histórico e dialético. Para construção do trabalho foram realizadas sólidas pesquisas teórica e empírica, sendo esta última realizada em 68 (sessenta e oito) famílias assentadas, de 04 (quatro) assentamentos da Reforma Agrária, no município de Sapé-Paraíba, ais quais trabalhos os resultados pontuais.

2. DISCUSSÕES

Nossa discussão parte do entendimento do território como conceito e como categoria, pois possibilita a leitura das contradições sociais que se estabelecem no uso e controle da terra, movidas pelas relações sociais de produção que afetam a população que a ocupa, e que está imersa no constante e dialético processo de transformação social.

No Brasil, a formação territorial é pautada pela lógica do desenvolvimento desigual e combinado, enquanto manifestação do modo de produção capitalista "que se assenta na dualidade estrutural enquanto expressão do antagonismo capital-trabalho" (Rummert; Algebaile; Ventura, 2013, p.735). Essa dinâmica manifesta-se também na relação terra e capital e perdura no tempo.

Martins (1979) discorreu amplamente sobre o processo de aliança que se deu entre terra e capital ao longo do tempo, a exemplo da Lei de Terras de 1850[1], do decreto de Lei de

[1] A Lei de Terras separou os direitos de posse e domínio. A partir dela, o Estado brasileiro que dominava todas as terras, permitiu a apropriação das frações territoriais brasileiras à classe dominante, ou seja, possuidora de dinheiro, ou mesmo, permitiu a grilagem reconhecendo títulos particulares, e assim, reforçou a propriedade privada da terra, excluindo os despossuídos de recursos do contrato social. (Martins, 1997).

Getúlio Vargas[2], do programa de legalização das terras na Amazônia durante a ditadura militar[3], e do Programa Terra Legal[4], de 2009.

Desta forma, verificamos que a terra no Brasil, se configurou historicamente como uma mercadoria especial, pois funciona como reserva de valor e reserva patrimonial para a classe dos latifundiários. Esta classe possui representação na esfera política e jurídica, quando não transitam entre elas concomitantemente, para assim chancelar, conservar, representar seus interesses e estabelecer o monopólio sobre a propriedade privada da terra (Oliveira, 1997; 2007).

Segundo Marx (2013), a consolidação da propriedade privada da terra, por parte de uns poucos, necessariamente, implica na exclusão de muitos outros. Esse é um fundamento capitalista, ou seja, é o estabelecimento da propriedade privada de um meio de produção pelo capital, pois o capital não pode existir sem a propriedade privada de terras, como meio de produção para o capital. De lá ele extrai e se apropria da renda gerada, sem a necessidade de imputar valor pelo trabalho, já que a terra não implica na construção do trabalho humano, ela se transfigura como mercadoria no capitalismo a partir da apropriação e uso.

Na compreensão marxista, são três as formas de apropriação das terras. A primeira forma se dá pela conformação da terra como propriedade privada, ou seja, sua apropriação absoluta como reserva de valor, pois a terra, quanto disposta ao mercado, permite ao proprietário a apropriação de uma fração global da mais-valia expressa pelo preço pago por ela na hora da venda. Assim, a retenção da terra, já garante o processo de salvaguarda da acumulação para o capitalista, pois mesmo sem possuir valor, possui preço, constituído pela instituição da propriedade privada, que é rentista.

A segunda forma refere-se ao processo de monopolização da terra pela estrutura dominante, ou seja, a capacidade constituída a partir da grande propriedade em captar, pelo simples fato de se constituir propriedade privada da terra, a renda absoluta. Em terceiro, a condição da renda diferencial, ou seja, a capacidade peculiar que possui determinada fração da terra em gerar um equivalente maior, que resultaria em uma apropriação maior de trabalho.

Assim, o capital recria valor através da apropriação da renda gerada pela terra, que é constituída pelo simples fato de possuir sua propriedade deliberada desse meio de produção. Aí que reside o impasse territorial, pois a renda da terra, além de ser um tributo conformado pelo caráter patrimonial da terra, é uma criação articulada do capital em seu movimento contraditório, de apropriação do produto gerado na produção não retribuído pelo simples fato da manutenção da propriedade. Neste ínterim, são mantidas e subordinadas, respectivamente, a estrutura de produção da propriedade capitalista e da não capitalista (Oliveira, 2007).

Tal compreensão sinaliza para o processo não unilateral do capital e da conformação de um território em disputa, resultante do movimento das contradições permanentes que se estabelecem na terra. Assim, compreendemos que o território não é homogêneo, pois o

[2] O decreto-Lei número 19.924 de 27 de abril de 1931, promulgado por Getúlio Vargas, legalizou todas as concessões de terras e posses, da extensão que fossem, realizadas durante o Período Imperial e da Primeira República.

[3] No período militar, segundo Oliveira (2011), a grilagem de terras no Brasil, sobretudo na Amazônia, foi realizada mediante perspicazes estratégias dos grileiros, que tinham a chancela do Estado, principalmente em ocupações de terras públicas.

[4] O Programa Terra Legal é uma iniciativa do governo brasileiro, criada pela Lei nº 11.952 de 2009, com o objetivo de regularizar terras públicas federais na Amazônia Legal.

próprio desenvolvimento do capitalismo abrangeu a permanência das relações de produção não capitalistas, que coexistem subordinadas ao capital.

O movimento de expansão do capitalismo sobre o território reproduz mecanismos dialeticamente relacionados à necessidade de expansão sobre os territórios não capitalistas. Luxemburgo (1985), já colocava que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não capitalistas. As bases sociais de produção reiteram seus esquemas de reprodução a partir do controle dos meios de produção, entre eles, a terra, e, também, da força de trabalho, que no capitalismo, o domínio exercido sobre estes elementos configura e compacta a formação territorial.

Desta forma, o conceito de território aqui compreende o movimento dialético que se estabelece sob uma base territorial, e se ampara, portanto, nos referencias de Raffestin (1993), Quani (1974), Moraes (2000), Saquet e Antonello (2010) e Oliveira (1999, 2000 e 2001), entre outros. Estes autores trabalham o território como categoria analítica originada a partir das relações de poder, uso e dominação de uma porção apropriada do espaço geográfico. Nesta perspectiva, o território possui funções econômicas, políticas, simbólicas e, carregam em si, identidade e experiência.

Claude Raffestin (1993), referenciando-se em Lefebvre, afirma que o território é um "espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder, onde em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores signatários" que produzem territórios. O território, nesta compreensão, não é o espaço geográfico, mas as relações de poder que estão sempre se transformando, diante de uma base material tipificada na terra, na terra usada e nas contradições contidas em seu uso. O autor parte de "uma explicação da realidade material, compreendendo que as relações sociais efetivadas entre os sujeitos e os objetos", dinamizam na história, e se concretizam no território e em suas territorialidades (Raffestin, 1993, p. 152).

Para Raffestin (1993), o poder é conceito fundante para se entender o conceito de território. Em sua compreensão, ele está conectado diretamente ao trabalho como elemento ontológico das relações de poder que se materializam sob o espaço, e o conforma em território. Desse modo, o território é o espaço produzido pelas relações do trabalho humano. "O trabalho seria o vetor mínimo original" (*Ibidem*, p. 56), que contém as disputas e contradições caracterizadas pelas relações de poder que transformam o espaço em território como esse campo de disputa que imprime na terra as transformações provocadas pelos homens a partir das relações sociais.

Por este prisma, espaço e território são categorias paralelas, que se interconectam pelo elemento trabalho:

> É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o autor "territorializa" o espaço (...) o território, nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (Raffestin, 1993, p.p. 143-144).

Faz-se necessário, então, como forma de melhor elucidarmos as categorias e conceitos, situarmos que trabalhamos com o conceito de espaço a partir da sua compreensão enquanto produto do trabalho, uma totalidade histórica concreta, ou seja, um espaço social que é constituído pelo todo, e é parte da sociedade. Para tanto, nos amparamos nas contribuições de Lefebvre (1981) e Ruy Moreira (1982).

O primeiro coloca o espaço como produto da transformação humana sobre a natureza, ou seja, é o espaço natural transformado pelo trabalho humano em um espaço social. O segundo compreende o espaço como a ação organizada pela coletividade dos homens a partir do trabalho social. Ou seja, o espaço é o agente de mutação do trabalho social realizado na primeira natureza, como matéria prima que, transformada, dá origem ao espaço geográfico.

Neste sentido, compreendemos que o espaço geográfico é organizado a partir das relações sociais de produção que imprimem na "forma, estrutura, função e processo" as marcas elaboradas pela sociedade, que tem sua organização mediada pelas transformações decorridas do trabalho e da divisão do trabalho. Portanto, ele é "uma instância subordinada e subordinante à lei da totalidade" e das contradições da relação homem e natureza e homem e sociedade (Santos, 1978, p. 145).

Santos (1996), influenciado pela perspectiva lefebvriana, chama atenção sobre a compreensão do espaço como um processo de produção específico onde os homens produzem condições materiais e culturais necessárias à sua existência, a partir de sua relação de dominação da natureza e das relações sociais de produção. Assim, o espaço assume as feições do modo de produção que lhe deu origem:

> Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. (...). Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis, (...) O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço (Santos, 1996, p. 88-163).

Na compreensão do autor, o espaço produzido socialmente é "o resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais" (*Ibidem*, 1996, p. 71). Assim, enquanto tal, é dinâmico, exprime a realidade e as contradições das condições da sociedade a partir das espacialidades. Não é um produto acabado, se transforma conforme a estrutura de produção do momento histórico.

Para Moreira (2013), no modo de produção capitalista, por exemplo, o espaço acha-se subordinado às necessidades de acumulação de capital na produção de mais-valia, conservando a dialética das classes sociais que se especializam. Ou seja, o espaço também é produto da contradição e se organiza segundo a estrutura de classe, "é este exatamente o nexo que funde o espaço e sociedade tornando-os uma mesma totalidade social", e o liga à derivação da dialética que forma o território (Moreira Ruy, 1980, p. 123).

Continuando as discussões sobre o espaço e o território, retomamos os referenciais de Raffestin (1993) na obra *Por uma Geografia do poder*, onde o autor faz contribuições sobre o seu entendimento das interconexões de espaço e território, expondo a importância da compreensão do espaço enquanto ação humana relevante do poder para a compreensão do último:

> Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território (Raffestin, 1993, p. 144).

Em suma, o autor compreende que a apropriação do espaço pelo trabalho gera tensões e conflitos, e interesses mediados pelo poder. Esses conflitos causam marcas e delimitações, inerentes às disputas que materializaram na terra, e são as marcas das relações sociais de produção de seu tempo, emanadas pelas relações de poder que se apoiam no espaço, constituindo, portanto, o território.

Em Moraes, o território é compreendido como uma construção histórica da relação entre sociedade e espaço, sendo ele, o território, o elemento de análise que permite a compreensão de uma totalidade geográfica do "processo historicamente determinado de incorporação de valor à superfície terrestre, materializando as relações sociais vigentes em uma paisagem e circunscrições de poder" (2000, p.p. 16-18).

O autor acrescenta:

> (...) o território é antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história. Em tal entendimento, o território emerge como uma totalidade para a geografia, um espaço dotado de historicidade própria que corresponderia à espacialidade de uma dada "formação econômica social" (Moraes, 2000, p. 21).

Assim, todo território e suas expressões têm suas bases históricas que condicionam o entendimento sobre sua conformação social e estrutural decorrente das relações sociais e geográficas acumuladas no passado e refletidas no processo das espacialidades da formação econômica e social.

Saquet e Antonello (2010) também privilegiam a compreensão do processo histórico e as relações sociais que se materializam na apropriação do espaço e conformação do território em suas expressões sociais, econômicas e culturais.

> Entendemos que o território é construído histórica e socialmente, por forças econômicas, políticas e culturais. Há um processo de apropriação do espaço, controle e dominação que gera certa formação territorial. A apropriação e a dominação são efetivadas por agentes sociais os mais diversos, como o Estado, cooperativas empresarialmente desenvolvidas, estabelecimentos comerciais, usineiros, instituições não governamentais, sindicatos, igrejas etc. São agentes econômicos, políticos e culturais que traçam e concretizam estratégias de controle e dominação, influenciando

> as pessoas em suas ações e reações cotidianas (...) gerando territórios controlados e paisagens definidas de acordo com as atividades realizadas (Saquet e Antonello, 2010, p. 407).

Desse modo, para Saquet (2007), o território contém ideologia, racionalidades, dimensão cultural e identidade, que se expressam a partir das relações sociais e nas contradições que decorrem da materialidade vivida das relações e reações cotidianas. Assim, o território remete também à compreensão da experiência vivida de afirmação dos sujeitos sobre a terra frente aos processos dialéticos que constituem a sociedade.

Contudo, as expressões das territorialidades não se dão apartadas das dimensões da materialidade, elas -as territorialidades- são expressões contumazes das experiências realizadas na sociedade e produzidas pelas relações sociais de produção, portanto, contém as contradições dialéticas e inerentes aos processos de reprodução social.

Neste sentido, trazemos a compreensão de Quani (1974), que destaca a importância da utilização de princípios do materialismo histórico e dialético na compreensão dos processos territoriais. Segundo o autor, a organização territorial do capitalismo é produto das relações historicamente determinadas, nas quais há exploração e expropriação do trabalho direto, e estas, estão no centro das abordagens.

Nesta compreensão, a relação capital-trabalho é a relação que constrói e organiza e reorganiza o território, e que se manifesta nas expressões da sociedade na terra, de modo mais evidente, das sociedades que necessitam da terra com elemento fulcral para o seu processo socioreprodutivo, e que é diretamente afetada pelos processos contraditórios que se expressam no território e nas territorialidades, como por exemplo, aqui analisado, a sociedade camponesa.

Desse modo, compreendemos o território como um elemento chave para a compreensão da totalidade dos estudos em geografia, em especial para a geografia agrária, dada a questão agrária[5] e o seu princípio elementar de que todas as relações humanas (construção-desconstrução, seja nas instâncias políticas, ideológicas, sociais ou econômicas) se processam sobre uma base territorial, que carrega em si a multidimensionalidade do poder, que é a característica peculiar da categoria.

Assim, como toda construção social-histórica ocorrida no campo agrário, que é contraditória, conserva, em uma mesma engrenagem, múltiplos sujeitos, distintos pelas relações sociais de produção, que emanam de disputas por suas territorialidades. Neste sentido, as apreensões do processo contraditório nos remetem à dialética da totalidade social e ao entendimento do território como conteúdo teórico-conceitual estabelecido a partir dos movimentos e das contradições das relações sociais de produção.

Neste prisma, ratificamos a fundamental importância deste contexto analítico para a geografia agrária e para as populações que vivem na terra e da terra, pois, reafirma o território como instância de poder e de disputas entre as classes distintas que o coabitam, que são movidas pelas inadequações estabelecidas entre as relações sociais de produção majoritárias e as relações sociais de produção minoritárias, na terra. Assim, colocamos que o território não é palco, não é receptáculo das transformações nem é resultado, ele é

[5] Às contradições que envolvem a questão agrária se fundamentam no tripé: terra-capital-trabalho. Esses três elementos estão inseridos no processo dialético entre avanços e recuos, peculiares ao movimento contraditório do capitalismo e sua ordem anômala, segmentada e intencional, que não aniquila as formações sociais, não necessariamente capitalistas, ao contrário, as subordina aos seus interesses.

produto formado, de base concreta e dinâmica, constituído a partir das contradições, das transformações e das lutas sociais estabelecidas na terra.

Com base no entendimento do território como produto das lutas sociais e de classe, trazemos os referenciais de Oliveira (1999):

> O território deve ser apreendido com síntese contraditória, como totalidade concreta do processo-modo de produção-distribuição-circulação-consumo e suas articulações e mediações (...). O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não um *prius* ou um a *priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (Oliveira, 1999, p. 74).

O autor coloca o território como instância de poder e de disputa, que se materializa na terra a partir da própria estrutura das relações sociais de produção. Assim, ele é síntese da dialética contida na totalidade concreta das relações sociais de produção. Ou seja, toda relação social de produção implica em uma articulação, bem como no distanciamento pelo conflito, com outras relações sociais de produção em uma formação social (política, econômica e ideológica).

Oliveira (1999) buscou em Marx os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo de produção capitalista, o que significa incluir o território entre as estruturas basilares do capitalismo, tendo em vista que "a relação direta com o trabalhador, com vistas à extração da mais-valia, ou trabalho não pago", é apenas uma das fisionomias do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da produção não necessariamente capitalista, como a camponesa, dentro de um *movimento desigual e contraditório*.[6]

Neste ponto, trazemos resultados pontuais da pesquisa que deu origem a este trabalho intitulada: *O processo de reprodução socioterritorial intergeracional do campesinato assentado em Sapé-PB*". Foram realizadas pesquisas teórica e empírica, sendo esta última, realizada em 68 (sessenta e oito) famílias assentadas de 04 (quatro) assentamentos da Reforma Agrária, no município de Sapé-Paraíba. Nosso intuito, foi de compreender como o território se expressa a partir das contradições sociais e da disputa de classes no campo.

Como já mencionado acima, a escala territorial abordada, compreendeu os Assentamentos rurais da Reforma Agrária, que tiveram origem no campo de disputa por terra, protagonizadas por classes sociais antagônicas. Sua origem, representa um resultado dessa disputa, onde a partir de forças centrípetas engrenadas, foi possível territorializar a sociedade camponesa, e, a partir de então, possibilitou sua reprodução social e econômica

Contudo, a territorialização camponesa nos Assentamentos não proporcionou o processo reprodução econômica autônoma. Sua reprodução se dá de forma subordinada a

[6] Corrente teórica que se fundamenta na vertente de compreensão a partir do desenvolvimento do capitalismo no campo que se dá a partir de um movimento desigual e contraditório. Isso quer dizer que com o avanço do capitalismo "ele produz e reproduz relações capitalistas e não tipicamente capitalistas. Ou seja, o primeiro movimento ocorre proletarizando os camponeses, no caso do agronegócio, ou em empregados dos capitalistas urbanos, industriais, comerciais ou financeiros", o segundo produz a reprodução camponesa no interior do capitalismo a partir dos processos contraditórios e desiguais. (Oliveira, 2004).

estrutura dominante. Desta forma, a organização da base espacial mediada por incentivo técnico dos programas de crédito, pelo circuito de canalização da produção, pelo destino da produção, e pelo mais valor contido nos produtos ofertados, fazem do território dos assentamentos frações camponesas, subordinadas ao território capitalista. Assim, o capital recria as estruturas, não necessariamente capitalista, para pontualmente as subordiná-las aos seus interesses, subsumindo as rendas da terra e do trabalho no seu processo de acumulação.

Desse modo, estamos diante da compreensão marxista do processo capitalista que cria e recria relações sociais de produção camponesas no campo- no território. Ele bloqueia as que limitam sua produção e transforma as desinteressantes, recriando-as para a sua reprodução ampliada. Mas, este processo não se dá por meio pacífico, pelo contrário, é estabelecido pelo conflito, pela luta entre as classes sociais que se manifestam em sua oposição pelo controle da terra.

Assim, ratificamos que a formação do território também é processo de luta de classes, das relações de trabalho, da distribuição do valor e da exploração do trabalho, e o campesinato está inserido neste processo. Ele se confronta, constantemente, com a estrutura do capital no processo de controle territorial, lutando para permanecer na terra e contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária que ocorre mediada pela circulação de sua produção e apropriação de seu trabalho ou não, esta última, polo garantidor do processo de reprodução ampliada.

Sobre isto, comenta Oliveira (2001):

> (...) os camponeses lutam teimosamente no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século XIX foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, "sem terra", que lutam para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência (Oliveira, 2001, p. 189).

Neste sentido, compreendemos que o campesinato não é um estamento pré-capitalista, mas um conjunto de trabalhadores que vive na contradição em modo de produção que tanto o repele, quanto o reproduz estrategicamente. Essa ambiguidade de posições dirige a luta, o enfrentamento dessa estrutura que confronta sua própria existência. A luta não é somente por terras, ou para permanecer nela, e sim por territórios, pela capacidade de vida que ele lhes propicia, e vida em coletividade, pois o campesinato não é um sujeito impessoal, mas um conjunto de indivíduos unidos a um elo, à base territorial que possa lhes garantir a sobrevivência e produzir e se recriar em perspectiva intergeracional.

Desse modo, nossa compreensão sobre o conceito de território se dá a partir do entendimento da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua

existência. Assim, o território é produto das dinâmicas sociais coletivas, das lutas de classes travadas, é movimento, produto concreto. Pressupõe materialidade objetiva da ação humana, lugar de acontecimentos e dos resultados das transformações decorridas na sociedade e manifestadas na terra.

Neste sentido, trazemos as referências de Thompson (1987). O autor considerou que a situação de classe[7] e os conflitos mediados entre elas, que no capitalismo se manifestam entre possuidores e despossuídos são elementos fundamentais para compreender os conteúdos sociais e territoriais no interior das relações sociais de produção. Estes conflitos são impressos na terra, mediados pelas lutas, perdas, conquistas, avanços e recuos. As lutas travadas pela divisão do trabalho da sociedade em classes afirmam sua existência e posicionamento ideológico, tendo como marca o confronto desigual e violento, produzindo diferentes territorializações e diferentes territorialidades.

De um lado, estão as classes dominantes, o latifúndio e conformação da propriedade privada da terra enquanto mercadoria inscrita no processo de reprodução e expansão homogênea do capital do fundiário rentista, da produção de *commodities* do agronegócio, na busca por ampliação da acumulação. Do outro lado, estão os camponeses e suas famílias na luta diária pela sua reprodução de base heterogênea, fundamentada na produção para sua existência, na busca por acesso à terra de trabalho e terra de moradia e para permanecer nela produzindo para vida, caracterizando-se, portanto, como uma luta anticapitalista.

Nesta perspectiva, Fernandes (2006) coloca que a formação da grande propriedade privada da terra tem sido o resultado do processo de luta entre latifundiários e as grandes empresas, com os indígenas, camponeses, sem terras, em um conflito permanente. Em nossa compreensão, este conflito estabelece as contradições da questão agrária nacional, que não foram resolvidas pela Reforma Agrária em seu movimento de territorialização, pois mesmo em se tratando de uma fração territorial reformada, ainda estamos diante de um território subordinado ao capital, mesmo que de forma não homogeneizada. Com efeito, o capital subordina as relações de produção e circulação que se expressam e conformam o território.

Em suma, compreendemos o território a partir dos processos de luta entre classes, aqui observadas entre os “pequenos” camponeses e a “grande" agricultura latifundiária entre os movimentos de territorialização e monopolização do capital e de territorialização camponesa. Este movimento é desigual e contraditório, portanto, prescinde de arranjos societários que, concomitantemente, reproduzem as relações sociais de produção capitalista e não capitalista.

3. CONSIDERAÇÕES

Compreendemos o território como resultado das contradições que se articulam nas esferas políticas, econômicas e nos processos sociais que estão em disputa, pois ele é dinâmico, se forma e se transforma pelas relações sociais vividas e de produção, que se

[7] Nossa compreensão sobre classe se dá a partir dos referenciais de Thompson (1987): “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram- ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são travadas em termos culturais, expressas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (1987, p.p. 9-10).

expressam na terra. O território não é uma instância, não é uma alegoria, ele é a base material que expressa a lutas sociais.

Desta forma, o território se configura como elemento das disputas entre as classes antagônicas, disputas estas que se materializam na terra. Ou seja, como coloca Thompson (1987), o território se constitui a partir dos conflitos mediados entre as classes sociais, que no capitalismo se manifestam entre "possuidores e despossuídos". Nesta compreensão de um lado estão a pequena produção dos camponeses assentados, lutando produzir alimentos e se reafirmarem na terra, de outro lado está o latifúndio, a grande produção, monopolizando o território e subordinando o trabalho na produção de mercadorias, pressionando a pequena a pequena produção.

As sociedades estão em palco das vivências, com todas suas singularidades se espacializam em um substrato material, a terra, produzindo o território e suas territorialidades. Nesta construção, ora os sujeitos- os camponeses assentados, constroem arranjos socioeconômicos que lhe permite usar o território vivido as suas necessidades, ora são repelidos pelo processo de subordinação a estrutura dominante que se ramifica as questões socioterritoriais.

Nesta trama das relações sociais e nas contradições contidas nelas, as classes sociais disputam espaço e território no campo, sendo este último resultado desse conflito. Contudo, nesta disputa a estrutura produtiva camponesa, enquanto uma menor estrutura, bem como o trabalho e a produção, por se intercambiar com a estrutura majoritária que subsumi o trabalho e subordina a produção este território se configura como um território capitalista. Mas, não podemos deixar de ressaltar, que neste processo contraditório, ao passo que a estrutura camponesa e o território são subordinados a estrutura dominante, suas territorialialidades, suas experiências socioterritorias também são reproduzidas, o que traz significado e importância aos fenômenos e processos territoriais.

REFERENCIAS

[1] FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST:movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec. 2006.

[2] LEFEBVRE, Henry. **La prodction de l'espece**. Paris: Éditions Antropos, 1981.

[3] LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

[4] MARTINS, José de Sousa. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

[5] MARTINS, José de Sousa. **Exclusão social e nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

[6] MORAES, Antonio Carlos Robert. Capitalismo geografia e meio ambiente. 2000. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000

[7] MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I, Livro II.: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

[8] MOREIRA RUY. "A geografia serve para desvendar as máscaras sociais". In: MOREIRA, Ruy. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed, Vozes, 1982.

[9] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

[10] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **150 anos do manifesto e a luta pela Terra no Brasil**. In: COGGIOLA, O. (org.) Manifesto do partido comunista ontem & hoje. São Paulo: Xamã, 1999.

[11] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e Migração: discussão conceitual na Geografia**. São Paulo: USP, (mimeo), 1999.

[12] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura brasileira transformações recentes.** Apud. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 3. Ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2000.

[13] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do capitalismo brasileiro: movimentos sociais conflitos e Reforma Agrária.In: **Estudos Avançados.** Vol. 15 nº 43. São Paulo, Set/Dez, 2001.

[14] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

[15] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

[16] OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: COMISSAO PASTORAL DA TERRA (org.) **Conflitos no Campo Brasil**-2010. Goiania PCT, 2011, v.1 p. 55-62.

[17] QUANI. Massimo. **Storia, geografia e território**. Sulla natura, gli scopi e i metodi dela geografia storica, Miscellane storica Ligure, 6, 7, 1974.

[18] PANTA, Rômulo Luiz Silva. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária de Sapé (PB). 2015 (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2015.

[19] RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

[20] RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILE, Eveline; VENTURA Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 18, n. 54, Set. 2013.

[21] SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

[22] SAQUET, M. A.; ANTONELLO, J. A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil). **Anais.** V SIMPGEO (Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Curitiba, 2010, p. 405-420.

[23] THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

Capítulo 2

Entre modernidade e moralidade: o silêncio sobre a história das mulheres nos eventos fundadores de Teixeira de Freitas, BA

Priscila Santos da Glória
Edson Silva de Farias

Resumo: Preocupados com os símbolos produzidos por uma memória cultural sobre a fundação da cidade de Teixeira de Freitas no extremo sul da Bahia encontramos em primeiro plano uma memória fixada pelos eventos fundadores da cidade que estão relacionados aos símbolos da modernidade: a construção da BR 101, a chegada das madeireiras, agropecuária e eucaliptocultura. Descortinando as manipulações do discurso no Jornal Alerta nos deparamos, em segundo plano, com o protagonismo do "Comércio dos Pretos" na fundação da cidade. O jornal em questão publica anualmente uma edição comemorativa no dia da cidade, em 09 de maio, reafirmando os símbolos da modernidade descritos, e embora o "Comércio dos Pretos" apareça na publicação, é denominado como "comercinho" o que nos leva há uma leitura que intersecciona classe e raça. Mas, o incômodo como leitora atenta permanece, onde estão as mulheres na fundação de Teixeira de Freitas? Precisamos então acionar a categoria de gênero para interrogar as fontes jornalísticas, memorialísticas e historiográficas em busca de respostas (Perrot, 2008). É problematizando os esquecimentos (Ricoeur, 2000) em torno da memória pública da cidade que vamos trilhar um caminho para encontrar essas mulheres. Nos apoiaremos na revisão bibliográfica dos estudos de Suzana Ferreira (2010) e Mirla Correia (2018) para problematizarmos o silêncio em torno da história das mulheres na fundação de Teixeira de Freitas.

Palavras-chave: Silêncio, História das Mulheres, Modernidade, Moralidade.

1. O SILÊNCIO/ESQUECIMENTO DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Ferreira (2010) reconstituindo a trajetória das famílias negras fundadoras do "Comércio dos Pretos" se deparou com a afirmação "que as mulheres da família não se lembrariam de nada", caso fossem procuradas para conceder entrevistas. A própria pesquisa de Ferreira (2010) demonstrou o contrário, não só como as mulheres estiveram presentes de forma ativa no início do povoado, como guardam memórias sobre o mesmo. A partir do "Comércio dos Pretos" Teixeira foi crescendo, e com a chegada das madeireiras foi aberta a primeira estrada de rodagem que atraiu pessoas do Espírito Santo e Minas Gerais, nessa leva migratória também vieram mulheres que se destacaram na formação da Rua Mauá, também conhecida como "Rua do Brega". A pesquisa de Correia (2018) apresenta histórias e memórias dessas mulheres que no crescimento comercial/demográfico da cidade sobreviveram em meio à prostituição. Memórias esquecidas perante a narrativa de progresso de Teixeira de Freitas, e que até hoje são silenciadas. O presente texto busca questionar a memória pública de Teixeira de Freitas que silencia/esquece a presença feminina na fundação/ crescimento da cidade.

A história de Teixeira de Freitas foi escrita por memorialistas e reafirmada pelo Jornal Alerta, jornal mais antigo da cidade. Nesta narrativa sempre houve um destaque para a chegada das madeireiras dos capixabas e a agropecuária com a migração advinda de Minas Gerais, como também de algumas famílias oriundas do sudoeste baiano que já criavam gado em sua região. A migração dessas famílias, denominadas de pioneiras, sempre foram relacionadas à abertura de estradas de rodagem na década de 1960, e em seguida (1970) a construção da BR 101, a qual foi atrelada à chegada do progresso e da modernidade na região extremo sul da Bahia. De forma bem menos enfática a narrativa dessa história, tomada como oficial, incluiu entre as famílias pioneiras famílias negras que desenvolveram o denominado "Comércio dos Pretos" junto à abertura da primeira estrada de rodagem por Eleosippo Cunha, dono de uma das madeireiras capixabas que chegou à região para a derrubada e o beneficiamento da madeira oriunda da Mata Atlântica. O "Comércio dos Pretos" foi descrito pelo jornal como "comercinho da mata", como "a primeira coisa que se botou pra vender foi à pinga"[1].

Ferreira, mulher negra, jornalista na cidade, se viu extremamente incomodada por essa narrativa, e decidiu em meio à conclusão do curso de História da UNEB, campus Teixeira de Freitas, realizar uma pesquisa monográfica sobre o "Comércio dos Pretos". Na pesquisa (2010) ela descreve a trajetória das famílias negras, suas origens rurais em distritos das cidades de Caravelas e Alcobaça, ligando essa origem ao destino de ex-escravizados(as) no pós-abolição. Embora a palavra racismo só apareça em seu texto uma única vez, quando uma mulher entrevistada denuncia o racismo sofrido pela mesma na venda de seu pai no "Comércio dos Pretos", claramente a escrita de Ferreira denuncia o apagamento da contribuição da população negra na fundação de Teixeira de Freitas.

Interseccionada pela categoria de gênero Ferreira refina o seu olhar para questionar onde estariam as mulheres naquela narrativa oficial? De pronto ela encontrou resistência de um homem na inclusão das vozes femininas em suas entrevistas. Ferreira (2010) demonstrou que não só as mulheres estiveram presentes de forma ativa no início do povoado, como guardam memórias sobre o mesmo.

Michelle Perrot (2008, p. 16) já nos alertou que por um longo período da escrita da história, as mulheres foram "confinadas ao silêncio", como se estivessem fora dos

[1] Narrativa problematizada no texto: (Glória; Farias, 2023).

acontecimentos, nas fontes sempre vistas e relatadas por uma narrativa masculina, no entanto, segundo a autora, o "silêncio mais profundo é o do relato". Lembrando que mesmo o masculino silenciando a história das mulheres, elas não estiverem ausentes dos mais diversos discursos, "das mulheres, muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer" (Perrot, 2008, p. 22).

Joan Scott (1992, p. 78) questionou por que "as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante?". A autora denuncia uma "hierarquia implícita em muitos relatos históricos", em que há uma prioridade a história do homem, quando comparada a história da mulher. Perrot (2008, p. 19) nos informou que foi apenas com a virada antropológica em 1960 que houve o "advento da história das mulheres" nos Estados Unidos e na Grã- Bretanha, e em 1970 na França.

E nesse percurso a história das mulheres foi modificando seus objetos e perspectivas:

> Partiu de uma história do corpo e dos papeis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade (Perrot, 2008, p. 15-16).

O Jornal Alerta, em Teixeira de Freitas, garantiu todo o protagonismo da fundação da cidade aos homens, eles que migraram, derrubaram a mata, colocaram comércio, e abriram estradas. As mulheres vieram depois acompanhando seus maridos, delas sabemos só o nome, como a primeira telefonista Creuza Medeiros Nascimento, a primeira parteira Ana Marcília Dias e as professoras Marlene Câmera e Maria Ruy Cerqueira (Alerta, 2008). De onde vieram? Permaneceram na cidade? Eram brancas ou negras? Nada foi informado pela mídia em questão.

Felizmente, Ferreira (2010) que não se contentou com o silêncio imposto por um dos seus entrevistados, conseguiu cinco entrevistadas para sua pesquisa sobre o "Comércio dos Pretos" foram elas: "Valdeci Félix de Almeida, Maria Decília Romualdo, Nelzuíta Soares de Conceição, Francisca Deolindo Gomes e Dorêli Conceição Correia".

Valdeci Félix de Almeida nasceu no distrito de Barcelona, Caravelas, onde ajudava seu pai na lida com o roçado, relatou a Ferreira (2010, p. 50) que o pai de Valdeci era dono das terras da antiga lagoa que foi aterrada para a construção de um Shopping Center. Como os irmãos não queriam trabalhar nas terras, seu pai foi vendendo a propriedade aos poucos. Ela foi a única a permanecer, onde construiu uma casa, hoje localizada no bairro São Lourenço. Nunca se casou, mas "se amasiou" por duas vezes, quando engravidou, mas infelizmente os bebês não sobreviveram ao parto.

Maria Decília Romualdo, mãe de três filhos, embora não tenha estudado, assim como dona Valdeci, no trilhar da vida se formou em parteira, trazendo ao mundo muitas crianças, saiu da roça na zona rural de Caravelas para o bairro Vilas Vargas em Teixeira de Freitas em 1969. Ela rememora como acompanhava os homens da sua família no transporte da produção do roçado, faziam o caminho a cavalo até o KM 60 da Ferrovia Bahia-Minas, e pela estrada de ferro iam até Caravelas ou Nanuque vender seus produtos (Ferreira, 2010,

p. 52). Dona Decília é sobrinha de Manoel de Etelvina, um dos fundadores do "Comércio dos Pretos".

Nelzuíta Soares da Conceição nasceu no "Castelinho" na época zona rural do povoado de Teixeira em formação. A família era proprietária da Fazenda Jerusalém onde produziam cachaça, em 1970 tinha em torno de 30 funcionários, a cachaça seria patenteada como "Cachaça Glória", mas o reconhecimento não veio. Dona Nelzuíta relatou a Ferreira com tristeza, e ressentimento pela história narrada sobre a cidade não citar sua família entre os pioneiros, ela ressaltou o papel importante no comércio da cachaça que abastecia até Minas Gerais (Ferreira, 2010, p. 53-54). Esse silêncio/esquecimento tem um recorte racial, lembrando que a família em questão era negra de pele retinta.

Dona Nelzuíta relatou ainda que seu pai vendeu a propriedade ao primeiro prefeito de Teixeira de Freitas Temóteo Alves de Brito. O pai de dona Nelzuíta levou seus 21 filhos e mais 12 famílias para Goiás após a venda da propriedade em 1975. No entanto, dona Nelzuíta junto ao esposo e filhos voltaram de Goiás em 1978, fincando residência no bairro Recanto do Lago em Teixeira de Freitas, antes de ir para Goiás seu esposo comprou o terreno por 150 litros de cachaça. Hoje o bairro Recanto do Lago é um bairro da elite teixeirense, dona Nelzuíta contou a Ferreira (2010, p. 55) que sofrem preconceito quando dizem no comércio da cidade que moram no bairro, recebem olhares descrentes, "sem saber que a gente chegou aqui primeiro", afirmou a narradora. Mas, ela e sua família sonham com o retorno a zona rural, seu marido participa do MST no assentamento Bela Manhã, próximo ao município de Itamaraju, que faz limite com Teixeira de Freitas.

Francisca Deolindo Gomes teve uma trajetória um pouco diferente, embora também originária da zona rural de Caravelas, obteve estudo em Juerana, e se formou professora. Na época da pesquisa de Ferreira (2010) já estava aposentada e trabalhava com sua filha na feira do Mercadão aos fins de semana em Teixeira de Freitas, mesmo residindo na comunidade de São Benedito em Caravelas.

Dona Dôrelli Conceição Correia nascida na Fazenda Nova América, ponto importante do Comércio dos Pretos, que foi fundada por seu avô Manoel de Freitas Correia, advindo de Salvador no pós-abolição. Também estudou em Juerana, distrito de Caravelas, e depois foi exercer a profissão de professora a partir de 1949. Foi à primeira professora da Fazenda Nova América e da Fazenda Conceição[2], propriedades da família Correia, pontos importantes da fundação de Teixeira de Freitas.

Outro trabalho monográfico do curso de História da UNEB, campus Teixeira de Freitas, também tratou das memórias de mulheres e a formação da cidade. Mirla Correia (2018), também uma mulher negra como Ferreira, buscou problematizar o silêncio em torno das histórias das mulheres na cidade. Correia (2018) além de cursar História também trabalhava como cantora nos bares e restaurantes de Teixeira. Seu olhar, portanto, se voltou para as mulheres que de alguma forma ocupavam as ruas da cidade durante a noite, seu interesse, então, foi desvendar a história da denominada "Rua do Brega", ou Rua Mauá.

Estive na banca de Correia como avaliadora, e lembro-me da sua narrativa e preocupação em ter conseguido gravar entrevista apenas com uma mulher que reconheceu o trabalho da prostituição na "Rua do Brega. Correia enfatizou a dificuldade da pesquisa e da realização das entrevistas, mesmo a autora guardando a identidade das entrevistadas. A solução encontrada foi levar para sua escrita entrevistas com outros moradores da Rua

[2] A formação das professoras naquele período do povoado esteve atrelada a alfabetização, elas aprenderam a ler e escrever, e puderam ensinar tantas outras pessoas.

Mauá, um homem, e duas mulheres que viveram muito próximas a zona de prostituição, uma delas, herdou do marido um bar que servia para encontro entre os homens e as mulheres.

A dificuldade não deixou a pesquisa de Correia menos original e valiosa para conhecermos não só a história da "Rua do Brega", como a história das mulheres que migraram para Teixeira de Freitas de outras cidades e estados em busca de melhores condições de vida, e encontraram na prostituição um meio de sobrevivência, ponto que bordaremos a seguir.

Ferreira (2010) rompeu com o silêncio em torno da história das mulheres da cidade de Teixeira de Freitas, trazendo à tona trajetórias e memórias de mulheres migrantes da zona rural para a cidade. A escrita de Ferreira garante o protagonismo feminino na fundação e desenvolvimento do povoado, bem como na contribuição da alfabetização de crianças formadas por duas professoras. Correia (2018) adentrou o silêncio ainda mais carregado de estereótipos e misoginia, rompendo com o esquecimento, assim teria as mulheres da "Rua do Brega" direito à história e à memória?

2. A "RUA DO BREGA": MODERNIDADE E MORALIDADE

Acompanhando a corrente migratória de capixabas e mineiros para Teixeira de Freitas entre as décadas de 1960 a 1980 estão às mulheres. Sim! Embora elas pouco apareçam no Jornal Alerta elas não só acompanharam os projetos de futuro dos seus maridos, como também algumas delas migraram sozinhas em busca de melhores condições de vida e trabalho. É a monografia de Correia (2018), ao desvendar a história da Rua Mauá, também conhecida como a "Rua do Brega", que garante o protagonismo dessas mulheres na escrita da história Teixeirense.

A Rua Mauá está localizada bem próxima ao primeiro ponto de povoamento da cidade de Teixeira de Freitas, hoje Praça Castro Alves. Passando pela Praça, caminhando para o sul, entre algumas bifurcações está a Rua Mauá, atualmente bem movimentada por um comércio local.

Segundo Correia (2018), na década de 1950 a rua já era conhecida por abrigar o "baixo meretrício" da cidade, lá se encontrava o primeiro cemitério da cidade e também o "Café das Flores", bar importante para o desenvolvimento do meretrício, ou prostituição. Conforme o *Tirabanha*[3], o "Café das Flores" começou a funcionar em dias de feira livre, atendendo aos homens transeuntes e trabalhadores, no entanto devido a procura se tornou ponto de meretrício nos demais dias da semana. Correia (2018) destaca que o nome Mauá, tem relação com a narrativa dos homens que frequentavam o local, e diziam "Que mal há?". Correia destaca a narrativa de um homem que mora na rua até hoje, senhor Bernardo:

> Quando eu mudei pra aqui não existia. Aí depois que começou que fizeram as ruas dela aí, e aí foi o movimento, muito movimento... Depois desse movimento grande, aí que a cidade aumentou, que eu morava aqui encostado né? Muito movimento delas aí e tudo.... Já teve muita briga, muita cachaçada, muita morte aí dentro, isso tudo eu sei que eu vi, né? Daqui eu visualizava tudo (Bernardo *apud* Correia, 2018, p. 44).

[3] Disponível na internet: https://www.tirabanha.com.br/2014/11/22/os-causos-da-rua-do-brega-parte-01/ Acessado em 05 de jan. de 2026.

O primeiro ponto a ser destacado é a fala enfática que o morador chegou à rua antes do desenvolvimento da prostituição, talvez uma forma do mesmo não se sentir envolvido ao ramo de trabalho ali depositado. Depois ele afirma que à medida que a cidade foi crescendo, o movimento das mulheres foi aumentando, assim quanto mais à cidade ficava atrativa, especialmente ao aumento de postos de trabalho, mais migrantes chegavam. Nessa leva de migração é bom destacar a presença das mulheres pobres que viam na cidade uma possibilidade de trabalhar e garantir sua sobrevivência. Narrativa de dona Amélia, nome fictício, criado por Correia (2018) para garantir o anonimato às entrevistadas, demonstra a vontade de migrar por melhores condições de vida:

> Fiquei lá uns 8, 11 anos morando lá na rua Mauá. Não lembro quando cheguei. Eu desgostei do lugar que estava e vim. Eu vim com uma colega minha que falou que tinha trabalho em Teixeira, aí eu vim! Vim em busca de trabalho, era bar, bar e quartaria. Quartos das mulheres ficar com os homens, era um bordel (Amélia *apud* Correia, 2018, p. 49).

Dona Amélia é natural de Santo Antônio de Jacinto, MG, chegou a Teixeira de Freitas na década de 1980 após viver em Linhares – ES, onde trabalhava na roça. Em Teixeira trabalhou como doméstica até ir para a prostituição. No ano da pesquisa de correia, 2018, dona Amélia tinha 50 anos, a mesma afirma não se recordar exatamente o ano da sua chegada, mas estava próximo à década de 1980, assim dona Amélia chegou à cidade por volta dos doze anos de idade para trabalhar como empegada doméstica, e depois acabou no mundo da prostituição, sendo mais uma adolescente explorada sexualmente. Antes dos doze anos já trabalhava na roça em Linhares – ES, observamos que ela não teve infância, nem oportunidade de ir à escola, ou brincar de boneca, desde cedo tendo que garantir o próprio sustento. Em 2018, morava em outra localidade na cidade de Teixeira, no bairro Castelinho, com 50 anos, sem trabalho remunerado vivia da ajuda do ”marido” que no instante da pesquisa teve receio de dizer o nome.

Rachel Soihet (2018, p. 362) ressaltou em estudo sobre as mulheres pobres no contexto urbano, no início do século XX, que à medida que as cidades foram crescendo e se modernizando havia uma preocupação com a organização das famílias que pairava sobre o respeito “as leis, os costumes, regras e convenções”. Para a mulher, nesta época, cabia o único destino do casamento, mas essa regra não era bem aplicada na vida das mulheres pobres, destaca a autora, o concubinato era muito mais frequente que as uniões matrimoniais. O que aumentava a preocupação com a moral dessas mulheres que sem maridos, ocupavam as ruas em busca de trabalho, dessa forma a defesa do progresso e civilização caminhava junta a moral e bons costumes.

As “mulheres populares desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e de viver”, vivenciavam precariedades de toda ordem, mas também exerciam maior liberdade no ir e vir. No entanto, “viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual”. Assim as mulheres da Rua Mauá chegaram a Teixeira por conta das suas próprias decisões, em busca de trabalho encontraram alternativa na prostituição da “Rua do Brega”, conforme o *Tirabanha*[4] já na década de 1970 a Rua Mauá tinha um grande poder de atração para essas mulheres pobres migrantes. Vinham de outros estados, mas também das cidades circunvizinhas como Nanuque (MG), Alcobaça e Caravelas as duas últimas no próprio extremo sul baiano. Rocha em seu blogue chama atenção para a decadência econômica

[4] Disponível na internet: https://www.tirabanha.com.br/2015/05/29/causos-da-rua-do-brega-parte-02/ Acessado em 05 jan. de 2026.

dessas cidades após a desativação da ferrovia Bahia-Minas. Ainda, conforme o autor, algumas mulheres também migraram para outras cidades após um tempo de trabalho na "Rua do Brega", as migrações envolviam sempre a busca por sobrevivência e melhores condições de vida[5].

Embora tivessem mais liberdade que as mulheres casadas, as mulheres do meretrício estavam mais vulneráveis a violência como narrou o morador entrevistado por Correia (2018), que afirmou que havia muita briga e até morte na Rua Mauá. Violência também encontrada no estudo de Soihet (2018, p. 363), que ressaltou "não só a violência estrutural incidia sobre as mulheres, mas também aquelas formas específicas decorrentes de sua condição de gênero".

Rocha no *Tirabanha* destacou a história da "Influente Maria Mil Réis"[6], que ganhou notoriedade em Teixeira de Freitas em 1970, tanto por suas benfeitorias na feira denominada "Pausueira", hoje atual Mercadão, onde possuía uma banca para vender feijão, milho e farinha, como também pelas atividades do seu bar na Avenida São Paulo, antes estrada aberta pelas madeireiras. Em seu bar, ela recebia mulheres em busca de abrigo e comida, e homens que compravam bebidas e companhia. Segundo Rocha, Maria Mil Réis sempre se posicionava politicamente em favor de um ou outro candidato, e foi por um desses posicionamentos que sua casa foi incendiada. Sua casa ainda foi incendiada mais duas vezes na década de 1970, e uma vez na década de 1980 por um amante "enciumado". Esses incêndios demarcam a violência de gênero contra as mulheres que não seguiam o casamento como um lastro de moral e civilidade.

A diferença entre a vida das mulheres casadas com aquelas que exerciam a prostituição na Rua Mauá é exemplificada por Correia (2018), quando ela descreve a trajetória de dona Violeta. Dona Violeta era natural de Alcobaça, cidade próxima a Teixeira de Freitas na Bahia e migrou na década de 1970, no ano da pesquisa tinha 66 anos e estava aposentada, mas já tinha administrado um bar na "Rua do Brega" que herdou do marido. Segundo a mesma:

> Do tempo que eu morava aqui tudo é casa! Tudo era casa! Agora tinham muitos movimentos de mulher da vida né? Muitos, muitos, muitos! Eu tinha... Não mexia sabe, porque eu era casada não podia mexer! Andava dentro de casa, mas via os movimentos das ruas... Muitas mulheres (Violeta *apud* Correia, 2018, p. 53).

Dona Violeta destaca a movimentação intensa na rua, assim como o senhor Bernardo, mas nos chama a atenção à proibição do seu marido que ela frequentasse o bar em que ele era proprietário e retirava o sustento da sua família. As mulheres casadas estavam relegadas ao recato do lar e esperava-se "um comportamento que não maculasse a honra" (Soihet, 2018, p 363).

Conforme Soihet (2018, p. 389) a "[...] honra da mulher constitui-se em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento". Ainda, segundo a autora, "a rua simbolizava o espaço do desvio, das

[5] Idem.
[6] Disponível na internet: https://www.tirabanha.com.br/2018/09/23/a-influente-maria-mil-reis/ Acessado em 05 jan. de 2026.

tentações, devendo as mães pobres [...] exercer vigilância constante sobre suas filhas" (Soihet, 2018, p. 365).

Em meados do século XX em Teixeira de Freitas, considerada símbolo de progresso no extremo sul da Bahia, a moralidade também acompanhava a preocupação com a civilidade e desenvolvimento da cidade. A narrativa de dona Jasmin, moradora da Rua Mauá, nascida em Teixeira de Freitas em 1978, emana lembranças da sua infância na localidade que denotam a preocupação da sua família com a moral, a mesma afirma que era impedida de sair à "Rua do Brega" "para não conviver com as mulheres da vida". A narradora ainda ressalta que na contemporaneidade ainda sofre com os estereótipos que a Rua produz: "Quando você senta aí na porta, aí eles te chamam, e aí quando vai ver, ficam com vergonha de perguntar, eu já vou e falo: – Não faço programa!" (Jasmim apud Correia, 2018, p. 56).

Embora dona Violeta e dona Jasmim estejam preocupadas com os estereótipos que a rua produz, e como eles interferem na forma que são vistas pela sociedade quanto à moralidade das mesmas, dona Amélia das três mulheres era a única que não morava mais na Rua Mauá quando foi entrevistada, com certeza o machismo e a misoginia tinham tentáculos mais fores sob a sua conduta, já que entre elas foi à única que precisou se prostituir para garantir sua sobrevivência.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silêncio em torno da história das mulheres em Teixeira de Freitas é rompido pela escrita da história de duas mulheres negras, Ferreira (2010) e Correia (2018), ambas preocupadas com a pergunta que moveu esse texto, em que estão as mulheres na história da fundação da cidade? Através do olhar das historiadoras, conhecemos o protagonismo das mulheres desde o início do povoado com a migração de mulheres de zonas rurais próximas à localidade, algumas trabalhadoras rurais, outras professoras alfabetizadoras que desempenharam papéis importantes no "Comércio dos Pretos" (Ferreira, 2010).

As correntes migratórias destacadas na narrativa de progresso regional também têm representação feminina na escrita da história, Correia (2018) nos conta sobre dona Amélia, e sua trajetória rural, saída de Minas Gerais, passando pelo Espírito Santo, e chegando a Teixeira de Freitas em busca de trabalho, ela é a única mulher que exerceu a prostituição na chamada "Rua do Brega", que temos registro histórico através da escrita de Correia. No entanto, a história da "Rua do Brega" demonstra o descompasso entre a narrativa de progresso/modernidade/moralidade da história oficial teixeirense com as reais condições de sobrevivência das mulheres pobres migrantes, as quais com poucas alternativas de trabalho escolheram a prostituição como meio de vida.

REFERÊNCIAS

[1] ALERTA, Jornal. **Especial do aniversário de 23 e 24 anos**. Teixeira de Freitas, 2008; 2009.

[2] CORREIA, Mirla Kleille Oliveira. **Mulheres da Rua do Brega:** História e memórias de mulheres moradoras da Rua Mauá em Teixeira de Freitas – BA. Monografia. (Graduação em História) Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas –BA, 2018.

[3] FERREIRA, Suzana Teodoro. **A vida privada de negros pioneiros no povoamento de Teixeira de Freitas na década de 1960**. Monografia. (Graduação em História) Universidade do Estado da Bahia. Teixeira de Freitas –BA, 2010.

[4] GLÓRIA, Priscila Santos da; FARIAS, Edson Silva de. Entre racismo, esquecimento e o dever de memória: o Comércio dos Pretos na fundação da cidade de Teixeira de Freitas, BA. In: **Anais do IV**

Colóquio de Pesquisa Negra Contemporânea. V Jornada do Novembro Negro. Porto Seguro, UFSB, 2023.

[5] PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

[6] RICOEUR, Paul. **A memória, a história, e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

[7] SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

[8] SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

Capítulo 3

Moda e patrimônio: estudo e preservação de vestimentas e acessórios dos séculos XX e XXI

Ronaldo Salvador Vasques
Ana Laura Correia Bittencourt
Fabrício de Souza Fortunato

Resumo: A moda constitui-se como fenômeno social, cultural e histórico, ultrapassando a dimensão estética para se consolidar como documento simbólico e patrimonial. As vestimentas e os têxteis, quando preservados em museus e instituições, revelam não apenas preferências visuais de diferentes épocas, mas também hábitos, identidades coletivas, hierarquias sociais, avanços tecnológicos e transformações culturais. Assim, cada peça têxtil preservada configura-se como testemunho histórico e, ao mesmo tempo, obra cultural. No Brasil, embora os estudos sobre moda e patrimônio tenham avançado, os acervos de moda ainda enfrentam dificuldades relacionadas à documentação sistemática, às condições adequadas de conservação e à carência de profissionais especializados, o que limita o pleno reconhecimento e a difusão desses bens culturais. Diante desse cenário, o presente projeto tem como objetivo geral estudar, reconhecer e examinar vestimentas e acessórios confeccionados entre o século XX e XXI, armazenados em reservas técnicas de museus e instituições ligadas à moda e aos têxteis, com foco nos procedimentos de documentação, conservação e salvaguarda. A metodologia será teórica/prática, para alcançar tal finalidade, serão realizados levantamentos bibliográficos e iconográficos que embasem a análise histórica, técnica e cultural dos acervos, bem como a identificação da procedência, período e propriedades técnicas das peças, considerando matéria-prima, formas de confecção e usos sociais. Na etapa prática, será aplicada a metodologia proposta por Vasques (2018; 2024), baseada em análises não destrutivas, como a observação por lupa estereoscópica, conta-fios manual, registros fotográficos e toque sensorial, visando compreender a estrutura, o estado de conservação e as especificidades dos materiais.

Palavras-chave: Moda, Museologia, Patrimônio Têxtil.

1. INTRODUÇÃO

1.1. MODA COMO FENÔMENO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO CULTURAL

A moda configura-se como um fenômeno de representação social e cultural, capaz de expressar identidades, valores e posicionamentos dentro das sociedades contemporâneas. No Brasil, onde a diversidade cultural é uma característica marcante, a Moda transcende o simples aspecto estético para atuar como linguagem simbólica e forma de comunicação entre grupos sociais (Barbosa, 2015). A Moda, mais do que um fenômeno estético, constitui um sistema simbólico que participa ativamente na construção das identidades individuais e coletivas. Conforme aponta Gilles Lipovetsky (2009), "a moda exprime simultaneamente o desejo de se distinguir e o de se integrar", revelando como as escolhas de vestuário carregam significados sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, o ato de se vestir não se limita apenas à funcionalidade do vestuário, mas torna-se uma linguagem por meio da qual os sujeitos comunicam pertencimentos, crenças e suas subjetividades. Além disso, a Moda deve ser compreendida como uma prática cultural que articula os processos de identificação e diferenciação social, funcionando como uma mediadora simbólica nas relações sociais (Barbosa, 2015). Assim, os modos de vestir se apresentam como práticas, inseridas em contextos históricos específicos e distintos, capazes de expressar e representar transformações nas estruturas sociais e dos indivíduos.

Dessa forma, a Moda emerge como uma prática social que permite decodificar narrativas de identidade, diferenças e tensões, evidenciando como os corpos são moldados e posicionados socialmente por meio dos trajes. Por isso, a análise da moda e dos vestuários enquanto representação de uma sociedade e/ou de um período histórico, bem como dos materiais têxteis e técnicas que realizam essa construção, é fundamental para compreender os processos culturais que atravessam a linha do tempo e a formação de costumes ou comportamentos dos indivíduos, no passado ou na contemporaneidade. Portanto, a Moda, enquanto sistema cultural, é capaz de absorver e ressignificar elementos patrimoniais.

1.2. O PAPEL DOS MUSEUS NA CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA

A Moda, mais do que uma simples manifestação estética, configura-se como um valioso meio de documento histórico, capaz de refletir as transformações sociais, culturais e políticas ao longo do tempo. Por meio das vestimentas, acessórios e têxteis é possível compreender não apenas as preferências visuais de uma época, mas também as dinâmicas de poder, as identidades coletivas e as tensões culturais que marcaram diferentes períodos. Desse modo, Barthes (2009) destaca que a moda funciona como um sistema de signos que comunicam valores e códigos sociais, tornando-se um registro simbólico do contexto em que está inserida. Além disso, Lipovetsky (2009) aponta que a moda é um fenômeno social que revela as contradições e aspirações da modernidade, refletindo mudanças nos costumes, nas tecnologias e nas estruturas das classes. Como documento histórico, a moda possibilita o estudo interdisciplinar entre a história, sociologia e antropologia, ampliando nossa compreensão sobre o passado e suas repercussões no presente. Nesse viés, a análise das vestimentas históricas e contemporâneas transcende o aspecto estético, assumindo papel fundamental para a reconstrução de narrativas culturais e identitárias ao longo do tempo. De acordo com Vasques (2024), no período da Revolução Francesa, ocorreu o confisco de diversos bens pertencentes ao clero e à nobreza, o que gerou um problema quanto ao armazenamento, conservação e proteção

desses objetos. Essa situação impulsionou debates fundamentais acerca das práticas de conservação e do conceito de patrimônio cultural. Sob essa perspectiva, é válido ressaltar que os museus assumem um papel fundamental na preservação da história; afinal, segundo Vasques (2024), eles descrevem a história de um determinado tempo, elucidando como uma sociedade específica surgiu e se desenvolveu. Nesse cenário, os museus emergem como instituições essenciais para a preservação do passado, possuindo papel fundamental no resguardo de acervos que possibilitam tanto a continuidade de estudos históricos e culturais quanto a conservação de memórias materiais repletas de significado.

Considerando esses princípios e a própria definição de museus, reconhece-se a importância da investigação de vestimentas e artefatos têxteis presentes em coleções museológicas. A análise detalhada desses objetos, que envolve a identificação da procedência das fibras, a caracterização dos fios, tecidos, malhas e não tecidos, bem como o estudo dos processos de beneficiamento, é crucial para entender as transformações materiais e técnicas que culminam na produção de roupas, trajes e indumentárias. Assim, denota-se os museus e seus significados:

> Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o património tangível e intangível da humanidade e do seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão. International Council of Museums (ICOM, 2001, p.1).

Essa forma de pesquisa não apenas enriquece o conhecimento sobre as técnicas manufatureiras do passado, mas também contribui para a compreensão das práticas culturais e sociais relacionadas à moda e à identidade ao longo da história.

1.3. A IMPORTÂNCIA DOS MATERIAIS TÊXTEIS NOS ACERVOS MUSEOLÓGICOS DE MODA

O estudo e a preservação de têxteis têm origem na própria história das civilizações, uma vez que, desde tempos remotos, os tecidos desempenham funções que ultrapassam o uso meramente funcional, incorporando dimensões sociais, simbólicas e culturais. Desse modo, os tecidos eram conservados em contextos como rituais, cerimônias funerárias e demonstrações de prestígio social. No Brasil, estudos apontam que o vestuário e os têxteis possuem papel fundamental na construção das identidades culturais e na transmissão de valores simbólicos entre diferentes grupos sociais (Ferreira, 2017). Apesar de práticas preservacionistas existirem desde a Antiguidade, a institucionalização da conservação de têxteis como parte integrante de acervos museológicos é um fenômeno moderno, vinculado ao desenvolvimento da noção de patrimônio cultural.

No contexto europeu, essa sistematização ganhou força no século XVIII, especialmente após a Revolução Francesa, quando o confisco dos bens do clero e da nobreza resultou na necessidade de criar espaços para armazenar, conservar e estudar peças antes restritas a usos privados ou religiosos. Nesse cenário, os museus se consolidaram como agentes essenciais na preservação e interpretação de objetos têxteis (Vasques, 2024). Um marco dessa institucionalização foi a criação do Victoria and Albert Museum, em 1852, que dedicou parte significativa de seu acervo a vestimentas, tapeçarias e tecidos,

reconhecendo-os como fontes primárias para o estudo da estética, da tecnologia e das dinâmicas sociais de diferentes períodos.

O reconhecimento dos têxteis como documentos históricos foi reforçado por abordagens teóricas como a de Barthes (2009), para quem o vestuário constitui uma linguagem capaz de comunicar valores, hierarquias e identidades. Nesse sentido, Vasques (2018) destaca que a identificação e a análise técnica de vestuários históricos — especialmente aqueles produzidos entre os séculos XIX e XX — permitem compreender os métodos produtivos, as matérias-primas empregadas e os contextos culturais que moldaram sua concepção. Ademais, o autor salienta que durante o final do século XIX e início do século XX os engenheiros têxteis e a indústria química e a confecção constituíram uma aliança no que diz respeito ao manuseio do produto têxtil e ao estudo de suas propriedades. No Brasil, a incorporação de têxteis aos museus ocorreu de forma mais tardia e fragmentada, inicialmente vinculada a peças de caráter etnográfico ou religioso. Somente nas últimas décadas, com o avanço da museologia da moda e do design, é que se estruturaram coleções voltadas especificamente para o vestuário e a indumentária. Salles (2023) observa que, apesar dos avanços, "os acervos e coleções de moda no Brasil ainda enfrentam desafios significativos relacionados à documentação, conservação e difusão", afinal, de acordo com a autora, essas dificuldades apresentadas são históricas.

Atualmente, a valorização dos têxteis nos museus ultrapassa a mera conservação física, englobando processos interpretativos que articulam história, cultura e identidade. Como ressalta Vasques (2024), os acervos de moda não apenas preservam objetos, mas narram histórias e constroem pontes entre o passado e o presente, sendo essenciais para compreender as transformações sociais, tecnológicas e estéticas ao longo do tempo. Nesse sentido, o destaque adquirido pelos têxteis nas instituições museológicas contemporâneas reafirma sua relevância enquanto patrimônio material e simbólico e como fonte indispensável para a preservação e difusão da memória cultural, ressaltando assim a relevância e importância de estudos sobre esses acervos e têxteis que os compõem.

1.4. MODA E MEMÓRIA: ACERVOS E PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural engloba bens materiais e imateriais que expressam a memória coletiva e a identidade de um grupo social, incluindo não só monumentos e obras de arte, mas também práticas culturais e objetos do cotidiano, como o vestuário e os têxteis, que têm ganhado reconhecimento como importantes componentes desse patrimônio (UNESCO, 1972-2003). Os acervos museológicos desempenham papel essencial ao preservar e interpretar esses objetos, conferindo-lhes significado histórico e cultural. Segundo Vasques (2018), as peças de vestuário guardadas em museus são documentos tangíveis que revelam hábitos, estruturas sociais, processos produtivos e valores estéticos de épocas passadas, complementando outras fontes históricas.

> O homem tem demonstrado, desde sempre, preocupação com a preservação da sua memória e história. Ele consegue entender o seu passado por intermédio de depoimentos e relatos de textos, testemunhas e documentos, ou, ainda, quando vê um objeto num museu, onde há um possível diálogo com o passado, o presente e o futuro. Nesse sentido de identificação, a história e a memória estão intrincadas e presentes, contribuindo para a preservação de uma determinada cultura em um recorte de tempo e espaço (Vasques, 2024, p. 25).

Nesse ínterim, a conservação dos têxteis em museus é um aspecto fundamental para a preservação do patrimônio cultural, especialmente quando se trata de peças históricas que carregam valor simbólico, estético e documental. Apesar do consenso acadêmico sobre a necessidade de cuidados específicos na manutenção desses objetos, a aplicação prática dessas diretrizes ainda enfrenta desafios significativos em diversas instituições. Nesse aspecto, conforme evidenciado por estudos recentes de Salles e Vasques. Em sua análise dos quimonos pertencentes ao acervo do Museu Casa de Rui Barbosa, Salles (2023) identificou a ausência de etiquetas informativas que facilitassem o acesso a dados essenciais para a pesquisa, além de constatar que as peças não estavam em condições ideais de preservação. De maneira semelhante, Vasques (2024) avaliou o estado de vestimentas expostas no Museu Alberto Sampaio e no Museu Imperial, constatando problemas como rasgos, manchas e outras formas de deterioração. Embora no Museu Imperial as peças fossem armazenadas adequadamente, o Museu Alberto Sampaio demonstrou fragilidades no acondicionamento das indumentárias. Ademais, em ambos os locais, as etiquetas forneciam informações limitadas, dificultando a identificação e o estudo aprofundado das peças.

No Brasil, a preservação dos têxteis enfrenta desafios históricos, mas avanços significativos ocorreram a partir do Seminário Internacional Tecidos e sua Conservação no Brasil (2006), organizado por Teresa Toledo de Paula, que fomentou o debate e a troca de saberes na área. Desde então, a produção acadêmica, os eventos especializados e as iniciativas de museologia da moda cresceram, fortalecendo a valorização desses acervos (Salles, 2023). Salles destaca que essa mobilização impulsionou pesquisas e metodologias para a conservação e catalogação do patrimônio têxtil, evidenciando o papel dos museus como mediadores entre moda e memória e ressaltando a necessidade de políticas contínuas para preservar a diversidade cultural brasileira. Vasques (2024) reforça que a moda transcende sua dimensão estética ou mercadológica, constituindo parte vital da narrativa cultural, pois o vestuário concentra memórias coletivas, técnicas artesanais e identidades culturais. Cada peça em um acervo é ao mesmo tempo testemunho histórico e obra cultural, marcada por sua época e contexto. Portanto, a incorporação dos têxteis e da moda nos museus amplia a concepção de patrimônio cultural, garantindo que essas expressões materiais sejam reconhecidas como parte da herança coletiva, preservando histórias que dialogam com o presente e projetam sentidos para o futuro.

2. FICHAS CATALOGRÁFICAS CRIADAS NO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – CAPA COM CAPUZ DE SENHORA VERDE

Tabela 1 – Ficha catalográfica da tese "Identificação e análise do vestuário/têxteis presente em museus do traje e moda do século XIX"

Fichas MAS/8	Capa com Capuz de Senhora-Verde
Materiais têxteis	Seda e algodão.
Estrutura Têxtil	Tafetá 1X1- Material em seda Forro acolchoado – Material em algodão
Método de Construção	Tecelagem Convencional
Estado de Conservação	Na questão de cores, o que mais impressiona na peça no todo é o brilho natural da seda que permanece. As cores matizadas são evidentes a olho nu. Os cordões estão em bom estado, sem interferência e manchas. Em algumas partes há rasgos.

Tabela 1 – Ficha catalográfica da tese "Identificação e análise do vestuário/têxteis presente em museus do traje e moda do século XIX" (continuação)

Intervenções na Peça	O vestuário apresenta em partes na frente e nas costas rasgos com interferências de linha no sentido da trama.
Toque Sensorial	Macio, liso e quente
Cor	Verde
Análise por Lupa Estereoscópica	7x; 40 x; 45 x aproximações
Análise Lupa Manual (Densidade)	Lado direito Teia: 42 fios/cm Trama: 40 fios/cm Lado avesso Teia: 42 fios/cm Trama: 40 fios/cm
Design de Superfície Têxtil	Apresenta-se no efeito das cores matizadas deste vestuário.
Dificuldades na Análise	Não houve dificuldades na análise visual por meio da lupa estereoscópica, devido a este vestuário estar bem conservado e manter ainda suas estruturas e contexturas adequados para captação das imagens para este estudo.
Observações	Neste período do final do século XIX, este tipo de capa de senhora surgiu como uma sobreposição ao vestidos em forma de "S", podemos ainda considerar o uso para uma festa ou evento social. Os tecidos comuns do período eram: o crepe, cetim, brocado e o tafetá, conforme o vestuário desta ficha. As padronagens utilizadas mais comuns eram geométricas e listras. Este vestuário foi doado por Domingues Mendes Fernandes, no ano de 1979.

Fonte: Vasques (2018).

Figura 1 – Capa com capuz de senhora verde – Museu Alberto Sampaio (MAS/8)

Fonte: Vasques (2024).

Figura 2 – Descrição e contexto histórico da peça – Museu Alberto Sampaio (MAS/8)

Descrição da peça:

Capa de senhora cortada em godé°, sem mangas, com comprimento médio. Nas laterais, possui duas aberturas para movimentos dos braços, sustentadas por três pares de cordões em seda nas cores verde e lilás e uma esfera em madeira. Forro acolchoado em algodão e avesso em fio de seda na cor lilás. Na parte da frente possui três colchetes e um cordão de seda verde e lilás, que fecha com esfera de madeira, que finaliza o vestuário com borlas em tons verde e lilás. Função: proteção contra intempéries climáticas, para ser usado por cima de algum vestido.

Contexto Histórico da peça:

Neste período do final do século XIX, este tipo de capa de senhora surgiu como uma sobreposição aos vestidos em forma de "S", podendo-se ainda considerar o uso para uma festa ou evento social. Os tecidos comuns do período eram crepes, cetins, brocados e tafetás, conforme o vestuário desta ficha. As padronagens mais comuns utilizadas eram as formas geométricas e as listras. Este vestuário foi doado por Domingues Mendes Fernandes, no ano de 1979.

Fonte: Vasques (2024).

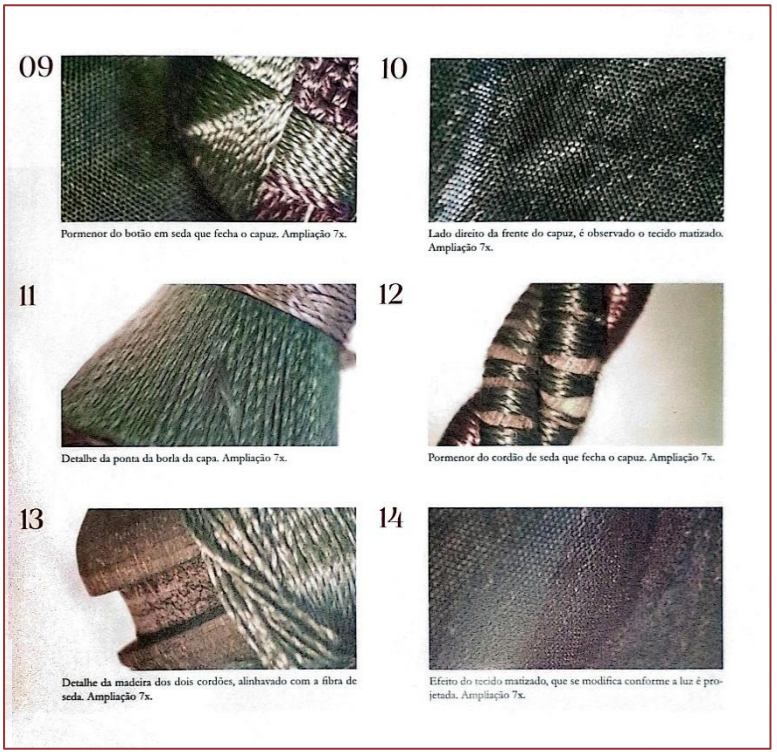
Figura 3 – Pormenores – Museu Alberto Sampaio (MAS/8)

Fonte: Vasques (2024).

Figura 5 – Design de superfície têxtil – Museu Alberto Sampaio (MAS/8)

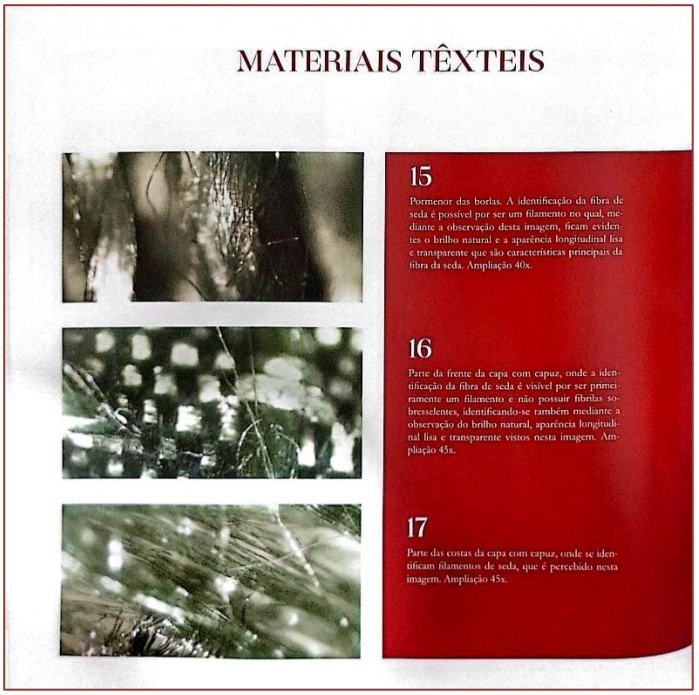
Fonte: Vasques (2024).

Figura 6 – Design de superfície têxtil – Museu Alberto Sampaio (MAS/8)



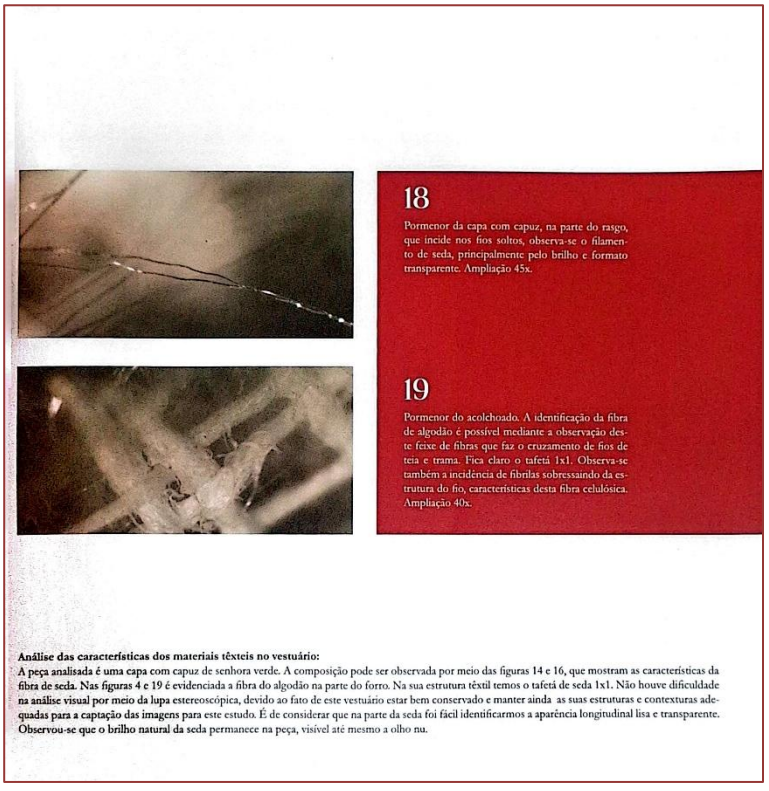
Fonte: Vasques (2024).

Figura 7 – Materiais têxteis – Museu Alberto Sampaio (MAS/8)



Fonte: Vasques (2024).

Figura 7 – Materiais têxteis – Museu Alberto Sampaio (MAS/8)



Fonte: Vasques (2024).

3. CONCLUSÃO

O estudo evidenciou que os têxteis e as vestimentas transcendem o seu caráter meramente funcional e estético sendo classificados e validados como documentos históricos e componentes essenciais do patrimônio material e imaterial da humanidade. Como verdadeiros marcadores sociais, geográficos e temporais, os têxteis revelam os hábitos, os avanços tecnológicos e os valores de diferentes épocas. Desse modo, ao refletir o que é patrimônio têxtil e cultural percebe-se que os museus desempenham um papel crucial não apenas na salvaguarda física, mas na interpretação e na difusão desse patrimônio sociocultural.

Por meio da aplicação metodológica e da elaboração das fichas catalográficas, fundamentadas em Vasques (2018; 2024), foi possível demonstrar na prática a relevância de integrar os estudos teóricos e práticos no momento de analisar uma peça. A investigação da capa com capuz de senhora, pertencente ao Museu Alberto Sampaio, exemplifica como a análise técnica não destrutiva, que engloba o toque sensorial e a observação por lupa estereoscópica, é essencial. Essa documentação sistemática não apenas mapeia os materiais da indumentária, mas também resgata o contexto original do traje, o que fortalece significativamente o campo da museologian da Moda.

Contudo, o estudo também reforça que as peças dos séculos XX e XXI constituem um patrimônio de valor inestimável que ainda é pouco explorado no cenário brasileiro. A conservação e o armazenamento desses acervos enfrentam diversos obstáculos, como a falta de documentação sistemática, as condições inadequadas de conservação e a carência de profissionais qualificados na área, o que dificulta o acesso e a proteção adequada dessas peças. Assim, para superar essas barreiras é necessário que haja a integração e o estudo contínuo das metodologias, bem como um olhar mais atento das políticas públicas, a fim de assegurar a integridade e a longevidade desses bens.

Promover processos de identificação, análise e preservação têxtil é um ato fundamental de manutenção cultural e identitária de uma sociedade. Logo, ampliar o reconhecimento do vestuário como um documento histórico de relevância garante a compreensão da cultura e da identidade das sociedades que a representam permaneçam acessíveis para as futuras gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao programa de Projeto de Iniciação Científica (PIC) pelo incentivo à pesquisa, à Universidade Estadual de Maringá (UEM), em especial ao Departamento de Design e Moda (DDM) e ao curso de Moda da UEM do Campus Regional de Cianorte (CRC) pelo apoio institucional. Ademais, ao Grupo de Pesquisa Institucional: Patrimônio Têxtil, Vestuário e Museologia, pelas contribuições teóricas, pelas ricas trocas intelectuais e pelo constante fomento ao debate acadêmico na área da conservação e memória. Estendo os agradecimentos ao Prof. Dr. Ronaldo Salvador Vasques pela contribuição, orientação e pelo incentivo constante desta pesquisa.

REFÊNCIAS

[1] BARBOSA, Maria Fernanda. **Moda e cultura**: entre a expressão individual e o fenômeno social. Revista Brasileira de Moda e Cultura, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 45-62, 2015.

[2] BARTHES, Roland. **O sistema da moda**. São Paulo: WMF Martins Fontes (POD), 2009.

[3] FERREIRA, M. C. **Vestígios tecidos: história e memória dos têxteis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

[4] **INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM).** Museum definition. 2001. Disponível em: http://icom.museum/the-vision/museum-definition/. Acesso em: 12 de mai. 2025

[5] **LIPOVETSKY, Gilles.** *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.* Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009. 352 p. ISBN 978-85-3591-512-9.

[6] SALLES, Manon. **Museologia da moda**: Acervos e coleções no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2023

[7] **UNESCO.** *Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/conventiontext/. Acesso em: 12 de agosto de 2025.

[8] **UNESCO.** *Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/convention. Acesso em: 12 de agosto de 2025.

[9] VASQUES, Ronaldo Salvador. **Identificação e análise do vestuário/têxteis presente em museus do traje e moda do século XIX**. 2018. 274f. Tese (Doutoramento em Engenharia Têxtil) – Universidade do Minho, Guimarães-PT, 2018.

[10] VASQUES, Ronaldo Salvador. **Património têxtil e vestuário**: um olhar para os acervos de moda nos museus. 1ª ed. Paraná: Maringá: Ed. do Autor, 2024.

Capítulo 4

A aposentadoria do servidor público como luto institucional: identidade, ajustamento e reconstrução de sentido na transição pós-carreira

Sérgio Raimundo Ernesto Machado
Jefferson Gil da Rocha Silva

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a aposentadoria do servidor público como um processo de luto institucional, caracterizado pela perda de identidade profissional, vínculos sociais e referências simbólicas estruturantes. Trata-se de um estudo de natureza teórica, baseado em revisão e articulação de literatura nas áreas da psicologia do luto, tanatologia e estudos sobre aposentadoria. Como eixo interpretativo, utiliza-se o modelo de Kübler-Ross (2008) em sua função heurística, não como sequência linear, mas como ferramenta para compreender as diferentes formas de enfrentamento da transição. Os resultados indicam que a aposentadoria configura-se como processo complexo de reorganização subjetiva, influenciado por fatores estruturais, psicossociais e existenciais, tais como saúde, condições socioeconômicas, suporte social e possibilidades de reconstrução de sentido. Evidencia-se que o ajustamento à aposentadoria depende não apenas de recursos objetivos, mas da capacidade de ressignificação da experiência e reorganização da identidade. Do ponto de vista institucional, destaca-se a importância de políticas estruturadas de preparação para a aposentadoria, que contemplem dimensões financeiras, sociais e, sobretudo, identitárias. Conclui-se que a compreensão da aposentadoria como luto institucional amplia o campo analítico e contribui para o desenvolvimento de práticas mais sensíveis à complexidade dessa transição, promovendo trajetórias mais integradas e significativas ao longo do ciclo de vida laboral.

Palavras-chave: aposentadoria, luto institucional, identidade, ajustamento, reconstrução de sentido.

1. INTRODUÇÃO

A aposentadoria não se reduz a um ato administrativo ou a uma transição formal regulada por critérios previdenciários. Trata-se, frequentemente, de uma ruptura significativa na organização subjetiva do trabalhador, com implicações que ultrapassam a dimensão econômica, alcançando também a dimensão social. No caso do servidor público, essa ruptura tende a adquirir maior densidade, uma vez que a função estatal, em geral, não se limita à obtenção de renda: ela estrutura rotinas, define pertencimentos, sustenta prestígio simbólico e ancora o indivíduo em um lugar relativamente estável na engrenagem institucional. Ao longo do tempo, o servidor não apenas ocupa um cargo, mas constitui modos de pensar, sentir e agir profundamente vinculados a esse papel.

Nesse contexto, a iminência da aposentadoria pode operar como uma ruptura subjetiva de grande magnitude, de forma análoga ao nascimento de um ser, que possui seu nascimento, amadurecimento e velhice, o término da vida profissional também possui essas etapas, guardadas suas excepcionalidades. O que está em jogo não é apenas a decisão sobre o momento de interromper a atividade laboral, mas a reelaboração da própria identidade: quem se é quando se deixa de ocupar a posição que organizou a vida psíquica e social por anos ou décadas? Essa questão remete a um problema mais amplo: como o servidor público elabora psicologicamente a perda de sua identidade funcional no processo de aposentadoria? Esse dilema é posto a todos que se aposentam de sua vida profissional, atingindo todas as carreiras, uns em menor e outros em maior escala.

A literatura psicológica e psicossocial sobre aposentadoria tem avançado ao demonstrar que essa transição é heterogênea e multifatorial. Evidências indicam que o ajustamento não depende de uma variável isolada, mas do entrelaçamento entre condições de saúde, segurança financeira, voluntariedade da decisão, integração social, qualidade das relações conjugais e recursos psicológicos disponíveis ao indivíduo. No contexto brasileiro, estudos com servidores públicos também apontam que o bem-estar na aposentadoria, a decisão de permanecer ou sair do trabalho e o sucesso adaptativo estão fortemente associados ao grau de preparação — tanto objetiva quanto subjetiva — para essa etapa, e não apenas ao cumprimento dos requisitos formais.

Apesar desses avanços, observa-se uma lacuna relevante na literatura: são ainda limitadas as abordagens que compreendem a aposentadoria como um processo de perda simbólica estruturante, particularmente no que se refere à identidade funcional do servidor público. Predominam análises centradas em variáveis objetivas ou em indicadores de adaptação, com menor ênfase nos processos psíquicos associados à ruptura de papéis e à reorganização identitária.

Diante disso, sustenta-se, neste artigo, que a aposentadoria iminente do servidor público pode ser compreendida como um processo de luto relacionado à perda de uma identidade funcional e pertencimento. O objetivo deste trabalho é analisar essa transição à luz de um referencial interpretativo inspirado no modelo de luto proposto por Kübler-Ross (2008).

Cabe ressaltar que o modelo de Kübler-Ross (2008) foi originalmente desenvolvido a partir da observação de pacientes terminais, e não de indivíduos em transição de carreira. Por essa razão, sua utilização neste estudo é de natureza analógica e interpretativa, e não prescritiva ou mecanicista. Tal escolha metodológica permite explorar, de forma crítica, as possíveis correspondências entre a experiência de perda associada à finitude da vida e aquela relacionada à dissolução de uma identidade profissional duradoura, mas que

possui seu final, sua passagem, ou seja, seu *Memento Mori*[1], que muitos trabalhadores não estão preparados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: APOSENTADORIA, IDENTIDADE E AJUSTAMENTO

A pesquisa psicológica contemporânea tem progressivamente deslocado a compreensão da aposentadoria de um evento pontual para um processo dinâmico e multifacetado. O luto não se restringe à morte física, mas refere-se à reação diante da perda de algo investido de valor simbólico. Conforme Alcântara e Silva, "o luto é um processo gradativo que o indivíduo experimenta diante da perda [...] de uma situação ou momento" (Alcântara; Silva, 2020, p. 3). Tal definição permite compreender a aposentadoria como uma perda simbólica relevante, uma vez que envolve o desligamento de uma posição social estruturante.

A identidade do sujeito tende a ser profundamente impactada nesse processo. Nessa direção, estudos sobre o luto indicam que a perda mobiliza transformações na forma como o indivíduo se percebe e se posiciona no mundo, exigindo reorganizações internas e externas (Mazorra, 2009). Assim, a aposentadoria pode ser compreendida como uma experiência potencialmente desorganizadora da identidade, especialmente quando o trabalho ocupa papel central na constituição do ser.

Em convergência com essa compreensão, o processo de luto envolve mudanças significativas na autoimagem e nos significados atribuídos à experiência de perda. Nesse sentido, destaca-se que um dos conteúdos recorrentes no luto é a vivência de "não sei quem sou" (Mazorra, 2009, p. 81), evidenciando a dimensão identitária implicada na ruptura de papéis sociais, como ocorre na aposentadoria.

Além disso, a elaboração do luto está diretamente associada à construção de significado diante da perda. Conforme Mazorra, "os significados refletem o processo do luto e seu conhecimento possibilita a compreensão das manifestações" (Mazorra, 2009, p. 90). Essa perspectiva permite compreender que o ajustamento à aposentadoria depende da capacidade do sujeito de ressignificar sua trajetória e reorganizar seu lugar no mundo.

Sob a ótica das abordagens psicológicas, o luto é compreendido como um processo dinâmico, singular e influenciado por múltiplos fatores. Nesse sentido, a literatura aponta que sua elaboração envolve aspectos emocionais, cognitivos e contextuais, exigindo estratégias de adaptação que favoreçam o enfrentamento da perda (Rodrigues et al., 2018).

Adicionalmente, o luto não segue uma trajetória linear e universal, sendo influenciado por variáveis individuais e sociais. Assim, o ajustamento à aposentadoria pode variar amplamente entre os indivíduos, dependendo da história de vida, dos vínculos estabelecidos e do significado atribuído ao trabalho (Alcântara; Silva, 2020).

Apesar da robustez dessas abordagens, observa-se que a literatura ainda tende a privilegiar a compreensão do luto em contextos tradicionais, com menor ênfase em perdas simbólicas socialmente não reconhecidas. Nesse sentido, a aposentadoria pode ser compreendida como uma forma de luto não legitimado, uma vez que envolve a perda de

[1] A expressão latina "Memento Mori", que significa "lembre-se de que você vai morrer", transcendeu sua origem na Roma Antiga, onde era usada para lembrar generais de sua mortalidade, para se tornar um símbolo moderno de reflexão sobre a vida e o tempo.

identidade, função social e pertencimento, sem que haja necessariamente reconhecimento social dessa experiência (Casellato, 2020).

3 O CICLO DO LUTO APLICADO À APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO

3.1 NOTA METODOLÓGICA: O MODELO COMO HEURÍSTICA, NÃO COMO TRILHO RÍGIDO

O modelo de Kübler-Ross (2008) permanece culturalmente influente, mas a literatura crítica contemporânea é consistente ao advertir que ele não deve ser utilizado como esquema fixo, obrigatório ou universal. Seu valor reside, sobretudo, em sua função heurística: trata-se de um instrumento interpretativo capaz de nomear reações humanas recorrentes diante de perdas significativas, desde que se reconheça seu caráter não linear, não sequencial e contingente. Esse *Memento Mori* deve ser trabalhado no decorrer de sua vida com parte de uma estrutura social que terá sua finitude, ou seja, lembrar-se de que o fim o seu labor é certo, nesse caso específico a aposentadoria, no qual esse artigo parafraseia como morte profissional.

É sob essa perspectiva que o modelo é mobilizado neste artigo. A aposentadoria do servidor público não equivale à morte biológica, mas pode representar a dissolução de uma forma socialmente estruturada de existir. Perde-se o crachá como extensão identitária, o setor como geografia afetiva, a rotina como organizadora do tempo vivido, os colegas como comunidade de reconhecimento e a função como eixo de valor pessoal. O que se desfaz, nesse processo, não é o indivíduo em si, mas um personagem social intensamente investido ao longo do tempo. É nesse sentido que o vocabulário do luto se mostra analiticamente fecundo.

Para fins interpretativos e itinerário metodológico, adota-se aqui uma versão expandida do ciclo, das titudes diante da morte e do morrer, composta por: choque, negação, raiva, barganha, depressão, testagem e aceitação. Os cinco estágios centrais derivam dos estudos postulados por Kübler-Ross (2008), ademais, choque e testagem são incorporados como momentos clínicos e comportamentais auxiliares, relevantes para descrever a experiência da transição no contexto do serviço público.

3.2 CHOQUE: O INSTANTE EM QUE O PORTO APARECE NO HORIZONTE

O choque não se apresenta, necessariamente, como evento dramático, mas como deslocamento gradual na percepção do tempo e da própria trajetória. Trata-se do primeiro momento em que a aposentadoria deixa de ser abstração e passa a configurar-se como possibilidade concreta — movimento que inaugura o processo descrito ao longo das fases seguintes, ou seja, o servidor, até então imerso no fluxo institucional, passa a confrontar a própria saída como possibilidade real.

Nesse sentido, “o luto é um processo gradativo” (Alcântara; Silva, 2020, p. 3), o que permite compreender o choque como o limiar inicial dessa elaboração. Diferentemente das fases subsequentes, ainda não há enfrentamento direto da perda, mas uma reorganização incipiente da consciência sobre ela.

Do ponto de vista psicológico, esse momento pode envolver uma leve desorganização cognitiva e afetiva: maior saliência de temas previdenciários, incerteza quanto ao futuro e transformação da ideia de “fim” de uma abstração distante em um horizonte concreto.

Essa abertura perceptiva conecta-se diretamente com a negação, um dos pontos centrais da tese de Elisabeth Kübler-Ross (2008), em sua obra "Sobre a morte e o morrer", uma vez que o reconhecimento inicial da perda tende a ser seguido por tentativas de sua suspensão ou minimização (Alcântara; Silva, 2020), isto é, prolongar sua saída (morte profissional) até o último dia.

3.3.1 NEGAÇÃO: A TENTATIVA DE MANTER O NAVIO EM MAR ABERTO

A pesquisadora, em sua obra, compreende a negação como um mecanismo psíquico inicial que protege o indivíduo do impacto abrupto da realidade da perda. Trata-se de uma suspensão temporária da consciência plena da ruptura.

No caso do servidor público, essa suspensão assume a forma de uma insistência na continuidade — não apenas do trabalho, mas da identidade que ele sustenta. Tal como pacientes diante do diagnóstico de uma doença terminal, o sujeito aposentável não nega necessariamente os fatos, mas evita sua integração simbólica. A realidade é conhecida, porém não assimilada.

Essa dinâmica revela que a negação não é ausência de conhecimento, mas uma estratégia de tempo psíquico. Ela cria um intervalo necessário entre o anúncio da perda e sua elaboração, permitindo que o sujeito se aproxime gradualmente da nova condição. Nesse sentido, a aposentadoria, assim como a morte anunciada, não é vivida como evento instantâneo, mas como processo progressivo de reconhecimento.

Nesta fase, observa-se uma tentativa de sustentar a ilusão de continuidade. O servidor pode minimizar a proximidade da aposentadoria, adiar decisões, evitar discussões sobre o tema ou intensificar o investimento nas rotinas habituais, como forma de manter a estabilidade subjetiva. O que começa como percepção torna-se, aqui, objeto de resistência por parte do servidor.

Essa resposta pode exercer função protetiva inicial, ao amortecer o impacto da perda e permitir uma transição psíquica menos abrupta. Nesse contexto, o luto envolve mecanismos de enfrentamento que auxiliam na adaptação progressiva à perda (Rodrigues et al., 2018) .

Entretanto, quando prolongada, a negação tende a dificultar a passagem para fases posteriores — especialmente a raiva, que emerge quando a realidade da perda se torna mais difícil de sustentar simbolicamente. Isso se relaciona ao fato de que "o luto [...] é um processo gradativo" (Alcântara; Silva, 2020, p. 3), exigindo progressiva aproximação da realidade da perda.

3.3.2 RAIVA: QUANDO A DESPEDIDA BUSCA UM CULPADO

Nota-se a passagem da negação para a raiva ao reproduzir com precisão o movimento descrito por Kübler-Ross (2008): quando a realidade não pode mais ser evitada, ela passa a ser contestada. A raiva emerge como reação à perda percebida, frequentemente dirigida a elementos externos.

No contexto da aposentadoria ou morte profissional, essa externalização assume formas institucionais — reformas previdenciárias, regras organizacionais, decisões administrativas — que funcionam como suportes simbólicos para a elaboração da frustração. Assim como nos relatos clínicos de pacientes terminais, a pergunta implícita

"por que eu?" transforma-se em crítica ao sistema "ainda estou em plena atividade intelectual, na minha melhor forma cognitiva".

Kübler-Ross (2008) observa que essa fase não deve ser interpretada como regressão, mas como expressão legítima da dor diante da perda. Analogamente, no caso do servidor, a raiva revela o grau de investimento na identidade profissional que está sendo ameaçada. Quanto maior o vínculo, mais intensa tende a ser a reação. Assim, quando a negação se fragiliza, pode emergir a raiva como resposta à percepção mais nítida da perda. Essa transição evidencia o deslocamento do evitamento (negação) para a externalização afetiva.

Segundo a pesquisadora Kübler-Ross (2008) citada por Vasconcelos; Dutra; Oliveira, (2013, p. 3), os indivíduos podem vivenciar "raiva" como uma das respostas ao enfrentamento da perda. Nesse momento, a busca por culpados — institucionais ou contextuais — funciona como mecanismo de proteção da autoestima.

Essa fase conecta-se diretamente com a barganha, na medida em que a externalização emocional pode ser seguida por tentativas de negociação simbólica com a realidade. Isso reforça o caráter dinâmico do luto, no qual diferentes respostas emocionais se articulam ao longo do processo (Alcântara; Silva, 2020).

3.3.3 BARGANHA: A NEGOCIAÇÃO COM O TEMPO, COM O CARGO E COM O PRÓPRIO DESTINO

Na formulação clássica, a barganha representa uma tentativa de negociação com o inevitável — frequentemente dirigida a instâncias simbólicas ou existenciais. No contexto da aposentadoria, essa negociação assume formas mais concretas, mas não menos simbólicas.

O servidor busca preservar fragmentos da identidade ameaçada: adia a saída, mantém vínculos informais, projeta novas formas de atuação. Tal movimento espelha a lógica descrita por Kübler-Ross (2008), na qual o sujeito tenta postergar ou suavizar a perda por meio de acordos implícitos com a realidade.

O que está em jogo não é apenas a permanência no trabalho, mas a continuidade do "eu profissional". A barganha revela, portanto, que a aposentadoria não é apenas uma transição funcional, mas uma negociação identitária profunda. Trata-se de uma tentativa de manter a coerência do ser diante de uma ruptura iminente.

Na barganha, o servidor busca modular a transição, procurando formas de preservar aspectos da identidade profissional. Isso pode se expressar no adiamento da aposentadoria, na busca por funções transitórias, na permanência informal no ambiente de trabalho ou na idealização de formas híbridas de atuação. Observa-se a tentativa de preservar aspectos da identidade ameaçada pela perda, deslocando o foco da reação emocional (raiva) para a negociação simbólica.

Percebe-se que o conflito central da aposentadoria ultrapassa a dimensão financeira. O que está em jogo é a preservação da continuidade identitárias, por outras alternativas de se manter ainda vivo profissionalmente. A teoria da continuidade contribui para compreender esse movimento ao indicar que indivíduos tendem a buscar formas de manter padrões de si ao longo do tempo, de querer ainda permanecer, mesmo que fora do sistema, do qual ele pertencia ante.

Nesse contexto, estratégias como bridge employment, consultorias, voluntariado qualificado e atividades de mentoria podem funcionar como dispositivos intermediários entre a identidade profissional anterior e novas formas de engajamento. A literatura nacional e internacional reconhece essas estratégias como potencialmente adaptativas.

Essa fase evidencia, como se pode notar, que o luto não se limita à reação passiva, mas envolve estratégias ativas de enfrentamento e adaptação (Rodrigues et al., 2018). A barganha prepara, paradoxalmente, a transição para a depressão, pois ao reconhecer os limites da negociação, o indivíduo se aproxima de forma mais direta da dimensão da perda.

3.3.4 DEPRESSÃO: O CORREDOR VAZIO DEPOIS DA ROTINA

Na teoria de Kübler-Ross (2008), a depressão surge quando a negociação fracassa e o sujeito se confronta diretamente com a perda. Diferentemente das fases anteriores, não há mais tentativa de evitar ou modificar a realidade — apenas vivê-la.

Essa descrição encontra forte ressonância no contexto da aposentadoria. A retirada da rotina institucional, dos vínculos cotidianos e do reconhecimento social produz um esvaziamento que não pode mais ser contornado. O servidor deixa de ser aquilo que organizava sua experiência de mundo, seu padrão de comportamento social e familiar.

Kübler-Ross (2008), distingue essa fase de quadros patológicos, compreendendo-a como resposta proporcional à perda. Da mesma forma, a tristeza associada à aposentadoria não deve ser automaticamente medicalizada, mas entendida como expressão legítima da ruptura identitária.

Paradoxalmente, é nesse ponto de maior esvaziamento que se abre a possibilidade de reconstrução. A ausência de sentido anterior cria espaço para a emergência de novos significados — preparando a transição para a fase seguinte.

A fase depressiva corresponde ao momento em que a perda deixa de ser negociada e passa a ser experienciada em sua dimensão afetiva mais profunda. Trata-se de uma continuidade lógica da barganha frustrada.

Nesse sentido, “a perda [...] traz níveis de sofrimento” (Alcântara; Silva, 2020, p. 2), evidenciando que o contato mais direto com a ausência mobiliza respostas emocionais intensas por parte do servidor.

Entretanto, essa fase também funciona como ponto de inflexão para a testagem, uma vez que o esvaziamento de sentido pode abrir espaço para a reconstrução. Estudos indicam que o luto envolve manifestações emocionais que fazem parte do processo adaptativo (Rodrigues et al., 2018).

3.3.5 ACEITAÇÃO: QUANDO O UNIFORME DEIXA DE SER PELE E PASSA A SER MEMÓRIA

A aceitação, na teoria da obra de Kübler-Ross (2008), não é sinônimo de felicidade ou resolução completa, mas de integração. O sujeito não elimina a perda, mas a incorpora em sua narrativa, a absolve.

No contexto da aposentadoria, essa fase corresponde ao momento em que a identidade profissional deixa de ser vivida como presente contínuo e passa a ser reconhecida como parte da história. O “ser servidor” transforma-se em “ter sido”, sem que isso implique anulação de seu valor.

Essa transformação é essencialmente simbólica. O uniforme — antes extensão da pele — torna-se memória. O trabalho deixa de ser eixo exclusivo de definição do self e passa a compor uma identidade mais ampla e flexível.

Kübler-Ross (2008), enfatiza que a aceitação não encerra o processo, mas inaugura uma nova relação com a perda. De modo análogo, a aposentadoria não representa o fim da identidade, mas sua reconfiguração. O sujeito não deixa de ser — ele passa a ser de outra maneira. Nesse contexto, a aceitação corresponde à integração da perda na narrativa do sujeito. Diferentemente das fases anteriores, não há tentativa de evitar, negociar ou resistir, mas de incorporar.

Nesse sentido, "os significados refletem o processo do luto" (Mazorra, 2009, p. 90), indicando que a aceitação envolve a reconstrução simbólica da experiência. Essa fase retoma o ponto inicial, ao evidenciar que o processo não é linear nem definitivo: mesmo após a aceitação, o sujeito pode revisitar elementos das fases anteriores. A construção de significado, portanto, permanece dinâmica e contínua (Mazorra, 2009).

4. DISCUSSÃO: O QUE MODULA A TRAVESSIA

O desenvolvimento anterior indica que o ciclo do luto, utilizado como ferramenta heurística, é útil para descrever a dimensão subjetiva da iminência da aposentadoria, da morte profissional. No entanto, ele é insuficiente quando considerado isoladamente. A travessia dessa transição não se organiza apenas em termos intrapsíquicos; ela é profundamente modulada por condições materiais, recursos psicossociais e possibilidades concretas de reorganização da vida. Nesse sentido, o luto deve ser compreendido como um fenômeno complexo, que envolve múltiplas dimensões e não apenas processos internos, sendo influenciado por contextos sociais e relacionais (Kovács, 2008) .

Em primeiro lugar, destacam-se a saúde e a condição socioeconômica. Evidências indicam que os efeitos da aposentadoria sobre saúde e bem-estar são heterogêneos e socialmente distribuídos. À luz da perspectiva do luto, isso sugere que a experiência de perda não ocorre em um vazio psicológico, mas é amplificada ou amortecida por condições estruturais. Nesse sentido, "o luto possui um carácter dinâmico [...] sendo experimentado de maneira diferente por cada pessoa" (Alcântara; Silva, 2020, p. 2) , o que reforça a influência de fatores sociais na sua manifestação. Assim, a chamada fase depressiva não pode ser compreendida apenas como reação individual, mas como expressão situada de desigualdades.

Em segundo lugar, os recursos psicossociais desempenham papel central. Estudos indicam que fatores como suporte social, relações significativas e condições emocionais influenciam diretamente a elaboração do luto. Nesse sentido, a construção de significado está associada a elementos como dinâmica familiar, vínculos e rede de apoio (MAZORRA, 2009). Quando o indivíduo preserva a sensação de continuidade e pertencimento, a aposentadoria tende a ser vivida como transição; quando esses recursos se fragilizam, a experiência pode assumir contornos de ruptura.

Essa relação é coerente com a compreensão de que o luto envolve não apenas emoções, mas também a reorganização de vínculos e papéis sociais. Como destaca Rodrigues et al., (2018, p. 2), "oferecer um espaço de escuta e de acolhimento [...] é fundamental", evidenciando o papel das relações no processo adaptativo.

Em terceiro lugar, a preparação — tanto institucional quanto subjetiva — emerge como elemento decisivo. Programas de preparação para aposentadoria têm incorporado abordagens multidimensionais, o que é consistente com a compreensão contemporânea do luto como processo que exige elaboração gradual. Nesse sentido, o luto envolve estratégias de enfrentamento e adaptação que podem ser mobilizadas antecipadamente (Rodrigues et al., 2018).

Do ponto de vista do luto, tais programas podem ser compreendidos como dispositivos que favorecem a elaboração prévia da perda, reduzindo a intensidade de reações desorganizadoras. Essa interpretação dialoga com a compreensão de que o enfrentamento do luto pode ser facilitado quando há preparação psicológica e suporte adequado.

Por fim, o significado ocupa posição central nesse processo. A aposentadoria torna-se particularmente desafiadora quando implica a interrupção da principal fonte de sentido do indivíduo. Assim, "os significados refletem o processo do luto" (Mazorra, 2009, p. 90), indicando que a reconstrução simbólica da experiência é essencial para a adaptação.

Os modelos baseados exclusivamente em recursos ou adaptação mostram-se limitados, pois não capturam plenamente a dimensão existencial da transição. A reconstrução de sentido não é apenas um fator adicional, mas um eixo organizador da travessia, permitindo que a perda seja integrada à narrativa de vida.

Dessa forma, a análise sugere que a aposentadoria do servidor público deve ser compreendida como um processo simultaneamente psicológico, social e simbólico. O luto identitário não ocorre de forma isolada, mas em constante interação com condições materiais, redes de suporte, trajetórias biográficas e possibilidades de reconstrução de sentido. É essa articulação que, em última instância, modula a travessia entre o fim da carreira e a reorganização da vida pós luto profissional.

5. IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E INSTITUCIONAIS

À luz da literatura e da interpretação aqui proposta, a preparação para a aposentadoria no serviço público não deve ser compreendida como iniciativa acessória ou favor administrativo, mas como estratégia institucional estruturante, com implicações diretas para a saúde mental dos trabalhadores, a valorização funcional e a preservação do capital humano acumulado ao longo das trajetórias profissionais. Nesse sentido, o luto é compreendido como um processo que ultrapassa a dimensão individual, envolvendo também contextos institucionais e sociais (Kovács, 2008).

Se a aposentadoria pode ser vivida como um processo de luto identitário, então a ausência de dispositivos institucionais de preparação equivale, em termos simbólicos, à exposição do servidor a uma ruptura não elaborada. Nesse sentido, políticas de preparação configuram-se como mecanismos de antecipação e elaboração da perda, capazes de reduzir a intensidade de reações desorganizadoras e favorecer transições mais adaptativas. Como destacado na literatura, o luto envolve estratégias que visam à adaptação diante da perda, exigindo intervenções que considerem a singularidade do sujeito (Rodrigues et al., 2018).

Programas efetivos devem contemplar, ao menos, cinco eixos fundamentais: (1) informação previdenciária, (2) educação financeira, (3) promoção da saúde física e mental, (4) reconstrução identitária e (5) desenvolvimento de projetos de vida pós-

carreira. A inclusão explícita da dimensão identitária representa um avanço em relação a abordagens tradicionais, frequentemente centradas em aspectos normativos e econômicos, mas insuficientes para dar conta da complexidade subjetiva da transição. Nesse contexto, destaca-se que "o luto [...] traz níveis de sofrimento" (Alcântara; Silva, 2020, p. 2), o que reforça a necessidade de intervenções que considerem também a dimensão emocional da aposentadoria.

Além disso, iniciativas como mentoria, transmissão de conhecimento, trabalho intergeracional e formas de continuidade simbólica da função exercida podem desempenhar papel relevante na modulação do processo de luto. Essas estratégias permitem que o servidor preserve elementos centrais de sua identidade profissional, ainda que em novas configurações, reduzindo a sensação de ruptura abrupta e o sentimento de descarte institucional. Tal compreensão dialoga com estudos que indicam que o luto envolve a reorganização de vínculos e significados diante da perda (Mazorra, 2009).

Tais medidas dialogam diretamente com a necessidade de manutenção de vínculos e continuidade simbólica, ao favorecer a preservação de elementos identitários ao longo do tempo, e com evidências que apontam a centralidade das relações sociais na adaptação ao luto. Como destaca Rodrigues et al. (2018, p. 2), "oferecer um espaço de escuta e de acolhimento [...] é fundamental", evidenciando a importância das redes de suporte na travessia da perda.

Do ponto de vista institucional, isso implica reconhecer que a aposentadoria não representa apenas a saída de um trabalhador, mas a transformação de um vínculo historicamente construído entre indivíduo e organização. Ignorar essa dimensão pode gerar custos invisíveis, como sofrimento psíquico e dificuldades na elaboração do luto, uma vez que a perda envolve transformações na identidade e na relação com o mundo (Mazorra, 2009).

Por outro lado, abordagens estruturadas podem converter esse momento em espaço de valorização, legado e continuidade simbólica. Isso se articula à compreensão de que o luto é um processo dinâmico e singular, influenciado por fatores contextuais e relacionais (Alcântara; Silva, 2020). Assim, políticas institucionais voltadas à aposentadoria devem ser compreendidas não apenas como instrumentos de gestão de pessoas, mas como dispositivos de cuidado, reconhecimento e reorganização da experiência de trabalho ao longo do ciclo de vida. Nessa perspectiva, a aposentadoria deixa de ser apenas um evento administrativo e passa a ser reconhecida como um processo psicossocial que exige elaboração, suporte e reconstrução de sentido.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo compreender a aposentadoria do servidor público a partir da hipótese de que essa transição pode ser interpretada como uma forma de luto institucional, marcada por perdas simbólicas relacionadas à identidade, ao pertencimento e ao reconhecimento social. A análise desenvolvida ao longo do trabalho permite afirmar que essa hipótese é sustentada tanto pela literatura psicológica quanto pela articulação teórica proposta, evidenciando que a aposentadoria não se reduz a um evento administrativo, mas configura um processo complexo de reorganização subjetiva do ser humano.

Os resultados indicam que a saída do trabalho implica a dissolução de uma identidade funcional construída ao longo do tempo, exigindo do indivíduo um esforço ativo de ressignificação. Esse processo não ocorre de maneira homogênea, sendo atravessado por múltiplos fatores, como condições socioeconômicas, estado de saúde, recursos psicossociais e possibilidades concretas de reorganização da vida. Assim, a experiência da aposentadoria revela-se profundamente desigual e contextual, reforçando a necessidade de compreendê-la para além de modelos exclusivamente individuais ou normativos.

Nesse cenário, a analogia com o modelo de Elisabeth Kübler-Ross (2008), mostrou-se particularmente relevante. Ao utilizar o ciclo do luto como ferramenta heurística, foi possível descrever diferentes formas de enfrentamento da transição, evidenciando sua dimensão emocional e identitária. Mais do que uma aplicação literal das fases, a contribuição central dessa analogia reside na possibilidade de reconhecer a aposentadoria como processo, e não como evento pontual, o que permite nomear e organizar experiências subjetivas frequentemente invisibilizadas, oferecendo uma linguagem para compreender reações como negação, resistência, ambivalência, sofrimento e, eventualmente, reorganização.

Ao mesmo tempo, o estudo demonstrou que o modelo não deve ser utilizado de forma rígida ou universal, mas articulado a outras dimensões analíticas. A travessia da aposentadoria é modulada por condições estruturais e relacionais que ampliam ou atenuam a experiência de perda. Nesse sentido, a principal contribuição teórica deste trabalho consiste em integrar a perspectiva do luto com abordagens que consideram fatores sociais, institucionais e biográficos, propondo uma leitura ampliada da aposentadoria como fenômeno psicossocial.

Do ponto de vista prático e institucional, os achados reforçam a importância de políticas estruturadas de preparação para a aposentadoria, especialmente no serviço público. Tais políticas devem ultrapassar abordagens restritas a aspectos financeiros e normativos, incorporando dimensões identitárias, emocionais e existenciais. A ausência desses dispositivos pode resultar em processos de ruptura não elaborada, com impactos negativos para o bem-estar dos indivíduos e para as organizações. Por outro lado, iniciativas que favorecem a continuidade simbólica, a transmissão de conhecimento e a reconstrução de projetos de vida tendem a promover transições mais adaptativas e integradas.

Apesar de suas contribuições, o estudo apresenta limitações. Trata-se de uma análise teórica, baseada em revisão e articulação conceitual, sem investigação empírica direta. Além disso, o foco no servidor público, embora relevante, restringe a generalização dos achados para outros contextos ocupacionais. A própria utilização do modelo de Kübler-Ross (2008), ainda que crítica e contextualizada, exige cautela, uma vez que sua validade não deve ser tomada como universal ou linear.

Diante dessas limitações, sugere-se que pesquisas futuras avancem na investigação empírica da aposentadoria como processo de luto, explorando diferentes categorias profissionais, contextos institucionais e trajetórias de vida. Assim, outros estudos podem contribuir para compreender a dinâmica temporal da transição, enquanto abordagens qualitativas podem aprofundar a análise da construção de significado e identidade nesse processo. Adicionalmente, investigações sobre a eficácia de programas de preparação para aposentadoria podem fornecer subsídios relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas mais sensíveis à complexidade dessa experiência.

Em síntese, este estudo contribui para deslocar a compreensão da aposentadoria de um evento administrativo para um processo de elaboração simbólica, no qual perdas e reconstruções coexistem. Ao reconhecer a aposentadoria como uma forma de luto institucional, abre-se espaço para uma abordagem mais integrada, capaz de articular dimensões psicológicas, sociais e organizacionais. Tal perspectiva não apenas amplia o campo teórico, mas também oferece fundamentos para práticas institucionais mais humanas, sensíveis e eficazes ao longo do ciclo de vida laboral.

REFERÊNCIAS

[1] ALCÂNTARA, Maria Luiza Peixoto; SILVA, Pedro Augusto Souto. *O luto através de perspectivas da psicologia: uma revisão literária*. Anápolis: Universidade Evangélica de Anápolis, 2020.

[2] BURMANN, Larissa Burmann Barcellos; MOREIRA, Márcio Borges. *As cinco fases do luto de Elisabeth Kübler-Ross: fato ou ficção?* Brasília: Instituto Walden4, 2022.

[3] CASELLATO, Gabriela (org.). *Luto por perdas não legitimadas na atualidade*. São Paulo: Summus, 2020.

[4] KOVÁCS, Maria Júlia. *Desenvolvimento da tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer*. *Paidéia*, Ribeirão Preto, 2008.

[5] KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

[6] MAZORRA, Luciana. *A construção de significados atribuídos à morte de um ente querido e o processo de luto.* 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

[7] RODRIGUES, Isacar dos Santos et al. *Contribuições da terapia cognitivo-comportamental para a compreensão do luto*. Revista Científica da Faculdade de Medicina de Itajubá, v. 8, n. 4, 2018.

[8] VASCONCELOS, Cláudia Ribeiro de; DUTRA, Denecir de Almeida; OLIVEIRA, Elia Machado de. *A iminência da morte em idosos e o modelo Kübler-Ross de enfrentamento*. Revista Uniandrade, v. 13, n. 3, 2013.

Capítulo 5

Impacto da rotina acadêmica na alimentação, sono e atividade física entre universitários no município de Itapetinga-Bahia

Lívia Santos Carneiro
Laís Hanna Ferraz Amorim
Pedro Lucas Souza de Andrade
Murilo Marques Scaldaferri

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de vida de cada indivíduo é diretamente influenciada por aspectos como boa alimentação, sono de qualidade e a prática de atividade física, entretanto, a rotina universitária impõe alguns fatores que podem influenciar na falta ou redução dessas vertentes. Essas questões ampliam a discussão sobre a compreensão da qualidade de vida. De acordo com o Ministério da Saúde, a qualidade de vida pode ser definida como: "Grau de satisfação das necessidades da vida humana [...] que tem como referência noções subjetivas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva" (Brasil, 2013, p 29). Nesse contexto, percebe-se que as demandas acadêmicas como longas horas de estudos, além de demandas com tempo limitado podem interferir diretamente no grau de satisfação e bem-estar dos universitários.

Ao ingressar em uma universidade o anseio de um bom desempenho acadêmico surge e o comportamento alimentar pode ser moldado quanto a isso, o que leva esses estudantes a uma alimentação pouco ou nada saudável. Duarte, Almeida e Martins (2013, p. 289) afirmam: "[...] Tais condições possibilitam a realização de pratos rápidos, sem horários pré-estabelecidos, inadequados do ponto de vista nutricional, além da omissão de refeições". Além disso, a prática alimentar inadequada pode contribuir para a aquisição de doenças como obesidade, diabetes, hipertensão arterial, entre outras. As mudanças da rotina universitária podem resultar em hábitos alimentares menos saudáveis, prejudicando a saúde e o bem-estar dos estudantes.

A rotina acadêmica também exerce influência significativa sobre a qualidade do sono dos universitários. O sono constitui uma função biológica fundamental na consolidação da memória e na regulação do metabolismo, sendo assim seus distúrbios podem gerar impactos significativos ao rendimento profissional, acadêmico como também à saúde física e mental, prejudicando o bem-estar e a manutenção da qualidade de vida (Cardoso *et al*, 2009).

Além da alimentação e do sono, a prática de atividade física apresenta-se como um elemento indispensável para a manutenção da saúde e da qualidade de vida. Para os acadêmicos a jornada universitária pode limitar o tempo disponível para a prática de exercícios físicos o que pode comprometer sua saúde. Dentro dessa visão, a prática regular de atividade física está associada a diversos benefícios à saúde, como redução da gordura corporal, melhora da pressão arterial, além do aumento da força muscular e da capacidade cardiorrespiratória, dessa forma, configura-se como um fator essencial para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população geral, principalmente entre os jovens (Oliveira *et al*, 2014).

Diante desse contexto, torna-se relevante investigar como a rotina acadêmica interfere nos hábitos de vida entre universitários, considerando variáveis como carga horária acadêmica e conciliação entre estudo e trabalho. Assim, esse trabalho tem como objetivo investigar o impacto da rotina acadêmica em relação aos padrões de alimentação, sono e atividade física entre universitários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A vida universitária constitui uma fase marcada por intensas transformações pessoais, sociais e acadêmicas, exigindo dos estudantes adaptações constantes às demandas curriculares, prazos, avaliações e atividades extracurriculares. Entretanto, devido a essa rotina, a saúde física e mental podem ser afetadas.

A alimentação adequada é um fator essencial no desempenho de atividades cotidianas, na promoção e na recuperação da saúde. Durante a graduação, muitos estudantes passam a ter maior autonomia alimentar, afastando-se do ambiente familiar e assumindo a responsabilidade por suas próprias escolhas nutricionais, mas, a alimentação saudável não depende apenas da escolha dos alimentos, mas também da forma de preparo, do tempo disponível para sua elaboração e do período destinado às refeições. Nesse contexto, o jovem universitário nem sempre dispõe de suporte para a aquisição e o preparo adequado dos alimentos (Busato *et al*, 2015).

Os hábitos alimentares dos universitários são fortemente influenciados por fatores como a escassez de tempo, a facilidade de acesso a alimentos ultraprocessados e as limitações financeiras. Este último aspecto relaciona-se ao fato de que muitos estudantes não exercem atividade remunerada, dedicando-se exclusivamente aos estudos e dependendo do apoio financeiro familiar ou de bolsas acadêmicas, o que resulta em uma renda reduzida. Nesse sentido, Olivier et al. (2023) destaca que um estudo realizado com alunos de uma universidade pública brasileira identificou maior consumo de doces e alimentos prontos para consumo nos finais de semana, em razão de sua praticidade e menor custo. Dessa forma, evidencia-se que as condições socioeconômicas em conjunto com a rotina acadêmica exercem influência direta sobre as escolhas alimentares dos universitários.

Além disso, o meio com quem vivem pode ser significativo também nesse aspecto, pois de acordo com um estudo realizado com universitários de moradias estudantis em Campinas-SP (Alves; Boog, 2007) diz que os estudantes relacionam a má alimentação também pela falta de companhia no momento das refeições, dessa forma a presença familiar pode influenciar nas escolhas alimentares, dando preferência a uma alimentação mais saudável.

Da mesma forma, o estresse acadêmico pode influenciar diretamente o comportamento alimentar, levando tanto ao aumento quanto à redução da ingestão alimentar, bem como ao consumo emocional, caracterizado pela busca por alimentos ricos em açúcar e gordura como forma de alívio psicológico (Penaforte; Matta; Japur, 2016).

O sono desempenha papel fundamental na consolidação da memória, na regulação emocional e na recuperação física. Entretanto, entre universitários, é comum a ocorrência de privação ou irregularidade do sono, decorrente de longas jornadas de estudo, tornando-os mais vulneráveis a distúrbios (Maciel *et al*, 2023). Além disso, os padrões irregulares de sono podem também relacionar-se com os fatores de inatividade física, aumento da obesidade e desenvolvimento de doenças mentais (Maciel *et al*, 2023).

Durante os dias úteis com as demandas acadêmicas, a duração do sono pode ser menor em relação aos finais de semana. Essas irregularidades no padrão de sono podem acarretar impactos negativos na saúde desses jovens (Araujo *et al*, 2013). Além disso, Araujo *et al*. (2013) aponta que indivíduos que dormem em excesso (mais de nove horas) quanto aqueles que apresentam sono insuficiente (menos de sete horas) apresentam redução na expectativa de vida.

A privação do sono entre jovens que estudam e trabalham pode ter um padrão ainda mais diferente. Araújo e Almondes (2012) diz que estudantes que frequentam cursos no turno noturno e desempenham atividades durante o dia, como o trabalho, podem encontrar dificuldades para conciliar uma boa qualidade de sono com as exigências acadêmicas. Essa situação torna-se ainda mais desafiadora quando precisam realizar trabalhos acadêmicos ou dedicar-se aos estudos durante a madrugada.

Também se observa uma relação entre o rendimento acadêmico e a qualidade do sono. Quando o indivíduo apresenta sono inadequado, há maior probabilidade de desenvolver sonolência diurna excessiva, o que pode comprometer a capacidade de concentração e aprendizagem. Nesse contexto, o grande número de demandas acadêmicas, os períodos prolongados dedicados a atividades curriculares e o tempo destinado ao trabalho podem tornar-se ainda mais desafiadores quando não há uma quantidade adequada de horas de sono (Araújo; Almondes; 2012).

A prática regular de atividade física apresenta diversos benefícios descritos na literatura, destacando-se sua contribuição no tratamento da obesidade. Além disso, é recomendada como estratégia auxiliar na melhora de transtornos mentais, uma vez que favorece a melhora do humor (Oliveira *et al*, 2024). Durante a vida acadêmica, devido a sobrecarga de tarefas e falta de tempo, muitos estudantes adotam um estilo de vida sedentário, aumentando a vulnerabilidade a problemas como ganho de peso além de alterações metabólicas. Dessa forma, o sedentarismo pode comprometer a saúde dos universitários (Prati; Porto; Ferreira, 2020).

Durante a fase de transição entre adolescência e vida adulta que é o período em que a maioria dos universitários ingressam na universidade, marcado por intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais, o envolvimento em atividades físicas pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do bem-estar geral e, entre esses aspectos, destaca-se a autoestima. Autoestima é compreendida como a percepção e a avaliação que o indivíduo possui de si mesmo (Pereira *et al*, 2017). Um estudo realizado por Ferreira *et al.* (2011), envolvendo atletas, demonstrou que a prática regular de exercícios físicos exerce impacto positivo na autoestima global dos indivíduos. Os resultados também indicaram que não é necessário praticar atividades físicas com alta frequência semanal para que esses benefícios sejam observados. De forma semelhante, Joseph *et al.* (2014) identificaram uma correlação positiva e significativa entre a prática de atividade física e a autoestima física relacionada à imagem corporal.

A alimentação, o sono e a prática de atividade física constituem pilares fundamentais para a manutenção da saúde e do bem-estar, apresentando uma relação de interdependência que influencia diretamente o funcionamento do organismo. Sendo assim, esses aspectos estão relacionados, uma vez que a combinação de uma alimentação adequada com a prática orientada de exercícios físicos contribui para a melhora da qualidade do sono (Mesquita; Leão, 2025).

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em outubro de 2025, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no campus da cidade de Itapetinga-BA que possui área territorial de 1.651,158 km^2 com população estimada em 65.897 pessoas (Brasil, 2022). O público-alvo desta pesquisa consistiu em estudantes universitários pertencentes aos nove cursos de graduação ofertados no referido campus.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário elaborado pelos autores da pesquisa na plataforma Google Formulários, enviada aos grupos de WhatsApp dos cursos de graduação, o qual foi respondido de forma anônima e voluntária por 44 discentes início após a concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O instrumento foi composto por 31 questões mistas, visando entender os hábitos

alimentares dos estudantes, sua rotina de sono, a prática de atividade física e outros aspectos relacionados à rotina acadêmica.

As variáveis investigadas, para averiguar os fatores associados, foram: a) informações sociodemográficas: idade, curso, turno em que estuda, cidade onde reside, exerce ou não atividade remunerada; b) hábitos de vida: como costuma se alimentar em período de falta de tempo, quantas refeições diárias, pratica ou não atividade física, frequência de prática, horas de sono antes e durante a vida acadêmica.

A análise dos dados foi realizada por meio da geração de frequências e percentuais das respostas ao questionário, bem como da análise das variáveis e das relações entre elas. A interpretação dos dados ocorreu utilizando o método de análise de conteúdo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes da pesquisa tinham entre 18 a 31 anos, entre eles 25% disseram morar sozinhos e 66% moram com a família. Em relação aos turnos 13,6% estudam no turno matutino, 61,4% estudam em tempo integral e 25% no noturno. Além disso, 34,1% disseram exercer alguma atividade remunerada e 65,9% disseram somente estudar.

No aspecto alimentação, uma das perguntas foi relacionada se o estudante é ou não habilitado ao PRAE (Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis), órgão universitário focado na permanência estudantil de alunos de graduação, oferecendo auxílios como duas refeições ao dia, nessa questão, os alunos, em sua maioria (61,4%), disseram estar habilitados, além disso 56,8% relatou que utiliza o restaurante universitário, especialmente no almoço. Ainda nesse contexto, 25% disseram levar comida de casa, 40% disseram se alimentar com lanches rápidos vendidos dentro da universidade (salgados e outros) e 25% não se alimentam na universidade. É possível notar que, embora a maioria esteja habilitada ao PRAE, uma parcela expressiva recorre a lanches rápidos vendidos na universidade ou sequer se alimenta no campus, o que sugere dificuldades de acesso contínuo a refeições balanceadas ao longo do dia.

Quando questionados sobre os tipos de alimentos que costumam consumir em situações de falta de tempo, 72,7% dos participantes relataram optar por alimentos prontos, pré-prontos e/ou processados (como congelados, bolachas e salgadinhos). Além disso, esse cenário é agravado em períodos de maior demanda acadêmica, como semanas de prova, marcado por sentimentos de ansiedade e angústia, apontados por 75% dos estudantes que afirmaram que o período letivo tendem a impactar negativamente a rotina alimentar, resultando em padrões irregulares de consumo seja levando a comer mais ou menos e na preferência por alimentos de menor valor nutricional. No que se refere à alimentação, nas últimas décadas, o consumo de alimentos processados aumentou em substituição aos alimentos in natura devido ao estilo de vida da atualidade. Além disso, por apresentarem alta densidade energética e elevados teores de açúcar, sódio e gorduras, esses alimentos contribuem para o aumento de doenças como a obesidade (Busato et al., 2015).

Somado a isso, a rotina acadêmica e as condições de vida dos estudantes exercem influência direta sobre seus hábitos alimentares. Estudar em tempo integral, morar sozinhos e exercer atividade remunerada podem comprometer o tempo para o preparo de refeições adequadas, favorecendo o consumo de alimentos prontos, pré-prontos e processados. Dentre os 29 discentes que moram com a família (66%), 19 (65,5%) têm a alimentação afetada pelo período letivo e 16 (55,2%) consomem alimentos processados. Dentre os 15 que moram sozinhos ou com colegas (34%), 13 (86,7%) relataram impacto

alimentar e 12 (80%) consomem alimentos processados, sugerindo maior vulnerabilidade desse grupo se comparado aos que vivem com familiares. Dos 20 alunos em semestres iniciais (1º ao 4º) (45,5%), 16 (80%) relataram impacto alimentar e 15 (75%) consomem alimentos processados. Dos 24 em semestres avançados (5º ao 10º) (54,5%), 17 (70,8%) relataram impacto e 17 (70,8%) consomem alimentos processados. Os discentes em início de curso enfrentam mais instabilidade alimentar, provavelmente por estarem se adaptando à rotina acadêmica. Além disso, foi relatado maior consumo de doces, aumento do apetite e surgimento de doenças como a obesidade e transtornos de compulsão alimentar.

A análise dos resultados referentes à qualidade do sono indica que 56,8% dos estudantes dormem entre 4 a 6 horas, além disso 52,3% relataram deixar de dormir para estudar. Esses dados demonstram uma redução no tempo de sono em relação ao recomendado pela National Sleep Foundation (2025), que indica entre 7 e 9 horas de sono para adultos de 18 a 64 anos. Dessa forma, os resultados encontrados podem estar relacionados à Sonolência Excessiva Diurna (SED), definida como “a dificuldade de se manter acordado e alerta durante o dia, resultando em sonolência e lapsos de sono não intencionais" (Neves et al., 2013, p.10).

Ao comparar os períodos letivos com as férias ou com o período anterior à faculdade, observou-se queda no número de alunos que dormem 8 horas ou mais, de 45,5% para 6,8%, evidenciando o impacto da rotina acadêmica nos hábitos de sono. Além disso, 70,5% dos estudantes relataram dificuldade em reter o conteúdo estudado, sugerindo relação entre privação de sono e menor desempenho cognitivo. Quando questionados se dormir o suficiente facilitaria o aprendizado, 72,7% responderam afirmativamente. A má qualidade do sono pode causar prejuízos como redução da concentração impactando negativamente a qualidade de vida dos estudantes já que uma noite de sono adequada, com a presença da fase REM, possibilita a recuperação das energias gastas ao longo do dia. Nesse período, ocorre o relaxamento do sistema nervoso central, redução da temperatura corporal, liberação hormonal e consolidação das informações e memórias adquiridas, processos essenciais para o desenvolvimento cognitivo e para a regulação do humor (Gonçalves et al., 2022).

Quando questionados sobre a prática de atividades físicas, 45,5% disseram já terem praticado, 36,4% praticam atualmente e 18,2% não praticam. A baixa porcentagem de prática é semelhante à encontrada no estudo realizado por Souza *et al.* (2015), por meio do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ), no qual foi observado que 30% dos estudantes não praticavam atividade física. Em um estudo subsequente, com a mesma abordagem, realizado por Mendes *et al.* (2016) observou uma baixa prevalência de inatividade física, com destaque para os estudantes ingressantes, o que pode estar relacionado às maiores demandas da vida acadêmica, bem como a fatores como dificuldades financeiras, ausência de companhia e falta de motivação, o que pode aumentar os riscos à saúde (Prati; Porto; Ferreira, 2020).

Quanto ao tipo de atividade, a musculação foi a mais citada (54,5%). Esse tipo de exercício é amplamente utilizado como recurso para promover a saúde e melhorar a qualidade de vida, contribuindo para o aumento da força muscular, melhora da composição corporal e prevenção de doenças crônicas (Prazeres, 2007).

Sobre a frequência de prática, 61,4% disseram não praticar e 31,8% praticam 3x ou mais na semana. Além disso, 81,8% relataram que a frequência de prática diminuiu após o início da vida acadêmica e 84,1% disseram que as atividades acadêmicas já fizeram faltar

ou parar alguma prática esportiva. Verificou-se que o período do semestre interfere na prática de exercícios, sendo o meio (56,8%) e o final (65,9%) os momentos de maior dificuldade, possivelmente devido ao aumento das atividades acadêmicas. Entre as categorias apontadas pelos participantes como impeditivos, na qual poderiam marcar mais de uma resposta, estavam a falta de tempo (70,5%), o cansaço físico (72,7%), a falta de motivação (40,9%) e o custo elevado das atividades (22,7%). Esse resultado assemelha-se a um estudo realizado na Universidade Federal de Brasília, com 281 estudantes da área da saúde, no qual verificou-se que 65,5% foram classificados como sedentários, além disso, os principais motivos para a não prática de atividade física destacam-se a falta de tempo, disposição, dinheiro e local adequado (Oliveira *et al*, 2014).

Ao analisar as respostas individualmente, observou-se que estudantes dos períodos finais e dos turnos integral e noturno demonstraram maior dificuldade em manter a prática de atividades físicas, indicando, em sua maioria, não praticar atualmente ou redução da frequência após o início da rotina acadêmica.

4 CONCLUSÃO

Esse estudo evidencia um conflito entre as demandas acadêmicas e a preservação da saúde. Os resultados demonstram que a rotina acadêmica exerce impacto negativo significativo sobre três pilares fundamentais da saúde: alimentação, sono e atividade física. A combinação de carga horária elevada, estresse, demandas intensas e, em alguns casos, trabalho remunerado cria um ambiente desfavorável à manutenção de hábitos saudáveis. Esse cenário não apenas compromete a qualidade de vida dos estudantes, mas também pode afetar o desempenho acadêmico e favorecer o surgimento de agravos à saúde física e mental.

REFERÊNCIAS

[1] DUARTE, Flávia Moreno; ALMEIDA, Suzy Darlen Soares de; MARTINS, Karine Anusca. Alimentação fora do domicílio de universitários de alguns cursos da área da saúde de uma instituição privada. **O Mundo da Saúde,** São Paulo, v. 37, n. 3, p. 288-298, 2013.

[2] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático : promoção da saúde / Ministério da Saúde.** Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. – 1. ed., 2. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 48 p

[3] CARDOSO, Hígor Chagas et al. Avaliação da qualidade do sono em estudantes de Medicina. **Revista brasileira de educação médica,** v. 33, p. 349-355, 2009.

[4] DE SOUZA OLIVEIRA, Cristiano et al. Atividade física de universitários brasileiros: uma revisão da literatura. **Revista de Atenção à saúde,** v. 12, n. 42, 2014.

[5] GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, 2009.

[6] BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Itapetinga - BA.** Cidades e Estados, [2022]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/itapetinga.html Acesso em: 20 jan. 2026

[7] BUSATO, Maria Assunta et al. Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de estudantes universitários. Semina: **Ciências Biológicas e da Saúde,** v. 36, n. 2, p. 75-84, 2015.

[8] ALVES, H. J.; BOOG, M. C. F. Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para a promoção da saúde. **Revista Saúde Pública,** São Paulo, v. 41, n. 2, p. 197-204, 2007.

[9] OLIVIER, Glaura Paulo Fagundes et al. Custo e tempo como obstáculos para uma alimentação saudável entre universitários. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde,** v. 18, p. e65478-e65478, 2023.

[10] PENAFORTE, Fernanda Rodrigues; MATTA, Nayara Cristine; JAPUR, Camila Cremonezi. Associação entre estresse e comportamento alimentar em estudantes universitários. **Demetra: alimentação, nutrição & saúde,** v. 11, n. 1, p. 225-237, 2016.

[11] MACIEL, Francine Villela et al. Fatores associados à qualidade do sono de estudantes universitários. **Ciência & saúde coletiva,** v. 28, p. 1187-1198, 2023.

[12] ARAÚJO, Márcio Flávio Moura de et al. Avaliação da qualidade do sono de estudantes universitários de Fortaleza-CE. **Texto & Contexto-Enfermagem,** v. 22, n. 2, p. 352-360, 2013.

[13] DE FREITAS ARAÚJO, Danilo; DE ALMONDES, Katie Moraes. Qualidade de sono e sua relação com o rendimento acadêmico em estudantes universitários de turnos distintos. **Psico**, v. 43, n. 3, 2012.

[14] DE OLIVEIRA, Janaina Nunes et al. Exercícios físicos e estudantes universitários: qualidade de vida, ansiedade e outras perspectivas: quality of life, anxiety and other perspectives. **Arquivos de Ciências do Esporte,** v. 12, p. 1-12, 2024.

[15] PRATI, Sérgio Roberto Adriano; PORTO, Wagner José; FERREIRA, Luciana. Estilo de vida de universitários: uma investigação sobre hábitos alimentares, atividade física e estresse. **Biomotriz,** v. 14, n. 2, p. 69-78, 2020.

[16] PEREIRA, Helena P. et al. Bem-estar psicológico e autoestima em estudantes universitários. R**evista iberoamericana de psicología del ejercicio y el deporte,** v. 12, n. 2, p. 297-305, 2017.

[17] Ferreira, J. P., Gaspar, P. M., Campos, M. J., & Senra, C. M. (2011). Auto-eficácia, competência física e auto-estima em praticantes de basquetebol com e sem deficiência física. **Motricidade,** 7(1), 55-68. doi:10.6063/motricidade.7(1).120

[18] Joseph, R. P., Royse, K. E., Benitez, T. J., & Pekmezi, D. W. (2014). Physical activity and quality of life among university students: exploring self-efficacy, self-esteem, and affect as potential mediators. **Quality of Life Research,** 23(2), 659-667. doi:10.1007/s11136-013-0492-8

[19] MESQUITA, Maria Lucinete Nunes; LEÃO, Graciele Silva. Efeitos da alimentação e exercício físico na qualidade do sono em indivíduos ativos: uma revisão integrativa. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva,** v. 19, n. 114, p. 45-55, 2025.

[20] MENDES, M. L. M.; SILVA, F. R.; MESSIAS, C. M. B. O.; CARVALHO, P. G. S.; SILVA, T. F. A. Hábitos alimentares e atividade física de universitários da área de saúde do município de Petrolina-PE. **Tempus Actas de Saúde Coletiva,** v. 10, n. 2, p. 205-217, 2016.

[21] SOUZA, I.; BONFANTE; I.; MORAES JUNIOR, F.; LOPES, W. Níveis de atividade física e estágios de mudança de comportamento de universitários da área de saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde,** v. 20, n. 6, p. 608-608, 2015.

[22] PRAZERES, Marcelo Viale. **A prática da musculação e seus benefícios para a qualidade de vida. Florianópolis:** Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007.

[23] DE SOUZA OLIVEIRA, Cristiano et al. Atividade física de universitários brasileiros: uma revisão da literatura. **Revista de Atenção à saúde,** v. 12, n. 42, 2014.

[24] NATIONAL SLEEP FOUNDATION. **How many hours of sleep do you really need?** 17 nov. 2025. Disponível em: https://www.thensf.org/how-many-hours-of-sleep-do-you-really-need/. Acesso em: 01 abr. 2026.

[25] NEVES, G. S. M. L. et al. Transtornos do sono: visão geral. **Rev Bras Neurol,** v. 49, n. 2, p. 57-71, 2013.

[26] BUSATO, Maria Assunta et al. Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de estudantes universitários. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 36, n. 2, p. 75-84, 2015.

Capítulo 6

Uma visão sociológica crítica sobre o atendimento médico

Oscar Edgardo Navarro Escobar

"A pobreza é tão grande em Dublin que a única organização de beneficência, a Mendicity Association, acolhe 2.500 pessoas por dia, portanto, um por cento da população total, alimentando-as de dia e despedindo-as à noite".
Engels (A situação da classe trabalhadora na Inglaterra).

Resumo: Há muitas doenças que hoje em dia poderiam ser superadas e solucionadas, porém, devido aos interesses que subjazem ao capital isso não é possível, as economias ocidentais e algumas europeias durante décadas não tem investido em pesquisas que procurem solucionar os problemas que afligem à humanidade em geral. As tentativas de solucionar serviços eficazes públicos tem sido estéreis em suas tentativas. A produção em grande escala da Agnotologia tem privilegiado a produção de conhecimento importante para a sociedade e seus direitos de cidadania. A vida cotidiana coloca as necessidades da saúde num espaço tão agravado que a própria sociedade organiza, paralelo ao poder público, seus espaços singulares de saúde, por exemplo, a utilização de ozônio[1] como tratamento para a dor e inflamações, entre outros, Anvisa em 2023 autorizou esse tipo de tratamento, após anos de tramitação oficial, pois, os interesses de laboratório e a indústria farmacêutica se opunham insistentemente. Assim, para as lideranças representativas da sociedade e especialmente os trabalhadores e trabalhadoras da saúde comprometidos com a transformação real e profunda da coletividade, foi uma conquista importante e significativa, pois, reduz substancialmente os recursos econômicos dos poderes públicos que podem ser aplicados em outras áreas importantes como a educação e habitação. Todavia, coloca-se o trabalho de conhecer cientificamente a realidade na qual se insere seu papel social, de ter sobre a mesma uma visão crítica e comprometida que possibilite transformar-se num porta-voz de conscientização e de uma mudança que signifique o bem coletivo.

[1] A pós a sanção da lei 14.648/2023 pela Presidência da república em 2023, a Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), emitiu um comunicado normativo qua aborda a Ozonoterapia como um novo tratamento terapêutico. O Conselho Federal de Medicina, considerou esta terapia como um procedimento experimental nas áreas de dentista, periodontia, endodontia, cirurgia odontológica e estética.

1. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO NESTE CAMPO DE ESTUDO

Os estudos inovadores sobre as causas que produziam determinadas doenças são atribuídos ao cientista alemão - Rudolf Virchow (1821-1902) no século XIX, o estudo pioneiro deste cientista levou a identificar as patologias celulares como uma causa das células doentes, as influências externas tinham um papel fundamental nas enfermidades e nas doenças em geral. Antes dele as infecções tinham uma causa estritamente interna, denominada fatores de unicausalidades, isto é, se considerava que as doenças tinham um único fator de causalidade não se prestava atenção aos fatores externos que envolviam uma determinada realidade, assim, foi possível levantar que qualquer estado do desiquilibro humano possuía uma multiplicidade de fatores, como pode ser observado no quadro a seguir.

Fonte: Alves; Almeida; Balhau (2015)

Devemos lembrar que nesta época existia uma visão sociológica pouco crítica sobre as doenças infeciosas, logo os tratamentos eram dirigidos à doença e não ao paciente. O tromboembolismo pulmonar (TEP) é uma patologia[2] cardiovascular de difícil diagnostico e tinha um alto índice de mortalidade a nível mundial, por isso, as contribuições de Virchow[3] tornaram-se muito importantes para definir novos procedimentos e novas

[2] Etimologicamente, patologia deriva do grego que significa: "pathos" = sofrimento, doença; e "logia"= estudo, conhecimento. Portanto, a patologia é um ramo da ciência médica que estuda as alterações morfológicas e fisiológicas do organismo, quando existe alterações de equilibro do mesmo podemos verificar que o individuo está numa fase doentia.

[3] Virchow foi o primeiro cientista a afirmar que toda doença tinha uma causalidade, através da microbiologia passou a identificar as causas de doenças infecciosas e epidemias. Na patologia revolucionou os tratamentos incentivando novos medicamentos e a criação do método experimental para testes. A indústria farmacêutica passou a pesquisar

abordagens cientificas, sobretudo, começa-se a tratar o paciente numa dimensão clínica multifatorial, agentes externos e internos produziram as doenças. Até este momento se considerava a área de saúde revestida de um caráter neutro ou imparcial, pois, se considerava a doença em si, excluído todos os fatores externos na qual as pessoas estavam socialmente situadas, pois, diferentemente de outras atividades, a saúde era considerada uma prática presumivelmente autônoma, sem vínculos econômicos, políticos e ideológicos, isto é, a medicina era uma atividade totalmente desvinculada das classes sociais.

Essa visão social de mundo levou aos profissionais da área a construir uma compreensão empobrecida e despolitizada de suas ações práticas, seu trabalho aparecia como uma atividade em benefício do "coletivo", não existia qualquer questionamento diante desse axioma ideologizado pelas classes dominantes. Todavia, essa crença que contribuiu para uma aparente imparcialidade dessa área de trabalho foi o desenvolvimento científico e as novas técnicas de procedimentos médicos no atendimento dos pacientes, pois, supostamente o trabalho é realizado pelo bem comum, pelo equilibro da sociedade. Procura-se erradicar a doença e manter a harmonia da saúde dos indivíduos dentro de seu contexto social. Por conseguinte, um ramo da ciência social clássica que contribuiu para orientar essa falsa concepção de neutralidade da ciência, foi sem dúvida, o nascimento da sociologia, os clássicos (Comte, Durkheim, Weber, entre outros), partiram da premissa de que a ciência social deveria utilizar os mesmos procedimentos das ciências da natureza, pois, estes últimos, fundamentavam-se na neutralidade, os procedimentos deveriam ser objetivos, excluindo qualquer juízo valorativo nos procedimentos de trabalho em saúde. Além disso, tal perspectiva indicava que a doença poderia ser entendida se for analisada dentro do próprio corpo, isoladamente dos vínculos que compõem a realidade mediatizada socialmente.

Ao lermos cuidadosamente uma passagem da obra de Engels (1985), podemos evidenciar uma concepção totalmente oposta à oficial que reinava nesse contexto, diz ele:

> Já mencionei anteriormente a atividade invulgar que a inspeção sanitária despendeu durante a epidemia de cólera em Manchester. Com efeito, quando esta epidemia começou a se aproximar, apoderou-se da burguesia desta cidade um medo generalizado. De repente lembrou-se das habitações insalubres dos pobres, e tremeu com certeza de que cada um destes bairros miseráveis ia constituir um foco de epidemia, a partir do qual está estenderia seus tentáculos em todos os sentidos para as residências da classe proprietária. Designaram uma comissão de higiene para investigar estes bairros e remeter ao Conselho Municipal um relatório exato sobre a sua situação. O Dr. Kay, ele próprio membro da comissão, que visitou especialmente cada distrito de polícia, com exceção do décimo primeiro, fornece-nos alguns estratos do seu relatório. Ao todo foram inspecionadas 6.951 casas, naturalmente apenas em Manchester, com exclusão de Salford e outros arredores; 6565 tinham necessidades urgentes de serem caídas interiormente, em 960 tinham sido negligenciadas as necessárias reparações (were out of repair), 939 eram desprovidas de instalações de escoamento suficiente, 1.435 eram úmidas, 452 mal arejadas, 2.221 desprovidas de instalações sanitárias. (Engels, 1985, p. 78).

cientificamente novas formas da abordagem da medicina. Ele fortaleceu o campo cientifico e a pesquisa das condições gerais de causalidade e a interação com o meio ambiente na qual desenvolvemos nossa interação social.

O autor da citação, considera a doença (neste caso a epidemia) como um evento de causalidade externo às pessoas (trabalhadores e trabalhadoras da indústria), as múltiplas condições de existência produziram circunstâncias contrarias à vida humana, tais ocorrências, principalmente de higiene, levaram a uma parte significativa da cidade (Manchester) a enfrentar um problema sério de saúde e bem-estar social, logo, as soluções passam pela questão econômica, política, social e cultural. Além disso, deixa entrever a situação das classes trabalhadoras e seu deterioro nas condições de vida, no seu entendimento, a saúde aparece não como uma realidade interna que possui existência própria, mas como uma relação social entre os indivíduos e classes sociais, exatamente por isso, uma prática social que se desenvolve em estreita combinação com as demais esferas da vida social, etc.

Engels considera a sociedade numa continua transformação, logo, observa que os indivíduos são produto (e produtores) das circunstâncias que movem a sua realidade social, mas estas não são alteradas pelo simples desejo de alguma modificação, independe dos indivíduos, pois, são as classes sociais que ao estar numa posição privilegiada impõe uma determinada realidade, que domina a esfera econômica, também dominará o campo político, social e cultural à classe que está sob seu domínio. É importante salientar que este processo leva a um conflito de interesses sociais. Por outras palavras:

> Segundo a concepção materialista da história, o momento em última instancia determinante, na história, é a produção e reprodução da vida real. (...) A situação econômica é a base, mas os diversos momentos da superestrutura – formas políticas de luta de classe e seus resultados. (...) O movimento econômico vem ao de cima como necessário. Senão, a aplicação da teoria a um qualquer período da história seria mais difícil do que a resolução de uma simples equação de primeiro grau (Engels, 1983, p. 547).

De acordo com o pensamento do autor, a sociedade pode ser dividida em dois campos de realidade, o primeiro denominado de infraestrutura (base de uma sociedade) e outro, superestrutura que corresponde às formas de consciência social, educação, cultura, política, etc. Essas duas dimensões se complementam e interagem mutuamente, porém, a sua base que determina as outras esferas da vida social, e não ao contrário. Deve ser observado, ainda, que o desenvolvimento da sociedade moderna (capitalismo) levou à maioria da sociedade a vender sua força laboral, o professional da saúde não está acima desta relação remunerada ou assalariada. Vejamos mais de perto esta questão.

2. TRABALHO E ALIENAÇÃO

Sabemos que ao longo do desenvolvimento da humanidade, está passou por inúmeros estágios de organização social e suas correspondentes formas de trabalho, as comunidades primitivas foram as primeiras formas de organizar a vida social, aqui os seres humanos dependiam exclusivamente daquilo que a natureza lhes proporcionava, os indivíduos extraiam da natureza aquilo que precisavam para a sua sobrevivência, inclusive, eram obrigados a seguir o curso da natureza, por isso, eram forçados a migrar quando as condições climáticas eram adversas à continuidade da vida; no inverno por exemplo, os indivíduos deviam deslocar-se para terras onde encontrassem animais e peixes para a sua vida cotidiana do contrário pareceriam. O domínio da agricultura e da

domesticação de animais deu um salto qualitativo na sua sobrevivência, assim, como o domínio do fogo, permitiu aos indivíduos ficar sedentários em lugares que eram verdadeiros paraísos geográficos. As sociedades escravistas também desfilaram pela história como organizações sociais que estavam em permanente conflito, pois, aqui realmente se originam as classes sociais onde uma passa a apropriar-se do trabalho alheio, sua posição privilegiada possibilita criar uma visão de mundo idealizada à posição da classe dominante, pois, essas classe social ao ter um excedente de tempo extraordinário produz uma narrativa ideal e necessária a sua posição dentro da estrutura social, não é sem razão que, Aristóteles reafirma e legitima à classe na qual ele pertence, diz ele nas primeiras páginas de sua principal obra - Tratado da Política:

> Mas a natureza faz ou não um homem escravo? A escravidão é justa e útil ou será antes contra a natureza? É o que agora importa examinar. A realidade e a experiencia. Conduzir-nos-ão, neste ponto, da mesma forma que a razão, ao conhecimento do direito. Não é somente necessário, é também vantajoso que haja comando duma parte e obediência da outra; e todos os seres, desde o primeiro instante do seu nascimento, estão por assim dizer, marcado pela natureza, uns para mandar, outros para obedecer. (Aristóteles, 2000, p. 12).

O homem é um animal racional, o que diferencia este de outras espécies é a capacidade de pensar, a arte de bem prosar, portanto, segundo para este filosofo, as pessoas já nascem com a potencialidade de desenvolver seu raciocínio, outros nasceram sem a passibilidade de pensar. A sociedade é vista como algo imutável, eterna, organizada hierarquicamente. Cada sujeito nascia fadado a ser aquilo que o destino tinha traçado, ser escrava, ou artesão, patrício ou cidadão.

Com o avanço ou evolução nas relações de trabalho, a organização social tornou-se mais complexa e contraditória, num determinado momento da história, transformou-se numa sociedade medieval ou feudal, aqui também as classes sociais estão num contínuo conflito, inclusive a própria burguesia sofre discriminação das classes dominantes (Clero, Nobreza) desta época, estas impõem uma série de limitações à ascensão da classe que tornar-se-ia dominante a partir do século XV.

Enquanto a diferenciação social era justificada com argumentos que transcendiam a responsabilidade humana, o homem continua a ser um animal racional, porém, forças demiurgos controlam as atividades práticas, externo à condição humana, existe uma entidade superior que controla o destino dos indivíduos, assim, o conhecimento teológico, tutela qualquer explicação sobre o homem, o mundo natural e social, os indivíduos são assim porque devem ser desse modo. Santo Agostinho de Hipona (354 – 430 d. C) e Tomás de Aquino 1224-1274) representam o pensamento mais apurado desta época histórica, embora este último tenha renegado sua produção teórica, ambos sustentam que a criação e a trajetória humana são governadas por forças que fogem ao controle dos indivíduos e que forças ocultam ditam as normas e condutas da sociabilidade. Os indivíduos foram criados para obedecer a aquilo que as Leis Divinas exigem e definem como o verdadeiro sentido da vida. Cada indivíduo, tinha ao nascer na sociedade um lugar determinado. A preocupação com a hierarquia social é extremadamente rígida, quem ousasse transgredi-la teria que pagar com a sua própria vida. A Inquisição foi o instrumento mais apurado desta época, Giordano Bruno (1548-1600) foi queimado em Plaça publica em 17 de fevereiro de 1600 pela ousadia de desafiar as autoridades eclesiástica oficiais, afirmando, entre outras coisas, que a terra não se movia conforme as afirmações aristotélicas. Seu

contemporâneo Galileu Galilei (1564-1642) teve que abdicar e negar tudo o que tinha escrito sobre o mundo e o conhecimento científico na área da astronomia, engenheira, física, entre outros, para conseguir preservar sua vida, mesmo assim, ficou em prisão domiciliar até seu falecimento. Joana d"Arc (1412-1431) foi uma camponesa e heroína francesa pelos feitos na defesa do território francês e pela formação do Estado Nacional durante a denominada Guerra dos Cem Anos 1337-1453, porém, os próprios franceses a entregaram à Inquisição inglesa para ser queimada por heresia.

Fonte: Leme (pintura realizada no século XIX).

Ela foi acusada de heresia porque se recuso a reconhecer a autoridade da Igreja Católica, na verdade foi uma questão política, pois, na época a França (dominada pelos ingleses) estava dividida entre dois grupos de poder real; os Borgonheses e os Armagnacs. Graças

à tenacidade de Joana d"Arc legitima a Carlos VII para o trono francês, este representava o poder dos Borgonheses.

Mas o mundo não se deteve por esses eventos históricos. As formas de trabalho, os modos de vida cotidiano, os propósitos de pensar, vão-se transformando. Eis nosso assunto a seguir.

3. TRABALHO E MODERNIDADE

No auge da Idade Média, a preocupação dos indivíduos mudou, a teologia vá cedendo ao raciocínio científico e a lógica do mundo real é capturada pelo método experimental, é na realidade que se deve demonstrar a verdadeira teoria, já não é mais aceitável um pensamento abstrato, distante do mundo objetivo, as práticas humanas recomendam a realidade que a circunda. Eis como é abordado este momento histórico, John Donne em 1611, escrevia uma anatomia da passagem de uma sociedade para outra:

> *E a nova filosofia põe tudo em dúvida, O elemento fogo extinguiu-se de todo; Perdido está o Sol, e a Terra, e onde procura-lo. Não o sabe mais o humano entendimento. Espontaneamente confessam os homens que este mundo está gasto, Já que nos Planetas, e no Firmamento Vão em busca de tantos novos*... No mesmo tom queixoso de reprovação, Donne lamenta o esfacelamento da velha ordem de coisas e ao mesmo tempo revela um aspecto inédito e desafiador dessa conjuntura: a inebriante noção de que o homem era inigualável e dotado de ilimitados poderes criadores. *Tudo feito em pedaços; foi-se toda harmonia. Toda justa medida, e toda Relação: Príncipe, Súdito, Pai, Filho, são coisas esquecidas, Pois cada homem só pensa que lhe cumpre. Ser um Fênix, e que estão não há de ser. Nada daquilo que êle é, senão ela*. Entre esses dois sentimentos extremos – desalento da destruição da velha ordem, orgulho da capacidade de criar de suas ruinas uma ordem nova – o século XVII encenou o seu grandioso drama. As próprias descobertas lastimadas por Donne foram aclamadas por seu contemporâneo Francis Bacon, para quem encerravam a promessa de "estender mais amplamente os limites do poder e da grandeza do homem" (Blitzer, 1971, p. 11).

Efetivamente, No auge da ascensão da sociedade burguesa foi conquistando mentes e corações, em pró de uma liberdade, igualdade, fraternidade, propriedade e democracia, esta foi capaz de construir um mundo novo, porém seu ciclo revolucionário se fechara no século XIX, a partir desse momento, quando já domina o cenário econômico e político, não será capaz de realizar o que outrora tinha prometido, muito pelo contrário, utilizara a força do Estado para anular e punir qualquer indivíduo que procure alterar a estrutura social por ela constituída.

Produção de conhecimento sofre uma constante distorção social. A origem deste problema não é nova, pois, quando a classe dominante percebe que certos axiomas apontam para uma crítica de si mesma, passa a utilizar a intimidação e a ideologia de forma a alterar a objetividade do saber científico, este declínio histórico de contestação social se expande a todas as esferas da vida humana, as ciências sociais sofrem um desgaste de credibilidade por parte da população em geral. Nas palavras da sociologia de Lukács (1981):

> Significou o dobrar de sinos pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário ou não (...). Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espadachins assalariados, em lugar de uma análise cientifica despida de preconceito, a má consciência e a premeditação da apologética. (...) A burguesia tomava consciência, com razão, que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo votavam-se contra sua própria civilização; que todos os deuses que criara a haviam renegado (Lukács, 1981, p. 110).

Esse distanciamento da realidade e de uma análise objetiva e cientifica sobre o mundo humana extinguiu-se em todos os sentidos. Há a necessidade cada vez mais proeminente de falsear os acontecimentos da vida humana, ao ponto de acentuar ainda mais sua involução. A própria produção de conhecimento fica comprometida, pois, caminha num sentido oposto daquilo que a sociedade pode esperar, portanto, é uma evidência empírica que os interesse que defendia já não são mais universais, foram transformados em emolumento particular e privado. Devemos acrescentar ainda que as formas de trabalho se tornaram obsoletas, pois, as atividades práticas de nosso cotidiano transformaram-se numa mercadoria como qualquer outra, as aspirações de um bem estar, tanto no plano mental, quanto na sua dimensão material são inalcançáveis. O mercado tornou-se o senhor da vida social, já não é possível a realização humana num projeto de natureza qualquer, a própria existência dos indivíduos está em constante sursis, não é mais possível frequentar áreas de lazer ou divertimentos sem que ocorra incidentes que neguem propósitos iniciais. Pode-se dizer que a vida cotidiana se desenvolve num plano de alienação e que o mundo do trabalho já não atende às necessidades que deveria atender. Eis nosso seguinte assunto.

4. TRABALHO E ALIENAÇÃO

O princípio da sociabilidade humana é o trabalho, através dele que podemos viver como sociedade, as atividades humanas consubstanciam a essência dos seres humanos dentro de sua organização econômica, como foi observado, com o aparecimento das classes sociais, também veio junto a expropriação do trabalho alheio. De fato, no sistema econômico capitalista somente pode existir se cumprir essa premissa fundamental. Originalmente o ser social abrange o mundo natural, mas como um ser coletivo somente pode satisfazer as suas necessidades ao se relacionar com outros seres sociais, simultaneamente ocorre, através do trabalho ou suas atividades práticas, um processo de negação de sua existência, uma vez que essas atividades laborais não levam à satisfação de suas necessidades mais fundamentais e distorce a sua relação com os outros seres sociais. As atividades laborais em seu conjunto produzem um desconforto de sociabilidade, pois, os resultados de seus trabalhos não permitem sua realização, a expropriação submete a uma sobrevivência precária e mutiladora. Os indivíduos são depreciados nas suas ações práticas, assim, o seu relacionamento com os demais é transformado em meros objetos, despersonalizados, sua criação é negada no processo produtivo. Portanto, essas relações de trabalho tornaram-se tão perniciosas e nocivas quanto perigosas. Para utilizarmos uma apreciação semelhante, vejamos o que diz o historiador inglês:

> Como sabemos, na fase ascendente de seu desenvolvimento o sistema do capital era imensamente dinâmico e, em muitos aspectos, também

> positivo. Somente com o passar do tempo – que trouxe objetivamente consigo a intensificação dos antagonismos estruturais do sistema do capital – este se tornou uma força regressiva perigosa. (...) Sua máxima impiedosa segundo a qual *não há alternativa* é somente uma variante propagandística da negação geral da história correspondente à natureza recôndita do capital no estágio atual de nosso desenvolvimento histórico. Essa determinação do capital nem sempre se verificou, mas se tornou inalteravelmente presente (Mészáros, 2007: 25-26, grifos do autor).

Efetivamente, A moderna sociedade burguesa[4], saída do declínio da Idade Média, não foi incapaz de cumprir aquilo que se tinha tornado sua bandeira de luta, igualdade, democracia, educação universal, entre outras, pelo contrário simplificou os problemas sociais e os aprofundou, por isso, tornou, como diz o autor acima, uma relação perigosa para a humanidade.

Hoje estamos vivendo esse processo e sentimos todos os desconfortos de uma relação humana que destrói sempre em forma contínua os direitos conquistador com reconhecida persistência. A classe dominante atual transformou o professional da saúde, da educação, do engenheiro, do padre, do homem de ciência em trabalhadores e trabalhadoras assalariados (as) pagos por essa classe. Ela alterou todas as relações humanas e as submeteu à mera mercantilização da ordem de coisas. O trabalho estável se volatiliza para cair na mais plena concorrência comercial, mesmo o trabalhador (a) querendo vender a sua força de trabalho, estes não encontram lugar, suas vidas entram também num ciclo de declínio contínuo. Este desencanto da modernidade empurra às sociedades a criar mecanismos de contestação e superação diante a procura de uma nova realidade. Nosso tempo é de uma mudança qualitativa e não quantitativa.

5. TRABALHO E UMA NOVA REALIDADE

O trabalho constitui o princípio de nossa sociabilidade, através da ausência dele, é que nos precatamos da importância que têm em nossas vidas, sem ele podemos deixar de existir, portanto, toda atividade laboral inaugura um ciclo coletivo que permite que minha subjetividade se consubstancie no outro, por conseguinte, os indivíduos se constroem sempre no coletivo, nos retiramos aquilo que somos somente no coletivo. Mas vejamos como podemos definir melhor esse conceito, diz um estudioso sobre o tema:

> A história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades – a produção da vida material. Essa busca se produz historicamente em toda ação humana para que o homem possa continuar sobrevivendo. Na medida em que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades e outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho. O trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado *modo de produção*. Em Síntese, o modo de produção dominante, que convive com outros modos de produção subordinados, determina a organização e a execução dos processos de trabalho, que são produto das relações sociais. Assim, "toda sociedade é um momento no processo

[4] Por classe burguesa entende-se aquele grupo social que detém os meios de produção social e expropria o trabalho alheio. Por classe assalariado (masculina e feminina) entende-se por um grupo social que não possui os meios de produção, está obrigada a vender a sua força laboral para poderem viver.

> histórico, e só pode ser apreendida como parte daquele processo (Oliveira, 2006: 5-6, grifos do autor).

De acordo com o pensamento do autor, todas as atividades humanas que os indivíduos realizam estão fâmulos à organização social e produtiva, são relações que independem dos indivíduos, porém, isso não significa que não a posam mudar, a história nos entrega detalhes dessas modificações que ocorreram ao longo da história humana, portanto, a relação atual de trabalho sinaliza uma necessária modificação, é condição essencial de nossos dias. Por conseguinte, ninguém pode ficar indiferente.

É importante observar que nenhum professional esta acima destas atribuições, nessa mesma direção, a prática social aponta em conservar ou alterar está situação atual. Por exemplo, na área da saúde existe um mercado fértil e crescente de doenças que tendem a naturalizar[5] as mesmas, inclusive são tratadas como efeitos e não garantem sua solução, pois, a grande indústria se beneficia em manter esse status quo.

De fato, os especialistas advertem: "Essa "epidemia de diagnósticos produz na mesma escala uma "epidemia" de tratamentos, muito dos quais altamente prejudiciais `saúde, especialmente nos casos em que não seriam de fato necessários. Tal situação é altamente vantajosa para a indústria farmacêutica, que vem cada vez mais ocupando central na economia capitalista (Melillo, 2012, p. 136). Entretanto, não se trata de criticar a medicação ou os tratamentos às doenças, nem de negar os fundamentos científicos dos avanços tecnológicos, pelo contrário, é necessário defendê-los e exigir seu tratamento de forma racional e responsável. É exatamente por essa razão que, Mészáros (2006) alerta que: "a alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da "vendabilidade" (isto é) a transformação de tudo em mercadoria): pela conversão dos seres humanos em "coisas", para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a "reificação" das relações humanas (Mészáros, 2006. P 39). Desse ponto de vista é importante ressaltar de que a prática social deve-se orientar para a resolução dos problemas de uma forma real e coletiva, todavia, não basta ter consciência dessa contrariedade e suas consequências, o trabalho da vida pública e sua prática pode constituir-se num primeiro momento de uma ação transformadora dessa condição de alienação na qual nos encontramos em todos os campos de nossa vida cotidiana.

Os serviços de saúde em setores públicos ou privado tendem a criar uma imagem de neutralidade na sua prática social, pois distintamente de outras profissões aparecem como um trabalho autônomo, fora das classes sociais, desarticulado das esferas econômicas, político-ideológicas. Segundo tal concepção, o desenvolvimento de um trabalho imparcial deve ser um princípio ético e moral, a realidade deve ser entendida fora da totalidade social de que faz parte, influenciando assim, todos os setores que compõem a estrutura social como um todo.

As atividades profissionais que se adequem às demandas da divisão social do trabalho na sociedade atual, tendem inevitavelmente, a tornar-se um mero reprodutor do capital e da satisfação do mercado, a alienação que brota desse processo procura esconder as contradições que a sociedade apresenta, ocupa os espaços sociais e os transforma numa

[5] No âmbito escolar está acontecendo um fenômeno singular, a patologização de determinados comportamentos que são socias foram transformados em biológicos, por exemplo, O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno de Oposição e Desafio TDAH). Existes disfunções neurológicas que podem causar comportamento inadequados no campo escolar, porém, a maioria são tratados como uma disfunção patológica, logo o encaminhamento a médicos e psicólogos os quais envolvem a administração de um medicamento privilegiado: a "ritalina". Esta anfetamina atua no sistema nervoso central.

rutina natural, essa visão social de mundo tende a legitimar uma realidade superficial das quais a antidemocracia precisa para reinar. Essa alienação não está interessada em trazer à luz as diferenciações sociais, há uma fuga constante em desvendar as causas de uma realidade cada vez mais difícil de ocultar; é elaborada uma argumentação na qual se afirma que os seres humanos são aquilo que devem ser, não há uma outra possibilidade de construir uma análise que permita relacionar a sociedade como produtora da sociabilidade humana, logo, sua continua transformação histórica.

Se considerarmos que nossas atividades profissionais podem contribuir e servir para o bem-estar humano, devemos, independente de alhures, não separar nossa humanidade no atendimento ao outro, pois, sempre nos estaremos reportando a nós mesmos. Nosso tempo é de mudanças substanciais, é dela que sairá o novo, como mencionava um imprescindível adverbio: as políticas e as práticas neoliberais já não correspondem às necessidades de hoje, pelo contrário estão emboloradas, o desenvolvimento da sociedade humana implica numa realidade totalmente diferente daquela que saiu nos tempos pretéritos, o fabro de uma verdadeira transformação encontra-se com a roupagem da envelhecida sociedade, é tempo de trocar a mesma.

6. CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Estas breves reflexões que nasceram de uma disciplina (Cidadania e Sociedade) para os alunos e alunas do Curso de Medicina no âmbito da modalidade EaD, representa um esforço de quem escreve, em aproximar o pensamento sociológico crítico à prática social desses professionais que estão em formação. Todavia, este breve caminho aqui percorrido significou uma aproximação de uma possível redefinição da relação entre a cidadania e a sociedade. Invariavelmente, estas remetem às práticas sociais dos professionais da área da saúde que devem enfrentar no seu cotidiano. Há muito sentido que a cidadania e a sociedade devem oportunizar condições favoráveis para que se consolide um serviço de qualidade e de ética social. A prática social transformadora é uma condição essencial da democracia, qualquer outra forma que negue essa expressão estará negando a si mesmo. O que torna indeclinável para os processos sociais a crítica à realidade existente.

REFERÊNCIAS

[1] ALVES, C.P.; ALMEIDA, C.C.; BALHAU, A.P. **Tromboembolismo venoso diagnóstico e tratamento**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Cirurgia, 2015.

[2] ARISTÓTELES, **Tratado da Política**. Tradução de M. de Campos. Editora: Publicações Europa-América, LDA. Portugal, 2000.

[3] BLITZER, Charles. **A era dos reis**. Tradução de José Laurênio de Melo. Editora: Livraria José Olympo – S.A. Rio de Janeiro, 1971.

[4] ENGELS, F. **A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de Rosa Camargo [et ali]. Editora: Global, São Paulo, 1985.

[5] LUKÁCS, G. **Sociologia**. Tradução: José Paulo Netto; Carlos Nelson Coutinho. Editora: Ática, São Paulo, 1982.

[6] MARX, k.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições -Avante. T.2, 1983.

[7] MELILLO, Marisa Eugênia Meir. Para uma crítica da medicalização na educação. In. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e educacional**, São Paulo. Volume 16, nº 1. janeiro/junho de 2012: 145-142.

[8] MÉSZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. Tradução: Ana Cotrim, Vera Cotrim. Editora: Boitempo, São Paulo, 2007.

[9] OLIVEIRA, Carlos Roberto. História do trabalho. Editora: Ática, São Paulo, 1998.

Capítulo 7

Da vulnerabilidade à afirmação: um percurso teórico-empírico sobre habilidades sociais e psicoterapia neuroafirmativa

Fabio Biasotto Feitosa

"O que se apresenta como ruptura de sentido na relação com o mundo
pode revelar, na experiência relacional,
não uma falha do sujeito, mas a emergência silenciosa de um eu que,
por muito tempo, não encontrou condições para existir."

Resumo: Este capítulo apresenta uma análise integradora de oito estudos empíricos e teóricos sobre habilidades sociais, *coping*, sofrimento psicológico e saúde mental, desenvolvidos ao longo de mais de uma década pelo autor. Partindo da investigação do neuroticismo como indicador de vulnerabilidade emocional, os estudos avançam para a compreensão do sofrimento psicológico como fenômeno relacional, constituído na experiência e situado em contextos sociais e interpessoais. A partir dessa base, são desenvolvidas e avaliadas intervenções fundamentadas no Treinamento de Habilidades Sociais (THS), evidenciando efeitos positivos na promoção da autoestima, na redução do estresse e no desenvolvimento de estratégias de *coping* eficaz. Os resultados indicam que o aprimoramento do repertório social modifica não apenas o comportamento, mas também a experiência subjetiva e os contextos de interação, ampliando possibilidades de ação e de construção de sentido. Contudo, a análise crítica desses achados conduz a uma inflexão teórica: a necessidade de superar modelos centrados na adaptação do indivíduo e avançar para abordagens que reconheçam a diversidade humana e os modos singulares de existir. Nesse sentido, propõe-se um modelo integrador que articula vulnerabilidade, relações, mediação comportamental e contexto clínico, culminando na formulação da psicoterapia inclusiva e neuroafirmativa. Conclui-se que a principal contribuição do percurso investigativo não reside apenas na eficácia das intervenções, mas na transformação do olhar clínico — da correção à inclusão, da adaptação à afirmação, e da normalização à ampliação das condições de existência com dignidade, singularidade e sentido.

Palavras-chave: Habilidades sociais, habilidades de *coping,* saúde mental, práticas profissionais inclusivas, diversidade, equidade, inclusão.

1. INTRODUÇÃO — ONDE O SOFRIMENTO COMEÇA

A clínica não começa no consultório.

Ela começa em uma ruptura de sentido na relação com o mundo.

Não uma ruptura visível, nomeável, classificável — mas aquela que se instala silenciosamente na experiência vivida, entre o sujeito e o mundo. Entre aquilo que se sente e aquilo que se consegue dizer. Entre o desejo de pertencimento e a experiência reiterada de desencontro e desconforto.

Durante muito tempo, a psicologia tentou localizar essa ruptura no interior do indivíduo. Nomeou-a em traços, sintomas, estruturas. Nesse movimento, produziu conhecimento — mas também, por vezes, reduziu a complexidade da experiência a categorias que não a esgotam.

Ao investigar o neuroticismo como "tendência relativamente estável a responder com emoções negativas" (Dal Maso & Feitosa, 2013), identificou-se um importante marcador de vulnerabilidade. Mas rapidamente se tornou evidente que a vulnerabilidade, por si só, não explica o sofrimento. Ela apenas o torna possível dentro de um determinado modo de relação com o mundo.

O sofrimento, em sua forma mais concreta, emerge nas relações — e no modo como essas relações são vividas e significadas.

É nesse ponto que o percurso aqui apresentado se inicia — e se desloca. Ao reconhecer que "déficits em habilidades sociais estão associados a diferentes formas de sofrimento psicológico" (Feitosa, 2013), a análise abandona a ilusão de um sofrimento isolado e passa a situá-lo no campo intersubjetivo, no e entre onde o sentido se constrói.

Essa mudança, embora sutil em aparência, é radical em suas implicações para a prática clínica.

Pois, se o sofrimento se constitui na relação com o mundo vivido, então a clínica não pode mais se limitar a interpretar o indivíduo. Ela precisa intervir nos modos de relação, nos horizontes de sentido e, sobretudo, nas condições que tornam certas experiências mais vulneráveis que outras.

Este capítulo percorre esse deslocamento.

Não como uma sucessão de estudos independentes, mas como a trajetória de uma pergunta que se transformou ao longo do tempo — e que, ao se transformar, exigiu também a transformação da própria clínica.

2. SOFRIMENTO COMO FENÔMENO RELACIONAL

O sofrimento psicológico não é apenas vivido — ele é constituído na experiência da pessoa com o mundo e consigo mesma.

Constituído nas interações, nos desencontros, nas expectativas não correspondidas, nas formas de comunicação que falham. Constituído, também, nos contextos que silenciam certas experiências enquanto legitimam outras formas de estar no mundo.

Nesse sentido, variáveis individuais como o neuroticismo indicam uma sensibilidade aumentada ao sofrimento, caracterizada pela tendência a vivenciar emoções negativas

com maior intensidade (Dal Maso & Feitosa, 2013). Contudo, essa sensibilidade não é destino. Ela é uma condição de possibilidade da experiência de sofrimento.

O que se faz com essa condição depende, em grande medida, das relações — e dos sentidos que nelas se produzem.

É nesse ponto que as habilidades sociais emergem não apenas como um conjunto de comportamentos aprendidos, mas como um sistema de mediação entre a pessoa e seu mundo vivido. Elas modulam o acesso a reforçadores sociais, organizam a qualidade das interações e influenciam diretamente a forma como a pessoa vivencia suas experiências relacionais.

Assim, o sofrimento deixa de ser compreendido como um fenômeno interno e passa a ser reconhecido como um processo relacional, dinâmico e situado no campo da experiência vivida (Feitosa, 2013).

Essa compreensão inaugura um novo problema: se o sofrimento se constitui na relação com o mundo, então ele pode ser transformado — não apenas no indivíduo, mas na própria experiência relacional.

3. INTERVENÇÃO COMO REORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Intervir com habilidades sociais não é apenas modificar comportamentos.

É reconfigurar experiências possíveis.

O Treinamento de Habilidades Sociais (THS), nesse contexto, surge como uma tecnologia psicológica capaz de operar essa reconfiguração. Ao ampliar o repertório comportamental, ele altera não apenas o que o sujeito faz, mas o modo como ele se relaciona com o mundo e com os outros.

Evidências indicam que “a autoestima e as habilidades sociais estão associadas à saúde mental, ao desenvolvimento e à melhor adaptação social” (Rodrigues et al., 2021). No entanto, essa associação não é meramente descritiva. Ela se traduz em mudanças concretas na experiência vivida.

Ao desenvolver habilidades sociais, o indivíduo modifica o ambiente em que está inserido — amplia suas possibilidades de interação, acessa novos reforçadores e reconfigura sua posição no campo relacional. Nesse processo, transforma-se também o sentido de si.

Os estudos de intervenção demonstram que o THS é “um instrumento relevante para elevação da autoestima” (Rodrigues et al., 2021), além de promover “redução do estresse, aquisição de habilidades sociais e potencialização da estratégia de resolução de problemas” (Bezerra et al., 2022).

Mas talvez o dado mais relevante não esteja nos indicadores de saúde mental.

Ele está na experiência.

Na possibilidade, ainda que breve, de habitar o mundo vivido de forma menos hostil e de forma menos fatalista. De compreender melhor os próprios limites e escolher com qual deles deseja lidar no momento. De construir relações mais sustentáveis, menos punitivas e mais capazes de sustentar a emergência de si e do outro. De experimentar modos de existência menos marcados pelo fracasso relacional.

É nesse ponto que a intervenção se aproxima de sua dimensão ética e filosófica: quando ela transforma não apenas o comportamento, mas o modo de existir.

4. O LIMITE DA ADAPTAÇÃO

Toda intervenção carrega, ainda que implicitamente, uma ideia de normalidade — e, com ela, uma ideia de sentido.

O que significa melhorar?

O que significa funcionar melhor?

Que forma de existência está sendo privilegiada?

Durante muito tempo, a resposta foi clara: melhorar é adaptar-se. Ser mais socialmente competente. Tornar-se mais eficaz nas relações. Reduzir comportamentos considerados inadequados. Ajustar-se às expectativas sociais.

Essa lógica, embora funcional em muitos contextos, revela seus limites quando confrontada com a pluralidade das experiências humanas.

Se o sofrimento não está apenas no indivíduo, mas também nos contextos que não reconhecem determinadas formas de existir, então adaptar o sujeito pode significar restringir seus modos possíveis de ser-no-mundo.

Essa tensão torna-se ainda mais evidente quando se observa que, embora as habilidades sociais atuem como fator de proteção — contribuindo para a redução de sintomas depressivos e para a melhoria das interações (Feitosa, 2014) —, elas podem ser mobilizadas dentro de uma lógica normativa, orientada por padrões que nem sempre acolhem a diversidade.

É nesse ponto que a própria noção de intervenção precisa ser interrogada — não apenas em sua eficácia, mas no horizonte de sentido que sustenta a experiência clínica. Essa exigência torna-se ainda mais evidente quando o foco se dirige ao atendimento de pessoas neurodivergentes, como no caso do adulto autista.

5. A INFLEXÃO NEUROAFIRMATIVA

Conforme Amy Marschall, a neurodiversidade refere-se à compreensão de que diferenças no funcionamento neurológico fazem parte da variabilidade natural humana, enquanto o termo neurodivergente designa indivíduos cujo funcionamento cognitivo se afasta das expectativas consideradas típicas. Em contraste, o termo neurotípico refere-se àqueles cujos padrões de funcionamento se alinham às normas sociais predominantes. Nesse contexto, a terapia neuroafirmativa não se configura como um conjunto específico de técnicas, mas como uma postura clínica que reconhece a neurodivergência não como um déficit a ser corrigido, e sim como uma forma legítima de existir, orientando a prática para o respeito à experiência do sujeito e para a construção de intervenções que apoiem suas necessidades sem impor padrões normativos (Marschall, 2025).

A psicoterapia neuroafirmativa não nasce de uma negação da técnica. Ela nasce de uma crítica ao modo como o sentido é atribuído à diferença.

Como já se argumentou, “a psicoterapia voltada ao adulto autista não assume caráter corretivo, mas afirmativo da neurodivergência” (Costa & Feitosa, 2026). Essa afirmação

não é apenas conceitual — ela redefine o campo da experiência clínica e reorienta de modo radical a prática profissional normalizadora.

Ela desloca o eixo da clínica.

Do déficit para a diferença.

Da correção para o reconhecimento.

Da adaptação para a afirmação.

Nesse novo enquadramento, as habilidades sociais não são abandonadas, mas ressignificadas. Elas deixam de ser instrumentos de normalização e passam a ser recursos que ampliam a possibilidade de expressão, comunicação e construção de sentido na relação com o mundo.

O objetivo não é mais alinhar o sujeito a um padrão, mas expandir suas formas possíveis de existir — e, ao mesmo tempo, transformar os contextos em que essa existência se dá.

6. UM MODELO PARA PENSAR A CLÍNICA

A integração dos estudos analisados permite propor um modelo que não é apenas explicativo, mas orientador da prática clínica e da compreensão da experiência.

Um modelo que articula:

- vulnerabilidade, como condição da experiência (Dal Maso & Feitosa, 2013);
- relações, como campo de constituição do sentido (Feitosa, 2013);
- mediação, por meio de habilidades sociais e *coping* (Bezerra et al., 2022; Rodrigues et al., 2021);
- clínica, como espaço de transformação da experiência (Costa & Feitosa, 2026).

Nesse modelo, o sofrimento psicológico é compreendido como resultado de uma rede de interações entre características individuais e condições ambientais, mediado por repertórios comportamentais e pela forma como o sujeito experiencia e significa o mundo.

A intervenção, por sua vez, pode seguir dois caminhos:

- adaptar o indivíduo a um mundo dado;
- ou transformar as condições de sua experiência no mundo.

A proposta aqui defendida é clara: a clínica deve, sempre que possível, inclinar-se para o segundo.

7. CONSIDERAÇÕES — UMA CLÍNICA QUE SE TRANSFORMA

Este capítulo não apresenta apenas resultados de pesquisas e reflexões sobre práticas clínicas.

Ele apresenta uma transformação de perspectiva.

Um percurso que começa na tentativa de compreender o sofrimento e termina na necessidade de reinventar a clínica para o adulto autista — e, com ela, o próprio modo de compreender a experiência humana.

Os estudos analisados demonstram que o desenvolvimento de habilidades sociais e estratégias de *coping* contribui para a promoção da saúde mental (Bezerra et al., 2022; Rodrigues et al., 2021). Mas sua contribuição mais marcante não está na eficácia das técnicas.

Ela está na transformação do sentido atribuído ao sofrimento.

Ao reconhecer que o sofrimento é relacional, abre-se espaço para uma clínica que não culpabiliza a pessoa autista. Ao reconhecer que a diferença não é déficit, abre-se espaço para uma clínica que não busca normalizar, mas compreender e ampliar modos de existir.

Aquilo que no início se apresenta como ruptura de sentido na relação com o mundo pode, ao ser compreendido na experiência relacional, revelar não uma falha do sujeito, mas a emergência silenciosa de um eu que, por muito tempo, não encontrou condições para existir.

Nesse sentido, a psicoterapia neuroafirmativa não é apenas uma abordagem.

Ela é uma reconfiguração do olhar clínico.

Uma escolha ética com filosofia própria.

Uma aposta de que a tarefa da psicologia não é reduzir a pessoa ao que é esperado dela, mas ampliar as condições para que ela possa existir — com dignidade, singularidade e sentido alegre, libertador.

8. PSICOTERAPIA INCLUSIVA: PRINCÍPIOS COMO CULMINAÇÃO DE UM PERCURSO

Se, ao longo de mais de uma década, o desenvolvimento e a investigação das habilidades sociais permitiram compreender, intervir e transformar aspectos do sofrimento psicológico, é no encontro com a neurodiversidade que esse percurso encontra sua inflexão definitiva.

Torna-se possível, assim, conceber a Psicoterapia Inclusiva não como uma ruptura, mas como a culminação teórico-prática desse percurso. Nessa inflexão, o próprio *setting* terapêutico deixa de ser entendido como um espaço dado ou neutro e passa a ser interrogado em sua arquitetura, em seus pressupostos e em suas condições de acesso. A clínica, nesse sentido, não apenas acolhe a diferença, mas se reorganiza a partir dela.

É nesse ponto que a inflexão neuroafirmativa encontra sua consistência: ao deslocar o foco da normalização para o reconhecimento da neurodivergência como variação legítima da experiência humana, torna-se evidente que acessibilidade e equidade não são adições externas ao processo terapêutico, mas dimensões constitutivas de sua própria possibilidade. Para a pessoa autista adulta, isso implica um *setting* que se adapta — sensorial, comunicacional e relacionalmente — em vez de exigir adaptação unilateral.

Seu marco conceitual, ainda que inicial e parcial, encontra-se em Costa e Feitosa (2026), obra que consolida a passagem de um modelo centrado na adaptação para uma clínica orientada pela afirmação da diferença.

A partir desse ponto, sem se limitar a estes, é possível enunciar alguns princípios fundamentais:

✦ 1. Princípio da Relacionalidade Radical

O sofrimento não reside apenas no indivíduo, mas nas relações que o constituem.

A clínica deve intervir tanto na pessoa quanto nas condições que a afetam.

✦ 2. Princípio da Neurodiversidade como Valor

Diferenças neurológicas não são desvios a serem corrigidos, mas expressões legítimas da variação humana.

✦ 3. Princípio da Ampliação de Possibilidades

Intervir não é normalizar, mas expandir repertórios de ação, expressão e existência.

✦ 4. Princípio da Bidirecionalidade Adaptativa

Não apenas o indivíduo deve aprender — o ambiente também deve se transformar para incluir.

✦ 5. Princípio da Ética da Singularidade

Cada sujeito deve ser compreendido em sua configuração única, e não em relação a um padrão normativo.

✦ 6. Princípio da Integração Técnico-Ética

Técnicas não são neutras.

Elas devem estar subordinadas a uma ética da inclusão e do reconhecimento.

8.1. DESDOBRAMENTOS PARA A PRÓXIMA DÉCADA DE PESQUISA

A Psicoterapia Inclusiva inaugura uma agenda científica que ultrapassa a eficácia das intervenções e passa a investigar as condições de possibilidade da própria clínica.

Entre os caminhos futuros, destacam-se:

- Desenvolvimento de protocolos clínicos inclusivos

  Adaptação de abordagens cognitivas, humanistas e comportamentais para contextos neurodivergentes.
- Estudos longitudinais de impacto

  Avaliação de efeitos em autonomia, identidade, qualidade de vida e participação social.
- Modelagem de ambientes psicologicamente acessíveis

  Investigação de contextos universitários, profissionais e institucionais.
- Integração com sistemas digitais e ontologias

  Organização do conhecimento clínico e suporte à prática baseada em evidências.
- Formação e supervisão em psicoterapia inclusiva

  Desenvolvimento de competências clínicas orientadas à diversidade.

9. CONCLUSÃO

Se as habilidades sociais ensinaram a agir no mundo, a Psicoterapia Inclusiva ensina a reconstruir o mundo em que se age.

E talvez seja esse o ponto mais alto de todo o percurso: não apenas ajudar o sujeito a viver melhor — mas ajudar a construir condições para que ele possa viver como é.

Por uma clínica que não corrige, mas permite existir

A psicologia nasceu, em grande parte, tentando explicar o sofrimento.

Classificou, descreveu, mediu.

Mas nem todo sofrimento pede explicação.

Alguns pedem condições para existir de outro modo.

Durante décadas, aprendemos que déficits, vulnerabilidades e dificuldades interpessoais poderiam ser trabalhados por meio do desenvolvimento de habilidades. E isso é verdadeiro. Habilidades sociais transformam relações. Relações transformam experiências. Experiências transformam vidas.

Mas há um ponto em que essa lógica encontra seu limite.

Quando o sofrimento não decorre apenas de dificuldades da pessoa, mas de um mundo que não reconhece sua forma de existir, a intervenção não pode se limitar à adaptação.

Ela precisa se tornar outra coisa. Radicalmente diferente.

A psicoterapia neuroafirmativa emerge nesse ponto.

Não como rejeição da técnica, mas como transformação de seu sentido.

Ela parte de uma constatação simples:

nem todo desajuste é falha — às vezes, é verdade não reconhecida.

Aquilo que se apresenta como ruptura de sentido na relação com o mundo pode revelar, na experiência relacional, não um erro a ser corrigido, mas a emergência de um eu que, por muito tempo, não encontrou condições para existir.

Nesse contexto, a clínica deixa de ser um espaço de normalização e passa a ser um espaço de reconhecimento e afirmação.

Habilidades sociais deixam de ser ferramentas de conformidade e passam a ser recursos de expressão.

O objetivo não é mais ajustar o sujeito ao mundo, mas ampliar as condições para que ele possa existir nele — como é.

Essa é uma mudança técnica.

Mas, sobretudo, é uma mudança ética e filosófica.

Porque a pergunta deixa de ser **“**Como fazer esta pessoa funcionar melhor?” e passa a ser “Quais condições tornam possível uma existência verdadeira para esta pessoa?”.

Com isso, o eixo da clínica se desloca da funcionalidade para a constituição do eu, abrindo espaço para uma interrogação mais radical: "Quem é você? Quem é o seu eu possível — e em que contextos ele quer, de fato, existir?".

É a resposta a essas questões que passa a orientar a prática clínica no atendimento ao adulto autista — ao mesmo tempo em que tensiona e potencialmente amplia o próprio escopo da psicologia.

REFERÊNCIAS

[1] Bezerra, G. S., Feitosa, F. B., Wagner, M. F., Rodríguez, T. D. M., & Rodrigues, A. S. (2022). Treinamento de habilidades sociais na promoção do coping eficaz: Um estudo-piloto. *Revista de Psicologia: Teoria e Prática*, 24, ePTPCP14090.

[2] Bezerra, G. S., Feitosa, F. B., Wagner, M. F., Rodriguez, T. D. M., & Rodrigues, A. S. (2024). Treinamento de habilidades sociais e estresse na universidade: Um estudo de caso. *Psicologia Escolar e Educacional*, 28, e244892.

[3] Costa, S. R. Z., & Feitosa, F. B. (2026). Educação especial e modelo biopsicossocial no acompanhamento psicoterapêutico neuroafirmativo à estudante universitário autista. *European Journal of Special Education Research*, 12, 52–69.

[4] Dal Maso, M., & Feitosa, F. B. (2013). Um estudo comparativo entre dados sociodemográficos e neuroticismo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13, 1182–1197.

[5] Feitosa, F. B. (2013). Habilidades sociais e sofrimento psicológico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65, 38–50.

[6] Feitosa, F. B. (2014). A depressão pela perspectiva biopsicossocial e a função protetora das habilidades sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34, 488–499.

[7] Marschall, A. (2025). *Neurodiversity-affirming therapy: What every mental health provider needs to know*. New York: W. W. Norton & Company.

[8] Rodrigues, A. S., Feitosa, F. B., Wagner, M. F., Pedroso, R., Rodríguez, T. D. M., & Bezerra, G. S. (2021). Treinamento de habilidades sociais na promoção da autoestima em adolescentes. *Research, Society and Development*, 10, e10710212212.

[9] Rodrigues, A. S., Feitosa, F. B., Wagner, M. F., Pedroso, R., Rodríguez, T. D. M., & Bezerra, G. S. (2024). Treinamento de habilidades sociais e autoestima na adolescência: Um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 29, e56170.

Capítulo 8

Integração entre terapia cognitivo-comportamental e treinamento de habilidades sociais em um caso clínico de luto e trauma na vida adulta

Kamilli Emilli Juliatti da Silva
Fabio Biasotto Feitosa

Resumo: Este relato de experiência descreve a intervenção psicológica baseada na integração entre a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e o Treinamento de Habilidades Sociais (THS) em um caso clínico de uma mulher de 43 anos. A paciente apresentava queixas inicialmente relacionadas a desmotivação, procrastinação e dificuldades de concentração, agravadas por um quadro de luto não elaborado e histórico de trauma na infância, incluindo abuso sexual. O processo terapêutico, realizado sob supervisão no Serviço de Psicologia Aplicada da UNIR, utilizou técnicas como o modelo ABC, reestruturação cognitiva, psicoeducação, ensaios comportamentais e treino de assertividade. Os resultados evidenciaram avanços significativos na regulação emocional, na comunicação interpessoal e na reestruturação de crenças disfuncionais associadas a autoimagem e rejeição. Observou-se também redução de comportamentos impulsivos e maior engajamento em atividades profissionais e sociais. Conclui-se que a articulação entre TCC e THS mostrou-se efetiva para a promoção de mudanças cognitivas, emocionais e comportamentais, constituindo uma abordagem promissora para casos complexos marcados por trauma e vulnerabilidade relacional.

Palavras-chave: Saúde Mental, Técnicas Psicológicas, Técnicas de Observação do Comportamento, Psicoterapia, Regulação Emocional.

1. INTRODUÇÃO

A prática clínica contemporânea, ancorada em abordagens baseadas em evidências, frequentemente demanda a integração de referenciais teórico-técnicos para responder à complexidade dos casos atendidos nos serviços-escola de Psicologia. Nesse contexto, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e o Treinamento de Habilidades Sociais (THS) emergem como modelos complementares e robustos para a intervenção em desregulação emocional e dificuldades interpessoais. Enquanto a TCC oferece um arcabouço preciso para a compreensão e modificação dos esquemas e processos cognitivos disfuncionais (Beck, 2013), o THS fornece um repertório sistemático de procedimentos para o desenvolvimento de competências relacionais e de autorregulação (Del Prette & Del Prette, 2019).

A justificativa para este relato sustenta-se em três pilares principais: a relevância clínica de demonstrar a aplicabilidade integrada de modelos psicológicos em um caso complexo; o valor acadêmico de ilustrar a formulação de caso e o raciocínio clínico na formação de psicólogos; e a contribuição social ao abordar temáticas sensíveis, como o impacto do trauma sexual na vida adulta e a violência psicológica nas relações conjugais.

O processo terapêutico ocorreu no estágio curricular final da primeira autora, no curso de graduação em Psicologia, realizado sob a supervisão do segundo autor, no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Estruturou-se em etapas que envolveram, desde a avaliação e formulação cognitiva inicial até a aplicação de técnicas específicas de reestruturação cognitiva, regulação emocional e treino de assertividade. Através deste relato de experiência de caso clínico, busca-se não apenas descrever uma trajetória de mudança terapêutica bem-sucedida, mas também refletir criticamente sobre os desafios e aprendizados inerentes à prática clínica supervisionada, reafirmando o potencial transformador de uma psicologia que alia rigor técnico, sensibilidade ética e compreensão integral do sujeito.

2. APRESENTAÇÃO DO CASO

F.H.K., 43 anos, massoterapeuta, divorciada, procurou atendimento psicológico no SPA/UNIR relatando dificuldades relacionadas à concentração, desmotivação, procrastinação e sensação de incapacidade para concluir tarefas cotidianas. Referia que, após o falecimento da mãe no ano de 2023 e da avó em 2018, figuras de grande importância afetiva, passou a sentir-se sem propósito e com dificuldade de se engajar em atividades significativas.

Durante a triagem no SPA, observou-se histórico de experiências traumáticas na infância, incluindo abuso sexual perpetrado pelo pai entre os 12 e 15 anos, o que levou à separação dos pais e à ruptura dos vínculos familiares. Também relatava picos de irritabilidade, explosões de raiva, uso de álcool nos fins de semana e envolvimento em relações conjugais conflituosas, marcadas por episódios de agressividade verbal e controle.

O caso demandou intervenções voltadas à regulação emocional, fortalecimento da autoestima e reestruturação de crenças associadas à rejeição, culpa e desvalorização pessoal. Ao longo do acompanhamento, foram aplicadas técnicas da TCC e do THS, com ênfase em estratégias como o modelo ABC, psicoeducação, reestruturação cognitiva, tarefas comportamentais, validação emocional, ensaios de assertividade e ativação de recursos pessoais.

O processo clínico foi conduzido priorizando a integração entre teoria e prática, a compreensão dos esquemas centrais disfuncionais e o desenvolvimento de um raciocínio clínico contextualizado e ético. A paciente atendida autorizou por escrito e de maneira informada a comunicação científica do relato de experiência, com preservação do anonimato e da confidencialidade, em conformidade com os princípios éticos vigentes.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica do caso se ancorou em dois eixos principais: a Terapia Cognitiva-Comportamental (TCC), que compreende o funcionamento psíquico a partir da interação entre pensamentos, emoções e comportamentos (Beck, 2013); e o Treinamento de Habilidades Sociais (THS), como ferramenta de aprimoramento das competências interpessoais e de autorregulação emocional (Del Prette & Del Prette, 2017).

3.1. FUNDAMENTOS DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

De acordo com Lopes, Machado e Baechtold (2025), na década de 1950, Albert Ellis formulou a Terapia Racional Emotiva Comportamental (TREC). Inicialmente denominada terapia racional, depois terapia racional emotiva, a abordagem passou a incluir o termo "comportamental" para refletir melhor sua abrangência, já que não se restringia apenas a aspectos cognitivos e emocionais, mas também integrava componentes comportamentais. Por esse pioneirismo, Ellis é amplamente reconhecido como um precursor da terapia cognitivo-comportamental, tendo criado um dos primeiros sistemas formais desse campo e contribuído decisivamente para a consolidação da TCC como um paradigma relevante na promoção de mudanças comportamentais (Lopes; Machado; Baechtold, 2025).

A TCC tem como princípio central a ideia de que as interpretações que o indivíduo faz sobre os eventos — e não os eventos em si — determinam suas respostas emocionais e comportamentais (Beck, 2013; Ellis, 1997). Essa abordagem parte da premissa de que o sofrimento psicológico é mantido por crenças centrais disfuncionais, construídas a partir de experiências precoces e reforçadas por padrões de pensamento automáticos.

De acordo com Beck (2013), essas crenças compõem esquemas cognitivos, estruturas internas que filtram e organizam as experiências, influenciando a percepção e a resposta do sujeito ao ambiente. Quando tais esquemas são rígidos e distorcidos, produzem interpretações negativas sobre si, os outros e o futuro, originando comportamentos desadaptativos.

Entre os principais instrumentos técnicos da TCC utilizados estão:

- Psicoeducação, uma intervenção estruturada que proporciona informação sistemática sobre a doença e seu tratamento, capacitando pacientes (e familiares) a entender e lidar com o transtorno de forma mais eficaz, indo além da simples transmissão de dados ao incluir suporte para mudanças de atitude e comportamento (Bonsack; Rexhaj; Favrod, 2015).
- o modelo cognitivo ABC, originado na Terapia Racional-Emotiva-Comportamental de Ellis (Ellis, 1997);
- o diálogo socrático e a reestruturação cognitiva, que permitem questionar a validade e a utilidade dos pensamentos automáticos (Beck, 2013; Bartholomeu et al., 2025);

- e as tarefas de casa, que possibilitam a generalização dos aprendizados terapêuticos para o cotidiano (Beck, 2013; Bartholomeu et al., 2025).

No caso de F.H.K., esse modelo mostrou-se adequado por permitir o trabalho estruturado e progressivo de crenças relacionadas à rejeição, culpa, controle e autoimagem, especialmente em contextos de luto e trauma.

3.2. MODELO ABC

O modelo ABC (Ellis, 1997) representa uma das bases conceituais mais utilizadas na TCC. Nele:

- A (evento ativador) corresponde à situação que desencadeia uma resposta emocional;
- B (crenças) são as interpretações e pensamentos automáticos sobre o evento;
- C (consequências) são as reações emocionais e comportamentais resultantes.

A relação entre esses componentes evidencia que não é o evento que causa o sofrimento, mas a crença que o sujeito tem sobre ele. Assim, compreender o papel mediador das cognições permite ao paciente desenvolver maior controle emocional e responder de maneira mais funcional aos estressores.

Assim, a TREC (Lopes; Machado; Baechtold, 2025) tem como foco principal o manejo dos problemas emocionais, buscando transformar emoções disfuncionais em versões mais saudáveis, ainda que negativas. Essa mudança ocorre por meio da reestruturação das crenças irracionais, que são substituídas por interpretações mais racionais, favorecendo também a adoção de comportamentos mais adaptativos. Além desse princípio central, a abordagem apresenta particularidades em relação a outras vertentes da terapia cognitivo-comportamental, diferenciando-se na forma de coleta de informações, nas estratégias de intervenção — geralmente mais diretas e breves, com menor custo de tempo e recursos — e na própria concepção de ser humano que orienta a prática clínica.

No caso clínico, o modelo ABC foi utilizado para analisar episódios de conflito conjugal, falas autocríticas e situações de vulnerabilidade emocional, favorecendo a reestruturação de crenças irracionais (“sou inadequada”, “ninguém me respeita”, “não tenho valor”) e a construção de interpretações mais adaptativas (“posso me posicionar sem medo”, “meu valor não depende da aprovação do outro”). Ilustra-se com isso que, no modelo ABC, eventos ativadores são interpretados por meio de crenças que moldam as reações emocionais e comportamentais do indivíduo. Quando essas crenças são irracionais, tendem a gerar sofrimento e condutas disfuncionais. A intervenção terapêutica, portanto, consiste em identificá-las e substituí-las por interpretações mais racionais e adaptativas.

3.3. TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS (THS)

O Treinamento de Habilidades Sociais, desenvolvido por Del Prette e Del Prette (2019), compreende um conjunto de procedimentos voltados à ampliação e refinamento do repertório de comportamentos sociais do indivíduo, favorecendo interações mais assertivas, empáticas e eficazes.

De acordo com os autores, as habilidades sociais constituem classes de comportamentos socialmente competentes que envolvem autocontrole, comunicação assertiva, expressão

de sentimentos, defesa de direitos pessoais e resolução de conflitos interpessoais. A ausência ou o déficit dessas habilidades pode estar associada a diversas alterações emocionais, como ansiedade social, depressão e dificuldades de relacionamento.

No contexto clínico, a prática do THS integra componentes cognitivos (análise de pensamentos e crenças sobre si e o outro), comportamentais (ensaio e modelagem de novos comportamentos) e emocionais (expressão e regulação afetiva). As estratégias incluem *role-playing*, ensaios comportamentais, modelagem, *feedback*, tarefas de casa e reforço positivo.

Com F.H.K., o THS foi utilizado como instrumento complementar à TCC, com foco no desenvolvimento de autocontrole emocional, assertividade nas relações conjugais, expressão de necessidades afetivas e manejo de impulsividade. Essas competências foram gradualmente treinadas e reforçadas nas sessões, promovendo melhora perceptível na comunicação interpessoal e redução de comportamentos reativos.

3.4. INTEGRAÇÃO ENTRE TCC E THS

A integração entre a Terapia Cognitivo-Comportamental e o Treinamento de Habilidades Sociais permite abordar o sujeito de maneira mais ampla, contemplando tanto a reestruturação de crenças disfuncionais quanto o ensino de comportamentos sociais adaptativos.

No modelo proposto e utilizado, enquanto a TCC promove o insight e a mudança cognitiva, o THS operacionaliza essa mudança em termos comportamentais, favorecendo a prática de novas respostas em situações do cotidiano. Tal integração se mostrou fundamental no caso apresentado, visto que o sofrimento da paciente estava associado não apenas a crenças negativas sobre si, mas também a padrões de comunicação e relacionamento disfuncionais.

4. APLICAÇÕES AO CASO

O processo terapêutico de F.H.K. foi desenvolvido com atenção a múltiplos eixos: a presença de traumas passados, o luto não elaborado, as dificuldades de autorregulação emocional e a repetição de padrões relacionais abusivos.

4.1. FORMULAÇÃO COGNITIVA INICIAL

Durante as primeiras sessões, a paciente apresentava um comportamento retraído e uma postura corporal insegura, evidenciando o predomínio de esquemas de desvalorização e medo de rejeição. As queixas iniciais – desmotivação, dificuldade de concentração e procrastinação – foram compreendidas à luz do modelo cognitivo como consequências de crenças centrais formadas a partir de experiências de perda e abuso.

Dentre as crenças identificadas, destacam-se:

- “Não sou valorizada”;
- “As pessoas que eu amo sempre me magoam”;

Essas crenças reforçavam um ciclo de autocrítica, evitação emocional e busca de aprovação, que se manifestava tanto no âmbito profissional quanto afetivo.

4.2. OBJETIVOS TERAPÊUTICOS

Com base nessa formulação, foram definidos os seguintes objetivos terapêuticos:

1. Identificar e modificar crenças disfuncionais relacionadas à autoimagem, rejeição e controle.
2. Fortalecer habilidades de autorregulação emocional, reduzindo comportamentos impulsivos.
3. Desenvolver repertório de habilidades sociais, especialmente assertividade e comunicação afetiva.
4. Trabalhar o processo de luto, facilitando a elaboração de perdas e rompimentos.
5. Promover autonomia e engajamento em atividades prazerosas e significativas.

4.3. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

A intervenção seguiu um formato estruturado e progressivo, conforme os princípios da TCC. As sessões iniciais priorizaram psicoeducação e *rapport*, criando um ambiente de segurança que possibilitasse a expressão emocional.

Nas etapas seguintes, foram aplicadas técnicas como:

- Modelo ABC**:** identificação das relações entre situação, pensamento e consequência emocional;
- Diálogo socrático**:** questionamento e reavaliação de pensamentos automáticos;
- Reestruturação cognitiva: substituição de crenças disfuncionais por interpretações mais racionais;
- Tarefas de casa**:** anotações diárias de pensamentos e emoções;
- Exercícios de respiração e autocontrole emocional;
- Treinamento de habilidades sociais, com ênfase em assertividade, empatia e enfrentamento de conflitos;
- Validação emocional e acolhimento empático em episódios de crise.

A combinação dessas técnicas teve como propósito promover mudança cognitiva e comportamental, aumentando o senso de agência e a capacidade reflexiva da paciente.

5. EXEMPLOS DE APLICAÇÕES E TÉCNICAS UTILIZADAS

A seguir, descrevem-se exemplos concretos da aplicação dos modelos teóricos ao caso, demonstrando como cada técnica foi utilizada de acordo com as necessidades clínicas apresentadas.

5.1. APLICAÇÃO DO MODELO ABC

Em uma das primeiras sessões, a paciente relatou um episódio em que o companheiro a criticou por usar um vestido curto, chamando-a de “vulgar” e “feinha”.

O fato foi escolhido como ponto de intervenção, por conter alta carga emocional e refletir padrões cognitivos centrais.

Mapeamento cognitivo:

- **A (Evento ativador):** comentário depreciativo do companheiro sobre sua aparência.
- **B (Crenças):** "Não posso me vestir como gosto"; "Se me arrumar, serei julgada".
- **C (Consequências):** sentimentos de vergonha e raiva; evitação de roupas femininas; retraimento sexual e conjugal.

Com o auxílio do diálogo socrático, a paciente foi conduzida a refletir sobre o sentido dessa crítica:

- "O que exatamente passou pela sua cabeça quando ele disse isso?"
- "De onde vem a ideia de que estar bonita é errado?"

Esse questionamento levou à identificação de crenças herdadas de experiências anteriores, associadas à repressão da feminilidade e ao medo de ser responsabilizada por situações abusivas. O modelo ABC possibilitou à paciente perceber que suas reações estavam mediadas por pensamentos antigos, e não necessariamente pela situação atual.

5.2. REESTRUTURAÇÃO COGNITIVA E DESCOBERTA GUIADA

Após a compreensão do modelo, iniciou-se o processo de reestruturação cognitiva, buscando promover interpretações alternativas mais funcionais. Foram utilizadas perguntas reflexivas para confrontar crenças distorcidas e estimular novos significados:

- "Existe evidência de que você seja vulgar por usar um vestido?"
- "O que outra pessoa poderia pensar nessa mesma situação?"
- "Como você gostaria de reagir se isso acontecer novamente?"

Com o tempo, a paciente passou a formular pensamentos mais equilibrados, como:

- "Posso escolher o que vestir sem que isso defina meu valor."
- "O julgamento do outro não precisa determinar como me sinto."

Essa mudança cognitiva gerou impactos comportamentais observáveis, como o aumento da autoestima, retomada de cuidados pessoais e maior disposição para atividades profissionais.

5.3. PSICOEDUCAÇÃO E AUTORREGULAÇÃO EMOCIONAL

Diante das crises de ansiedade e impulsividade, foi introduzida a psicoeducação sobre sintomas físicos da ansiedade e estratégias de manejo emocional. Foram ensinadas técnicas de respiração diafragmática e observação de gatilhos emocionais, com orientação para praticá-las em casa durante momentos de estresse. Além disso, abordou-se o papel da medicação prescrita pela psiquiatra, explicando seu funcionamento e benefícios, buscando reduzir a resistência ao tratamento medicamentoso.

Essas intervenções aumentaram a consciência emocional e a capacidade de autocontrole da paciente, que passou a relatar episódios de "pensar antes de agir", característica frequentemente destacada como conquista pessoal.

5.4. TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS (THS)

A aplicação do Treinamento de Habilidades Sociais teve papel central na modificação dos padrões relacionais da paciente. As principais dimensões trabalhadas foram:

a) Assertividade e Comunicação Afetiva

A paciente apresentava dificuldade em expressar necessidades emocionais, especialmente no contexto conjugal. Durante as sessões, foram realizados ensaios comportamentais (*role-playing*) simulando situações de diálogo com o companheiro. Praticou-se o uso de frases no formato "eu me sinto... quando você... e gostaria que...", incentivando a expressão direta e empática. O resultado foi o fortalecimento de sua capacidade de se comunicar de forma mais clara e respeitosa, reduzindo reações impulsivas e favorecendo o entendimento mútuo.

b) Autocontrole e Regulação Emocional

A paciente apresentava episódios de explosividade seguidos de arrependimento. Por meio de modelagem comportamental e treino de resposta alternativa, foram praticadas estratégias de pausa (*time out*) e reflexão antes da ação. A paciente passou a relatar diminuição significativa nas brigas e maior estabilidade emocional.

c) Empatia e Escuta Ativa

Trabalhou-se a importância da escuta nas relações, com exercícios de *feedback* e atenção plena nas interações sociais. Essas práticas favoreceram o desenvolvimento da empatia, antes dificultada pela tendência à defesa e à reatividade.

d) Enfrentamento de Conflitos e Autoproteção

Nas discussões sobre relacionamentos abusivos, reforçou-se a habilidade de estabelecer limites e reconhecer comportamentos de violência psicológica, utilizando o diálogo assertivo como instrumento de autoproteção.

5.5. VALIDAÇÃO EMOCIONAL E PROCESSAMENTO DE LUTO

Em momentos de forte emoção, especialmente ao falar sobre o falecimento da mãe e as experiências de abuso, foi aplicada a validação emocional, reconhecendo e normalizando as reações da paciente.

- "Diante de tudo que você viveu, é compreensível sentir essa dor."

Essa postura facilitou o acesso a conteúdo "reprimidos" e favoreceu o processamento de luto, conforme proposto por Worden (2013). Em sessões posteriores, a paciente passou a elaborar o significado simbólico das perdas, identificando o impacto da ausência materna em sua necessidade de aprovação e em sua dificuldade de estabelecer vínculos seguros.

5.6. TAREFAS DE CASA E ATIVAÇÃO COMPORTAMENTAL

Como estratégia de generalização, foram propostas tarefas semanais como:

- Registro de pensamentos e emoções diários (diário cognitivo);
- Compra de flores (girassóis) para seu espaço de trabalho;
- Organização de uma agenda de atividades;
- Produção de vídeos para divulgar seu serviço profissional.

Essas tarefas funcionaram como ativação comportamental, promovendo engajamento, prazer e senso de competência, fortalecendo o vínculo terapêutico e a autoeficácia.

5.7. RESULTADOS OBSERVADOS

Ao longo do processo, observou-se:

- Melhora significativa no autocontrole emocional e na comunicação interpessoal;
- Redução de comportamentos impulsivos e do uso de álcool como estratégia de alívio;
- Reestruturação de crenças centrais disfuncionais;
- Maior clareza na percepção de padrões relacionais abusivos;
- Desenvolvimento da autonomia e da autoestima;
- Retomada de metas pessoais e profissionais.

Esses resultados demonstram a efetividade da integração entre TCC e THS na promoção de mudanças cognitivas, emocionais e comportamentais, especialmente em casos complexos permeados por trauma e luto.

6. ELABORAÇÃO PESSOAL

A experiência clínica com F.H.K. representou um marco significativo na minha formação (primeira autora) enquanto estagiária no ano final do curso de Psicologia. O acompanhamento de um caso complexo, permeado por traumas, luto e padrões relacionais disfuncionais, exigiu não apenas o domínio técnico das ferramentas da Terapia Cognitivo-Comportamental, mas também o desenvolvimento de uma escuta sensível, empática e eticamente responsável.

Desde o primeiro contato, ficou evidente a necessidade de construir um ambiente seguro, pautado na confiança e na validação emocional, para que a paciente pudesse expressar suas vivências mais dolorosas. Esse processo de vinculação revelou-se fundamental para o êxito das técnicas aplicadas. A partir da criação desse espaço, foi possível observar gradualmente o surgimento de reflexões, *insights* e ressignificações profundas.

Durante o processo, aprendi que a TCC, embora estruturada e diretiva, deve ser conduzida com flexibilidade e sensibilidade clínica. Em diversas situações, percebi que o rigor técnico precisava ser adaptado às condições emocionais da paciente, especialmente quando emergiam conteúdos traumáticos. Em momentos de sofrimento intenso, técnicas como o modelo ABC e a reestruturação cognitiva precisaram ceder espaço para o acolhimento e a validação, demonstrando que o equilíbrio entre técnica e humanidade é essencial na prática terapêutica.

Vale destacar, porém, conforme explicam Lopes, Machado e Baechtold (2025), que a TREC, embora reconhecida por sua ênfase na modificação de crenças irracionais e nos processos cognitivos, incorpora contribuições importantes do humanismo, especialmente da terapia centrada na pessoa. Essa influência se expressa na valorização da empatia, da aceitação incondicional e da qualidade do vínculo terapêutico, elementos que favorecem um ambiente seguro, acolhedor e não julgador. Nessa perspectiva, o relacionamento entre terapeuta e paciente constitui base fundamental para o trabalho clínico, sustentado por atitudes de respeito, autenticidade e escuta sensível. Além disso, a abordagem amplia seu foco para o desenvolvimento do potencial humano, incentivando autonomia, autorresponsabilidade e busca por uma vida mais satisfatória. Ao integrar princípios humanistas aos componentes cognitivos e comportamentais, a TREC adota uma compreensão mais holística do indivíduo, contemplando tanto seus pensamentos quanto suas necessidades emocionais e de crescimento pessoal (Lopes; Machado; Baechtold, 2025).

A inserção do Treinamento de Habilidades Sociais ampliou minha compreensão sobre a importância das relações interpessoais na manutenção e também na superação do sofrimento psicológico. Pude observar que, à medida que a paciente aprendia a se comunicar de forma mais assertiva e a reconhecer seus limites, surgia também um fortalecimento de sua autoimagem e da percepção de valor pessoal. Essa transformação foi particularmente visível quando ela passou a verbalizar que “pensava antes de agir” e que já não se via como uma pessoa reativa — um marco de progresso terapêutico que expressa a internalização dos recursos trabalhados.

Um dos maiores aprendizados desse acompanhamento psicológico foi a compreensão de que o papel do terapeuta em formação não se limita a aplicar técnicas, mas a compreender o significado de cada intervenção dentro da história singular do paciente. Cada pergunta, cada devolutiva e cada silêncio precisam estar a serviço do processo de elaboração interna do sujeito.

A supervisão clínica foi um pilar essencial nesse percurso, permitindo-me refletir sobre as escolhas técnicas e emocionais envolvidas no atendimento. O espaço de supervisão também possibilitou ressignificar minhas próprias inseguranças como terapeuta em formação, fortalecendo meu raciocínio clínico e minha postura profissional.

Do ponto de vista pessoal, acompanhar o progresso de F.H.K. despertou em mim uma profunda reflexão sobre a resiliência humana e a capacidade de reconstrução diante do sofrimento. A paciente, que inicialmente se apresentava desmotivada, confusa e reativa, foi gradualmente se tornando uma mulher mais consciente, autônoma e segura de si. Esse processo evidenciou o poder transformador da psicoterapia quando sustentada por uma escuta genuína, empatia e compromisso técnico.

Encerrando essa experiência, compreendo que o aprendizado mais valioso foi o de que a técnica só ganha sentido quando se alia à humanidade. A aplicação da TCC e do THS, nesse caso, ultrapassou o âmbito da teoria: tornou-se um exercício de presença, de cuidado e de respeito à história do outro.

Concluo que a Terapia Cognitivo-Comportamental, aliada ao Treinamento de Habilidades Sociais, constitui um conjunto de ferramentas potentes para a intervenção clínica, especialmente quando aplicadas de forma ética, contextualizada e colaborativa. Essa vivência consolidou minha convicção sobre a importância da clínica enquanto espaço de transformação, tanto para o paciente quanto para a terapeuta em formação.

REFERÊNCIAS

[1] BARTHOLOMEU, Daniel; MONTIEL, José Maria; BUENO, Cintia Eliane; PESSOTTO, Fernando; SPATARI GONZALEZ, Luis Cesar. *Perfis psicológicos e psicoterapia cognitivo-comportamental: aportes teóricos e práticas de intervenção.* São Paulo: Ampla, 2025.

[2] BECK, Judith S. *Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática.* 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

[3] BONSACK, Charles; REXHAJ, Shyhrete; FAVROD, Jérôme. *Psychoéducation : définition, historique, intérêt et limites*. *Annales Médico-Psychologiques*, v. 173, n. 1, p. 79-84, 2015. DOI: 10.1016/j.amp.2014.12.001.

[4] BORTOLATTO, M. O. *Avaliação e treinamento em habilidades sociais em estudantes de Psicologia. Psicologia em Estudo*, v. 29, 2024.

[5] DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. *Psicologia das habilidades sociais: diversidade teórica e suas implicações.* 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

[6] DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. *Habilidades sociais e competência social para a prática psicológica.* São Paulo: Hogrefe, 2017.

[7] ELLIS, Albert. *O guia prático da Terapia Racional-Emotiva.* São Paulo: Summus, 1997.

[8] LOPES, Tátila Martins; MACHADO, Márcia Verônica de Paiva; BAECHTOLD, Aretusa dos Passos. *TREC em ação: guia prático para atendimento clínico eficaz da terapia racional emotiva comportamental*. Novo Hamburgo: Sinopsys Editora, 2025. xiv, 226 p. ISBN 978-65-5571-220-9.

[9] WORDEN, J. William. *Aconselhamento do luto e terapia do luto: um manual para profissionais da saúde mental.* São Paulo: Roca, 2013.

Capítulo 9

O manejo da suicidalidade no campo da saúde mental: contribuições da terapia cognitivo-comportamental

Anna Carolina Augusto Pereira
Fabio Biasotto Feitosa

Resumo: A suicidalidade compreende um continuum que se estende da ideação suicida ao planejamento, aos comportamentos preparatórios e às tentativas, configurando um fenômeno complexo, multifatorial e de elevada relevância clínica, com impacto significativo na saúde pública. Apesar de sua magnitude, o manejo do comportamento suicida na prática em saúde mental ainda se mostra, em muitos contextos, marcado pela fragmentação do cuidado, pela centralidade excessiva no modelo diagnóstico sindrômico, pela predominância da medicalização e por intervenções reativas, pouco estruturadas e insuficientemente articuladas a estratégias preventivas e de acompanhamento longitudinal. Nesse cenário, a Terapia Cognitivo-Comportamental Breve para Prevenção do Suicídio (TCCB) destaca-se como uma abordagem psicoterapêutica empiricamente fundamentada, ao oferecer modelos explicativos consistentes, estratégias sistemáticas de avaliação clínica do risco e intervenções específicas voltadas à redução da ideação suicida, à prevenção de tentativas e ao fortalecimento de fatores protetivos. Assim, o presente capítulo tem como objetivo discutir os princípios gerais e diretrizes para o manejo da suicidalidade em saúde mental, bem como apresentar as contribuições teóricas e clínicas da TCCB para a avaliação, intervenção e prevenção do comportamento suicida.

Palavras-chave: Suicidalidade, Prevenção do suicídio, Terapia Cognitivo-Comportamental Breve, Manejo clínico do risco, Saúde mental.

1. INTRODUÇÃO

O suicídio é reconhecido como um fenômeno complexo e multifatorial, resultante da interação dinâmica entre fatores psicológicos, sociais, históricos, culturais e biológicos (Afonso; Seabra, 2021; Meleiro, 2021). Do ponto de vista epidemiológico, configura-se como um grave problema de saúde pública em escala global, sendo responsável por mais de 700 mil mortes anuais, segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2025). No contexto brasileiro, os registros oficiais ultrapassam 14 mil óbitos por ano, número que provavelmente subestima a real incidência do fenômeno, em razão de limitações nos sistemas de notificação, dificuldades na classificação das causas de morte e do persistente estigma social historicamente associado ao suicídio (Brasil, 2024; OMS, 2025; Pereira, 2021).

A relevância científica e social do tema impõe a necessidade de respostas que ultrapassem intervenções isoladas, demandando a articulação entre políticas públicas, organização dos serviços de saúde e práticas clínicas baseadas em evidências (Botega, 2022). Nesse sentido, observa-se, nas últimas décadas, a consolidação de diretrizes e documentos técnicos nacionais e internacionais como referenciais estruturantes para a prevenção e manejo da suicidalidade nos diferentes níveis de atenção em saúde mental. De maneira alinhada, tais documentos estabelecem referenciais técnicos, éticos e organizativos que orientam a identificação, avaliação e manejo do risco suicida, fortalecem a articulação entre os pontos da rede de atenção e buscam assegurar respostas contínuas, integradas e baseadas em evidências, em contraposição a abordagens descoordenadas ou excessivamente dependentes da iniciativa individual dos profissionais (OMS, 2025).

Apesar dos avanços normativos nas últimas décadas, o manejo do comportamento suicida na prática clínica permanece, em muitos contextos, significativamente ancorado em modelos centrados no diagnóstico psiquiátrico. Sob esse viés, tende-se a assumir que a redução dos sintomas do transtorno mental subjacente implicaria, automaticamente, diminuição do risco suicida. Em contrapartida, evidências clínicas e empíricas indicam que a remissão sintomatológica não assegura, por si só, a resolução da ideação suicida, a qual pode persistir de forma relativamente autônoma, sustentada por padrões cognitivos, emocionais e comportamentais específicos. Nessa seara, evidencia-se as limitações de manejos exclusivamente sindrômicos, apontando para a necessidade de estratégias clínicas contínuas, específicas e orientadas diretamente à suicidalidade (Bryan; Rudd, 2024; Damiano; Luciano, 2021).

Diante desse cenário, o presente capítulo tem como objetivo discutir o manejo da suicidalidade no campo da saúde mental a partir de um percurso analítico que se inicia na apresentação de princípios gerais e diretrizes de cuidado, considerados como base ética, técnica e institucional transversal às diferentes abordagens clínicas. Em seguida, avança-se para a discussão de modelos psicológicos empiricamente fundamentados voltados à compreensão processual da suicidalidade e ao manejo clínico do risco sob a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental Breve para Prevenção do Suicídio (TCCB). Busca-se, assim, articular diferentes níveis de compreensão e intervenção, oferecendo subsídios conceituais para a prática clínica e para a formação profissional.

2. PRINCÍPIOS GERAIS E DIRETRIZES PARA O MANEJO DA SUICIDALIDADE EM SAÚDE MENTAL

As diretrizes nacionais e internacionais para a prevenção e o manejo da suicidalidade constituem referenciais normativos e técnico-clínicos centrais para a atuação em saúde mental. Elaboradas a partir da consolidação de evidências empíricas e consensos institucionais, essas diretrizes orientam práticas eticamente responsáveis e tecnicamente qualificadas frente aos comportamentos suicidas, sustentadas pelo compromisso com a preservação da vida e com a redução de mortes evitáveis. De modo geral, tais documentos articulam fundamentos conceituais, fatores de risco e proteção, sinais de alerta, princípios de comunicação clínica, estratégias de avaliação e manejo do risco, bem como orientações para a organização de redes assistenciais capazes de assegurar continuidade do cuidado ao longo do tempo.

No plano conceitual, observa-se ampla convergência quanto à compreensão da suicidalidade como um processo contínuo, dinâmico e multifatorial, e não como um evento pontual ou um estado fixo do indivíduo. A ideação suicida tende a constituir o estágio inicial desse *continuum*, manifestando-se por pensamentos, imagens ou conteúdo cognitivos relacionados à possibilidade de morrer, com variações quanto à frequência, intensidade e grau de elaboração. À medida que a intenção se estrutura, podem emergir planos mais definidos, ensaios comportamentais ou imaginários e, em alguns casos, tentativas de suicídio, entendidas como comportamentos autoinfligidos não fatais realizados com intenção de morrer, independentemente da letalidade objetiva do método empregado. O suicídio, por sua vez, corresponde a uma tentativa que resulta em morte (Brasil, 2024; OMS, 2023).

À luz desse cenário normativo, o risco suicida é compreendido como resultante da interação complexa entre múltiplos fatores, cuja combinação e intensidade variam ao longo do tempo. Entre os fatores de risco mais consistentemente associados destacam-se a história prévia de tentativa de suicídio — reconhecida como o preditor isolado mais robusto — e a presença de transtornos mentais, especialmente transtornos do humor e relacionados ao uso de substâncias. Somam-se a esses fatores condições sociodemográficas, como isolamento social e desemprego; aspectos psicológicos, como impulsividade, labilidade emocional e vivências recentes de perdas; bem como condições clínicas incapacitantes, incluindo dor crônica e doenças debilitantes (Brasil, 2006; 2024).

Em contraposição, as diretrizes ressaltam o papel modulador dos fatores protetores, tais como redes de apoio social, acesso oportuno a cuidados em saúde mental, habilidades de enfrentamento e vínculos significativos, os quais podem atenuar o risco e favorecer trajetórias de recuperação ao longo do tempo (Brasil, 2006; 2024). Em articulação com essa perspectiva, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2024) enfatiza estratégias de promoção da saúde mental ao longo do ciclo vital, com destaque para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, especialmente na adolescência. Programas voltados ao fortalecimento da regulação emocional, da resolução de problemas, das habilidades sociais e do manejo do estresse são reconhecidos como fatores protetivos de longo prazo, ao deslocarem o foco exclusivo do risco para a ampliação de recursos adaptativos e de enfrentamento.

No que tange à identificação do risco, as diretrizes são enfáticas ao afirmar que toda comunicação suicida deve ser considerada clinicamente relevante. Declarações explícitas ou implícitas de desesperança, inutilidade, percepção de ser um fardo ou ausência de perspectivas futuras, assim como mudanças comportamentais significativas — tais como

isolamento social, despedidas incomuns ou alterações abruptas de humor — configuram sinais de alerta que exigem avaliação cuidadosa e acompanhamento contínuo. Ademais, ressalta-se que a avaliação do risco deve ser compreendida como um processo clínico permanente, dinâmico e contextualizado, e não como procedimento pontual ou baseado exclusivamente em instrumentos padronizados. Embora escalas e protocolos possam auxiliar a organização do raciocínio clínico, não substituem o julgamento profissional nem a escuta qualificada (Brasil, 2006; OMS, 2014; 2023).

Nesse contexto, problematiza-se o impacto de mitos e crenças equivocadas amplamente disseminadas sobre o suicídio, os quais operam como barreiras institucionais à identificação precoce e ao cuidado adequado. Concepções como a ideia de que falar sobre suicídio induz tentativas, de que a comunicação suicida representa mera busca por atenção ou de que a gravidade do risco pode ser inferida diretamente pela letalidade do método carecem de respaldo empírico e tendem a produzir respostas defensivas, moralizantes ou negligentes nos serviços de saúde. Em contraste, o questionamento direto, ético e sensível acerca de ideias suicidas é reconhecido como intervenção clínica indispensável, ao passo que fortalece o vínculo terapêutico e favorece a expressão da ambivalência, o que amplia as possibilidades de manejo do risco (Botega, 2022; OMS, 2014).

No plano social mais amplo, as diretrizes também ressaltam a importância da interação responsável com a mídia, reconhecendo que a forma como o suicídio é noticiado pode produzir efeitos tanto de contágio quanto de proteção. Recomenda-se evitar sensacionalismo, detalhamento de métodos, simplificações causais ou narrativas romantizadas, ao mesmo tempo em que se promove informação qualificada sobre prevenção, sinais de alerta e possibilidades de cuidado (Meleiro, 2021; OPAS, 2024). Evidências recentes indicam que campanhas excessivamente generalistas e midiáticas podem produzir efeitos paradoxais em populações clinicamente vulneráveis, reativando redes associativas suicidas e ampliando a ruminação sobre métodos e letalidade (Damiano *et al*., 2024).

Do ponto de vista psicológico, o Ministério da Saúde descreve características recorrentes do estado mental associado à suicidalidade, entre as quais se destacam a ambivalência entre viver e morrer, a rigidez cognitiva e a impulsividade. O reconhecimento da ambivalência ocupa lugar privilegiado no manejo preventivo do risco, na medida em que intervenções oportunas podem fortalecer, ainda que temporariamente, o desejo de viver. A rigidez cognitiva refere-se ao estreitamento das alternativas percebidas pelo indivíduo, que passa a conceber a morte como única solução possível para o sofrimento experimentado. Já a impulsividade contribui para a ocorrência de comportamentos suicidas em contextos de crise aguda e de curta duração, frequentemente desencadeados por eventos estressores cotidianos (Brasil, 2006).

No âmago do manejo clínico, as diretrizes sinalizam que a avaliação do nível de risco deve orientar a intensidade das intervenções, sem jamais substituir o julgamento clínico. Sob essa ótica, o manejo adequado envolve desde o acolhimento, a escuta qualificada e o fortalecimento de vínculos terapêuticos em situações de menor gravidade, até intervenções emergenciais em contextos de risco iminente, incluindo a restrição do acesso a meios potencialmente letais, a mobilização da rede de apoio e o acionamento de serviços especializados. Além disso, salientam o princípio da menor restrição possível, recomendando que medidas mais invasivas sejam reservadas a situações estritamente necessárias, em razão das evidências de potenciais efeitos iatrogênicos associados a

intervenções coercitivas indiscriminadas (Baldaçara *et. al*, 2024; Brasil, 2024; OMS, 2023).

Nesse sentido, a hospitalização é compreendida como recurso excepcional, indicado prioritariamente para a contenção do risco imediato e para a estabilização clínica, devendo ser limitada ao tempo estritamente necessário e articulada, desde o início, a um plano de cuidado que assegure a continuidade do acompanhamento após a alta. O seguimento pós-crise é, portanto, reconhecido como período crítico, marcado por risco elevado de recorrência, exigindo estratégias ativas de acompanhamento longitudinal e articulação entre diferentes pontos da rede de atenção (Baldaçara *et. al*, 2024; Brasil, 2006; OMS, 2023).

No contexto brasileiro, esses entendimentos foram incorporados às Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, instituídas pela Portaria nº 1.876/2006, bem como à Lei nº 13.819/2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Esses dispositivos normativos orientam a organização de linhas de cuidado integrais em todos os níveis de atenção, a educação permanente dos profissionais de saúde e o fortalecimento da rede assistencial (Brasil, 2006; 2019).

O manejo da suicidalidade insere-se, assim, na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que organiza o cuidado nos níveis primário, secundário e terciário. A atenção primária desempenha papel estratégico na identificação precoce, no acolhimento inicial e no acompanhamento longitudinal; a atenção secundária, por meio de serviços especializados como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ocupa-se do manejo de casos de maior complexidade e na gestão de crises; e a atenção terciária é acionada em situações de risco iminente à vida, podendo incluir internações voluntárias, involuntárias ou compulsórias em leitos de saúde mental ou em hospitais gerais (Brasil, 2006; 2019).

3. CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Embora as diretrizes nacionais e internacionais representem avanços relevantes na organização do cuidado em saúde mental, uma limitação recorrente desses documentos reside na tendência de vincular a redução do risco suicida prioritariamente ao tratamento do transtorno mental subjacente. Tal perspectiva, alinhada ao modelo psiquiátrico sindrômico, sustenta o pressuposto de que a remissão dos sintomas psicopatológicos implicaria, de forma automática, a resolução da ideação e do comportamento suicida. Contudo, evidências empíricas indicam que a suicidalidade não pode ser compreendida como mero epifenômeno diagnóstico, mas como um fenômeno com relativa autonomia clínica, cuja dinâmica exige intervenções direcionadas especificamente aos processos que sustentam o risco (Bryan; Rudd, 2024; Tarrier *et al*., 2008; Ventura; Gonçalves, 2018).

Ademais, estudos de síntese da literatura reforçam os limites de abordagens preditivas baseadas exclusivamente em diagnósticos psiquiátricos e fatores de risco isolados. A metanálise conduzida por Franklin *et al*. (2017), ao examinar mais de cinco décadas de pesquisa, demonstrou que tais fatores apresentam baixo poder preditivo para pensamentos e comportamentos suicidas, aproximando-se de níveis pouco superiores ao acaso. Esses achados não invalidam a utilidade clínica da identificação de fatores de risco, mas tensionam seu uso como instrumentos determinísticos, apontando para a necessidade de modelos processuais, dinâmicos e sensíveis ao contexto. De forma convergente, a metanálise de Tarrier *et al*. (2008) evidenciou que intervenções focadas diretamente na ideação e nos comportamentos suicidas apresentam maior eficácia na

redução do risco do que aquelas centradas exclusivamente no tratamento do transtorno mental.

Nesse cenário, a Terapia Cognitivo-Comportamental Breve (TCCB) para Prevenção do Suicídio, desenvolvida por Bryan e Rudd (2024), representa uma ruptura relevante. Contrapondo o modelo psiquiátrico sindrômico, essa abordagem compreende o risco suicida como resultado da interação entre déficits de enfrentamento, cognições disfuncionais e contingências ambientais, sempre contextualizados na história de vida do indivíduo. Evidências indicam que o protocolo é capaz de reduzir em até 60% o risco de novas tentativas de suicídio — a maior redução documentada em ensaios clínicos controlados até o momento (Rudd *et al.*, 2015) —, consolidando-se como uma das abordagens mais robustas disponíveis para o manejo clínico do risco suicida.

Fundamentada na Teoria da Vulnerabilidade Fluida, a TCCB visa à redução do risco por meio da modulação direta do modo suicida, atuando de forma integrada sobre os domínios cognitivo, emocional, comportamental e fisiológico. O tratamento organiza-se em três fases sequenciais — comportamental, cognitiva e de prevenção de recaídas — articuladas de modo a promover estabilização clínica, modificação de processos cognitivos disfuncionais e fortalecimento progressivo da autonomia psicológica do paciente (Bryan; Rudd, 2024).

3.1. MODELOS PSICOLÓGICOS EXPLICATIVOS

Sob a perspectiva da Terapia Cognitivo-Comportamental, as crenças centrais — entendidas como pressupostos duradouros acerca de si mesmo, dos outros e do futuro, formadas a partir da história de vida — exercem influência sobre o humor e o comportamento. Quando disfuncionais, essas crenças geram interpretações distorcidas da realidade, sustentando padrões cognitivos negativos que contribuem para o surgimento e a manutenção do sofrimento psicológico (Beck, 2022; Knapp, 2004).

No contexto da tríade cognitiva do padrão suicida, indivíduos com ideação tendem a avaliar-se como defeituosos, inadequados ou indesejáveis; a perceber os outros como rejeitadores, indiferentes ou excessivamente exigentes; e a conceber o futuro como destituído de esperança e de possibilidades de mudança. Tais crenças são aprendidas e reforçadas ao longo de experiências de rejeição, fracasso e perda, tornando-se progressivamente automáticas e rígidas. A partir do ciclo de manutenção do padrão suicida, uma situação ativadora desperta essas crenças negativas, desencadeando sentimentos disfóricos que levam a comportamentos de evitação, isolamento e passividade. Esses comportamentos, por sua vez, impedem o enfrentamento de problemas, mantendo a desesperança e retroalimentando o circuito cognitivo disfuncional (Ventura; Gonçalves, 2018; Vieira; Mouadeb, 2021).

Os modelos psicológicos contemporâneos de compreensão do comportamento suicida aprofundam essa compreensão ao explicitar os mecanismos que transformam a dor psíquica em ideação e ação suicida, oferecendo referenciais complementares para a formulação do caso e para a organização das intervenções ao longo das fases da TCCB. Embora apresentem enfoques e estruturas explicativas distintas, esses modelos também apresentam sobreposições conceituais, dialogando entre si ao enfatizarem a interação entre vulnerabilidades cognitivas, emocionais e interpessoais. Essa convergência teórica oferece subsídios para a avaliação narrativa, a formulação cognitivo-comportamental de

casos e para o manejo clínico do risco, contribuindo para a articulação de intervenções mais precisas e eficazes (Bryan; Rudd, 2024).

Nessa seara, a Teoria Interpessoal do Comportamento Suicida, desenvolvida por Joiner (2005), propõe que o desejo de morrer emerge da interação entre o pertencimento frustrado e a percepção de ser um fardo. Quando essas condições coexistem e se associam à desesperança e à capacidade adquirida para o suicídio — entendida como a redução do medo da morte e o aumento da tolerância à dor física e emocional —, o risco de tentativa é potencializado.

Já o Modelo Integrado Motivacional-Volitivo aprofunda essa lógica, organizando o processo em três etapas. A fase pré-motivacional compreende os fatores de vulnerabilidade que antecedem o surgimento da ideação suicida, abrangendo predisposições genéticas, mecanismos psicológicos subjacentes, influências sociais e agentes desencadeantes. A fase motivacional implica a formação de ideação e intenção suicidas, envolvendo experiências de derrota, humilhação e aprisionamento, impulsionados por fatores como baixa autoestima, déficit no repertório de resolução de problemas, sentimentos de inutilidade, ruminação, pertencimento frustrado, percepção de ser um fardo, ausência de esperança e otimismo, e suporte social limitado. A fase volitiva, por sua vez, descreve a passagem da ideação para o comportamento suicida, sendo mediada por fatores como capacidade adquirida para o suicídio, acesso a meios letais, ensaio ou comportamento preparatório, histórico de tentativas anteriores, impulsividade e desregulação emocional (O'Connor, 2011).

Por conseguinte, a Teoria das Três Etapas descreve o comportamento suicida como um processo sequencial e cumulativo. Na primeira etapa, a interação entre dor psicológica e desesperança origina o desejo de morrer; na segunda, esse desejo se intensifica com a perda de conectividade social; e, na terceira, a tentativa se torna possível diante do desenvolvimento da capacidade adquirida, caracterizada pela dessensibilização à dor e pela habituação à ideia da morte (Klonsky; May, 2015).

Esses referenciais encontram síntese clínica no modelo do modo suicida, articulado à Teoria da Vulnerabilidade Fluida, que constitui o eixo explicativo da TCCB ao introduzir uma visão processual e dinâmica da suicidalidade. Nessa perspectiva, o suicídio decorre da ativação temporária de um modo cognitivo-afetivo suicida, um estado psicológico caracterizado por pensamentos automáticos autodepreciativos, desesperança, evitação cognitiva e retraimento comportamental. Esse modo é desencadeado quando vulnerabilidades crônicas — como crenças disfuncionais, rigidez cognitiva e déficits de regulação emocional — interagem com eventos estressores, produzindo uma elevação aguda do risco (Bryan; Rudd, 2024).

O modelo distingue o risco na linha de base, referente às predisposições estáveis, do risco agudo, que corresponde a flutuações transitórias no funcionamento geral do indivíduo. Durante a ativação do modo suicida, há uma intensificação recíproca dos domínios cognitivo, emocional, comportamental e fisiológico, reduzindo a capacidade de enfrentamento e aumentando a probabilidade de tentativa. Os episódios suicidas são, portanto, temporários e cessam quando os fatores mantenedores do modo são desativados, embora o risco basal possa permanecer elevado se as crenças e esquemas subjacentes não forem modificados (Bryan; Rudd, 2024).

3.2. AVALIAÇÃO NARRATIVA

No manejo do risco suicida, a TCCB adota uma concepção de avaliação que se afasta de abordagens centradas predominantemente em entrevistas estruturadas e checklists preditivos. A avaliação narrativa constitui-se como uma estratégia clínica orientada à compreensão processual da crise suicida a partir da história singular do paciente, construída por meio de uma escuta ativa e validante. Ao privilegiar o relato do paciente, esse dispositivo desloca o foco da verificação de indicadores isolados para a reconstrução contextual dos eventos, significados e afetos implicados na emergência do risco, preservando a complexidade subjetiva do fenômeno (Bryan; Rudd, 2024).

Do ponto de vista relacional, a avaliação narrativa cumpre função fundamental na construção de uma aliança terapêutica sólida, ao posicionar o paciente como agente ativo na compreensão de sua própria crise. Evidências empíricas indicam que avaliações narrativas estão associadas a maior engajamento terapêutico, melhor discriminação clínica dos estados de risco e maior acurácia na identificação de processos psicológicos, ao mesmo tempo em que reduzem respostas defensivas e experiências de invalidação frequentemente observadas em avaliações excessivamente protocolizadas (Bryan *et al*., 2017; Nasir *et al*., 2017).

No âmbito técnico, a TCCB organiza a avaliação narrativa em torno da crise suicida índice, definida como o episódio suicida recente — com ou sem tentativa — mais diretamente relacionado à busca por cuidado. Nesse sentido, o terapeuta conduz a reconstrução funcional da sequência de eventos que antecederam, acompanharam e se seguiram à crise, identificando gatilhos situacionais, pensamentos automáticos, estados emocionais, padrões comportamentais, respostas fisiológicas e estratégias de enfrentamento disponíveis ou deficitárias. Desse modo, esses elementos são articulados aos modelos cognitivo-comportamentais explicativos da suicidalidade, subsidiando de forma integrada a conceitualização do caso e a avaliação clínica do nível de risco (Bryan; Rudd, 2024).

Diferentemente de classificações estáticas, o risco suicida emerge, nesse processo, como resultado de uma análise contextualizada da gravidade da ideação, do grau de planejamento, da acessibilidade a meios letais e da capacidade de enfrentamento do indivíduo no momento da crise. Essa compreensão integrada orienta a definição de prioridades terapêuticas voltadas tanto à contenção do risco iminente quanto à interrupção das cadeias comportamentais mantenedoras da crise, estabelecendo a base conceitual e clínica para a condução da fase comportamental, que constitui o eixo inicial e indispensável do tratamento na TCCB (Bryan; Rudd, 2024).

3.3. A FASE COMPORTAMENTAL: DESATIVAÇÃO DO MODO SUICIDA

A fase comportamental da TCCB constitui o momento inicial e clinicamente mais sensível do tratamento, correspondendo ao período de maior vulnerabilidade do paciente. Em geral, essa etapa ocorre imediatamente após uma crise suicida aguda, tentativa recente ou hospitalização psiquiátrica, quando o risco se encontra elevado e o funcionamento psicológico está marcado por respostas rígidas e automáticas. Nesse contexto, parte-se do pressuposto de que a capacidade reflexiva do paciente se encontra significativamente comprometida, o que limita a efetividade de intervenções voltadas à modificação aprofundada de crenças disfuncionais. O foco clínico desloca-se, portanto, da reestruturação cognitiva para a desativação do modo suicida e a redução do risco agudo,

por meio da intervenção direta sobre fatores comportamentais, emocionais e contextuais que sustentam a escalada da crise (Bryan; Rudd, 2024).

As intervenções dessa fase concentram-se, primordialmente, na promoção de segurança e no desenvolvimento de estratégias práticas de automanejo. A partir das informações obtidas na avaliação narrativa, terapeuta e paciente constroem de forma colaborativa e individualizada o Plano de Respostas a Crises (PRC), instrumento clínico que organiza estratégias práticas para enfrentamento de momentos críticos. O PRC organiza sinais pessoais de alerta, estratégias de automonitoramento, razões para viver, fontes externas de apoio, contatos profissionais e serviços de emergência — como o Centro de Valorização da Vida (CVV), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o pronto-socorro —, além de medidas voltadas à redução de riscos no ambiente imediato (Bryan; Rudd, 2024; Stanley; Brown, 2012).

Diferentemente de intervenções reativas ou pontuais, o PRC é concebido como um recurso dinâmico, integrado à formulação do caso e revisitado ao longo do tratamento, acompanhando as oscilações do risco. Ademais, evidências empíricas sustentam sua eficácia clínica. Em ensaio clínico randomizado, Bryan *et al*. (2017) observaram que pacientes em risco agudo que elaboraram um PRC apresentaram redução de 76% nas tentativas de suicídio nos seis meses subsequentes, além de declínio mais rápido da ideação suicida, diminuição de internações psiquiátricas e melhora significativa dos estados emocionais.

Outro componente fundamental dessa fase refere-se ao aconselhamento sobre restrição do acesso a meios potencialmente letais, especialmente em pacientes com histórico de comportamento preparatório ou tentativas prévias. Na TCCB, essa intervenção é conduzida de forma colaborativa e não coercitiva, reconhecendo que a limitação do acesso a meios não elimina a ideação suicida, mas reduz de maneira substancial a probabilidade de transição da ideação para a ação durante períodos de risco elevado. Sempre que possível, envolve-se a rede de apoio familiar ou social como parte de uma estratégia ampliada de contenção do risco (Bryan; Rudd, 2024).

Paralelamente, a fase comportamental inclui o treino de habilidades específicas destinadas à redução da ativação fisiológica e emocional associada às crises suicidas. Estratégias como controle de estímulos e higiene do sono, técnicas de relaxamento e práticas de mindfulness são introduzidas de modo estruturado e criterioso, com base na formulação individual do caso. Essas intervenções são empregadas, portanto, como recursos clínicos diretamente vinculados à interrupção de processos implicados na escalada do risco, como ruminação, impulsividade e reatividade emocional, respeitando a necessidade de adaptação ao contexto e à história singular do paciente (Bryan; Rudd, 2024).

Além disso, a TCCB incorpora estratégias voltadas ao fortalecimento de vínculos com a vida, como a lista de razões para viver e o kit de sobrevivência. Esses recursos funcionam como âncoras comportamentais e emocionais durante estados de crise, favorecendo o acesso a valores, relações e experiências significativas mesmo quando o campo cognitivo se encontra estreitado pelo sofrimento intenso, contribuindo para a ampliação temporária do horizonte de possibilidades além da morte (Bryan; Rudd, 2024).

Ao final da fase comportamental, espera-se que o paciente apresente maior capacidade de manejar o estresse emocional imediato, redução da frequência e intensidade dos estados de risco agudo e um repertório inicial de estratégias que diminua a probabilidade de recorrer ao comportamento suicida como forma predominante de enfrentamento. Essa

estabilização clínica constitui condição necessária para o avanço do tratamento, sem a qual intervenções cognitivas subsequentes tenderiam a ocorrer sobre uma base clínica instável (Bryan; Rudd, 2024).

3.4. A FASE COGNITIVA: MODIFICAÇÃO DO SISTEMA DE CRENÇAS SUICIDAS

Com a desativação do modo suicida e o restabelecimento do paciente a um nível de risco próximo à sua linha de base, a TCCB avança para a fase cognitiva, cujo foco incide sobre os processos cognitivos que sustentam a vulnerabilidade a crises suicidas recorrentes. Em contraste com a fase comportamental, essa etapa pressupõe maior estabilidade emocional e capacidade reflexiva, condições indispensáveis para o trabalho sistemático com crenças, pressupostos e padrões de pensamento associados à suicidalidade. O objetivo central consiste em enfraquecer interpretações rígidas, autodepreciativas e desesperançadas, promovendo a construção de leituras alternativas mais funcionais e realistas. Dessa maneira, trata-se de um trabalho orientado à ampliação da flexibilidade cognitiva frente a eventos estressores que, em momentos anteriores, tenderiam a reativar o modo suicida (Bryan; Rudd, 2024).

Para esse fim, são empregados procedimentos estruturados de reestruturação cognitiva, articulados à conceitualização individual do caso. Diante disso, as folhas de atividade ABC (Evento–Crença–Consequência) permitem explicitar as relações funcionais entre situações ativadoras, pensamentos automáticos e respostas emocionais, favorecendo maior consciência dos processos cognitivos que sustentam o sofrimento. O questionamento socrático é utilizado de maneira sistemática para examinar a consistência dessas interpretações, testar hipóteses alternativas e ampliar o repertório interpretativo do paciente, possibilitando respostas cognitivas mais adaptativas frente a situações de adversidade (Beck, 2022; Knapp, 2004; Ventura; Gonçalves, 2018).

De modo complementar, a fase cognitiva integra estratégias comportamentais destinadas a sustentar e consolidar as mudanças cognitivas ao longo do tempo. Recursos como os cartões de enfrentamento funcionam como suportes externos temporários, facilitando o acesso a estratégias cognitivas e a valores pessoais previamente trabalhados, sobretudo em contextos de maior ativação emocional. Esses dispositivos favorecem a generalização das habilidades adquiridas para além do setting terapêutico, reduzindo a probabilidade de respostas automáticas associadas à escalada do risco (Bryan; Rudd, 2024).

Ao longo de toda a fase cognitiva, o monitoramento contínuo do risco permanece como componente estruturante do tratamento. A TCCB parte do pressuposto de que a redução da ideação suicida não implica a eliminação definitiva da vulnerabilidade, reconhecendo que intensificações transitórias do risco ou recaídas parciais podem ocorrer. Portanto, tais manifestações são compreendidas como indicadores clínicos relevantes para o refinamento contínuo da conceitualização do caso e para o ajuste das intervenções, e não como falhas terapêuticas, em consonância com a compreensão processual e dinâmica da suicidalidade proposta pela Teoria da Vulnerabilidade Fluida (Bryan; Rudd, 2024).

Em síntese, ao fortalecer a capacidade do paciente de reconhecer precocemente sinais de ativação cognitiva do risco e de responder a eles com maior flexibilidade interpretativa e funcional, a fase cognitiva amplia o alcance preventivo da TCCB para além da crise índice. Ao final dessa etapa, o paciente tende a apresentar maior competência para questionar interpretações disfuncionais, interromper padrões cognitivos rígidos e mobilizar respostas alternativas ao comportamento suicida. Tais competências, embora

fundamentais, mostram-se ainda insuficientes para assegurar proteção sustentada frente à recorrência de crises, o que fundamenta a transição para a fase subsequente do tratamento, voltada à integração das habilidades aprendidas e à prevenção de recaídas, consolidando um manejo clínico contínuo e longitudinal da suicidalidade (Bryan; Rudd, 2024).

3.5. PREVENÇÃO DE RECAÍDAS

A fase de prevenção de recaídas corresponde ao momento de integração, consolidação e teste ativo das habilidades desenvolvidas ao longo do tratamento (Beck, 2022), tendo como objetivo a redução sustentada da vulnerabilidade ao comportamento suicida. Diferentemente das fases anteriores, nas quais o foco recai sobre a contenção do risco agudo e a modificação progressiva de processos cognitivos disfuncionais, essa etapa é orientada para a preparação do paciente frente à possibilidade de reativação futura do risco. Nesse sentido, a prevenção de recaídas não visa à eliminação definitiva do risco, mas ao fortalecimento da capacidade de resposta adaptativa diante de crises inevitáveis ao longo do curso da vida (Bryan; Rudd, 2024).

O procedimento-chave dessa fase é o ensaio por imagem mental, no qual o paciente é guiado a se imaginar vivenciando a crise suicida índice e cenários futuros plausíveis de risco, em ambiente clínico controlado. Diante disso, a exposição imaginativa é conduzida de forma gradual e repetida, com aumento progressivo da complexidade e do impacto emocional dos cenários, permitindo avaliar não apenas a presença das habilidades, mas a capacidade do paciente de acioná-las de maneira funcional sob estresse elevado. O objetivo é exercitar, de forma ativa e contextualizada, a mobilização das habilidades adquiridas — como reconhecimento precoce de sinais de alerta, regulação emocional, reavaliação cognitiva e resolução de problemas — sob condições que simulam a ativação do modo suicida (Bryan; Rudd, 2024). Evidências indicam que o ensaio mental envolve processos neurais e emocionais comparáveis aos ativados na execução do próprio comportamento, conferindo ao procedimento elevado valor clínico como estratégia de preparação frente a crises reais (Jeannerod, 2001; Zentgraf *et al*., 2005).

Em suma, a alta terapêutica é indicada quando o paciente demonstra, de modo consistente, competência clínica para interromper a escalada da crise e manejar cenários de risco sem recorrer ao comportamento suicida. Esse critério desloca o encerramento do tratamento do alívio sintomatológico para a demonstração concreta de autonomia frente à reativação potencial do risco, consolidando a prevenção de recaídas como etapa decisiva para a sustentação dos efeitos terapêuticos e para a preparação do paciente diante das oscilações inevitáveis do sofrimento ao longo do tempo (Bryan; Rudd, 2024).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que o manejo da suicidalidade em saúde mental demanda um deslocamento conceitual e clínico que ultrapasse respostas fragmentadas, reativas ou excessivamente ancoradas no modelo psiquiátrico sindrômico. Sob tal panorama, a compreensão do comportamento suicida como um processo dinâmico, multifatorial e contextualmente sensível impõe a necessidade de intervenções contínuas, específicas e orientadas diretamente aos mecanismos que sustentam o risco, reconhecendo que a ideação suicida pode persistir de forma relativamente autônoma mesmo diante da remissão sintomatológica de transtornos mentais.

Nesse cenário, a TCCB apresenta-se como um modelo clínico consistente ao integrar avaliação narrativa, intervenções comportamentais de contenção do risco agudo, modificação de sistemas cognitivos disfuncionais e estratégias de prevenção de recaídas baseadas em ensaio ativo de habilidades. Ao operar a partir da Teoria da Vulnerabilidade Fluida, a TCCB oferece um arcabouço conceitual capaz de articular risco basal e risco agudo, evitando tanto leituras deterministas quanto abordagens excessivamente simplistas da suicidalidade. Assim, seu foco processual permite compreender recaídas, intensificações transitórias do risco e oscilações do sofrimento não como falhas terapêuticas, mas como elementos clínicos informativos que orientam o refinamento contínuo da intervenção.

Sob o crivo ético e formativo, os achados e reflexões aqui apresentados evidenciam lacunas persistentes na formação em saúde mental, ainda marcada por preparo insuficiente para o manejo direto da suicidalidade. Nessa seara, a predominância de respostas centradas na contenção emergencial, na medicalização ou na transferência de responsabilidade para níveis especializados da rede contribui para a descontinuidade do cuidado e para a fragilização do acompanhamento longitudinal. Investir na capacitação técnica dos profissionais, no desenvolvimento de competências clínicas específicas e na incorporação de modelos baseados em evidências torna-se, portanto, condição indispensável para a qualificação das práticas assistenciais e para a redução efetiva de mortes evitáveis.

Ante o exposto, reconhece-se que a TCCB não constitui uma solução universal ou aplicável indistintamente a todos os contextos, enfrentando desafios relacionados à disponibilidade de profissionais capacitados, à organização dos serviços e à integração com políticas públicas de saúde mental. Ainda assim, sua contribuição reside em oferecer um modelo estruturado, replicável e empiricamente sustentado, capaz de orientar intervenções clínicas mais precisas, éticas e responsivas à complexidade da suicidalidade. Avançar na pesquisa, na formação e na implementação de abordagens processuais como a TCCB representa um passo fundamental para a construção de práticas em saúde mental que não apenas respondam à crise, mas sustentem o cuidado ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

[1] AFONSO, M. L.; SEABRA, D. S. Estruturas sociais e suicídio. *In*: DAMIANO, R. F. *et al.* (org.). *Compreendendo o suicídio*. 1. ed. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 131–141.

[2] BALDAÇARA, L. *et al.* Diretrizes da Associação Brasileira de Psiquiatria para o manejo do comportamento suicida: fatores de risco e de proteção. *Debates em Psiquiatria*, v. 14, p. 1–32, 2024. Tradução revisada e ampliada de: https://doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0994.

[3] BECK, J. S. *Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2022. E-book.

[4] BOTEGA, N. J. *Crise suicida: avaliação e manejo*. Porto Alegre: Artmed, 2022.

[5] BRASIL. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 abr. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm. Acesso em: 6 fev. 2026.

[6] BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.876, de 14 de agosto de 2006. Institui as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 ago. 2006. Seção 1. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html. Acesso em: 6 fev. 2026.

[7] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. *Série Saúde Mental e*

Atenção Psicossocial em Desastres: cartilha – prevenção de suicídio. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/enchentes/publicacoes/cartilha-prevencao-de-suicidio. Acesso em: 6 fev. 2026.

[8] BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde Mental. *Prevenção do suicídio: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental*. Organização de Carlos Felipe D'Oliveira e Neury José Botega. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://www.saude.gov.br. Acesso em: 6 fev. 2026.

[9] BRYAN, C. J.; RUDD, M. D. *Terapia cognitivo-comportamental breve para prevenção do suicídio*. Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica de Neury José Botega. Porto Alegre: Artmed, 2024. E-book.

[10] BRYAN, C. J. *et al.* Effect of crisis response planning vs. contracts for safety on suicide risk in US Army soldiers: a randomized clinical trial. *Journal of Affective Disorders*, v. 212, p. 64–72, 2017.

[11] DAMIANO, R. F.; BEIRAM, L.; DAMIANO, B. B. F.; HOFFMANN, M. S.; MOREIRA-ALMEIDA, A.; RÜCK, C.; TAVARES, H.; BRUNONI, A. R.; MIGUEL, E. C.; MENEZES, P. R.; SALUM, G. A. Associations between a Brazilian suicide awareness campaign and suicide trends from 2000 to 2019: Joinpoint and regression discontinuity analysis. *Journal of Affective Disorders*, [S.l.], v. 365, p. 459–465, 15 nov. 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jad.2024.08.134. Acesso em: 22 jun. 2025.

[12] DAMIANO, R. F.; LUCIANO, A. C. Espectro da suicidalidade e o transtorno do comportamento suicida. *In*: DAMIANO, R. F. *et al.* (org.). *Compreendendo o suicídio*. 1. ed. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 225–231.

[13] FRANKLIN, J. C. *et al.* Risk factors for suicidal thoughts and behaviors: a meta-analysis of 50 years of research. *Psychological Bulletin*, v. 143, n. 2, p. 187–232, 2017.

[14] JEANNEROD, M. Neural simulation of action: a unifying mechanism for motor cognition. *NeuroImage*, v. 14, p. S103–S109, 2001.

[15] JOINER, T. *Why people die by suicide*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005.

[16] KLONSKY, E. D.; MAY, A. M. The Three-Step Theory (3ST): a new theory of suicide rooted in the ideation-to-action framework. *International Journal of Cognitive Therapy*, v. 8, n. 2, p. 114–129, 2015. DOI: https://doi.org/10.1521/ijct.2015.8.2.114. Acesso em: 22 jun. 2025.

[17] KNAPP, P. *Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

[18] MELEIRO, A. M. A. da S. As múltiplas faces do suicídio. *In:* DAMIANO, R. F. *et al.* (org.). *Compreendendo o suicídio*. 1. ed. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 37–42.

[19] NASIR, M. *et al.* Complexity in speech and its relation to emotional bond in therapist–patient interactions during suicide risk assessment interviews. *In*: *Proceedings of the Annual Conference of the International Speech Communication Association (INTERSPEECH)*, 2017, Estocolmo. p. 3296–3300.

[20] O'CONNOR, R. C. The integrated motivational-volitional model of suicidal behavior. *Crisis: The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention*, v. 32, n. 6, p. 295–298, 2011. DOI: https://doi.org/10.1027/0227-5910/a000120. Acesso em: 22 jun. 2025.

[21] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Mental Health Gap Action Programme (mhGAP) guideline for mental, neurological and substance use disorders*. 3. ed. Genebra: World Health Organization, 2023. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240084278. Acesso em: 6 fev. 2026.

[22] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Prevenção do suicídio: um imperativo global*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241564779. Acesso em: 6 fev. 2026.

[23] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Suicídio*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide. Acesso em: 22 jun. 2025.

[24] ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Viver a vida: guia de implementação para a prevenção do suicídio nos países*. Brasília, DF: OPAS, 2024. DOI: https://doi.org/10.37774/9789275724248. Acesso em: 6 fev. 2026.

[25] PEREIRA, L. Suicídio e mortes violentas: subnotificação. *In*: DAMIANO, R. F. *et al.* (org.). *Compreendendo o suicídio*. 1. ed. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 166–171.

[26] STANLEY, B.; BROWN, G. K. Safety Planning Intervention: a brief intervention to mitigate suicide risk. *Cognitive and Behavioral Practice*, v. 19, n. 2, p. 256–264, 2012.

[27] TARRIER, N.; TAYLOR, K.; GOODING, P. Cognitive-behavioral interventions to reduce suicide behavior: a systematic review and meta-analysis. *Behavior Modification*, v. 32, n. 1, p. 77–108, 2008.

[28] VENTURA, P.; GONÇALVES, R. Suicídio e terapia cognitivo-comportamental. *In:* NEUFELD, Ca. B.; FALCONE, E. M. de O.; RANGÉ, B. P. (orgs.). *PROCOGNITIVA: programa de atualização em terapia cognitivo-comportamental: ciclo 5*. Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2018. p. 77–108. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 1).

[29] VIEIRA, M. M.; MOUADEB, D. Terapia cognitiva e o tratamento para suicídio. *In*: DAMIANO, R. F. *et al.* (org.). *Compreendendo o suicídio*. 1. ed. Santana de Parnaíba, SP: Manole, 2021. p. 462–476.

[30] ZENTGRAF, K.; STARK, R.; REISER, M.; KUNZELL, S.; SCHIENLE, A.; KIRSCH, P. *et al.* Differential activation of pre-SMA and SMA proper during action observation: effects of instructions. *NeuroImage*, v. 26, p. 662–672, 2005.

Capítulo 10

O impacto da Psicologia educacional em ocupações: entre a aprendizagem e a solidariedade

André Rocha Batista Junior
Glayce Kelly da Silva Guimarães
João Henrique Freitas Villani
Profa. Dra. Juliana Santos Graciani
Leonardo José Monteiro da Silva
Lorena Aparecida Eloy Gomes
Natalia Silva Almeida
Thaissa Câmara Franco

Resumo: A ocupação urbana estudada constituiu-se como um espaço coletivo de moradia destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social, abrigando entre 200 e 300 indivíduos, incluindo crianças. Essa iniciativa foi oriunda dos resultados vivenciados no estágio realizado na graduação em Psicologia na disciplina de Estágio Básico em Processos Psicossociais e da Promoção da Saúde e se articulou com as iniciativas educacionais, políticas públicas e os direitos sociais. Teve como objetivo promover práticas socioeducativas e sociais que fortalecessem a aprendizagem colaborativa, os vínculos comunitários e as competências socioemocionais dos participantes. A intervenção foi pautada em uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa-ação, e contemplou atividades como rodas de conversa, dinâmicas lúdicas, plantio coletivo e construções compartilhadas, articulando teoria e prática. Fundamentou-se em autores clássicos da Educação, Psicologia e Pedagogia Crítica, enfatizando a relevância da educação não formal, da cooperação e da participação cidadã na promoção da autonomia, solidariedade e inclusão social. Os resultados indicaram avanços na participação comunitária, no engajamento coletivo e no desenvolvimento integral dos sujeitos, evidenciando que o espaço de moradia também funcionou como território educativo. Observou-se que a integração de dimensões cognitivas, afetivas e sociais favoreceu a consolidação de práticas colaborativas, o fortalecimento de laços de pertencimento e a valorização dos saberes cotidianos dos moradores. Constatou-se, ainda, que intervenções educativas em contextos de vulnerabilidade social contribuíram para a construção coletiva de conhecimento e para a promoção de cidadania ativa. O estudo reforçou a importância de articular teoria e prática em ações socioeducativas, considerando a comunidade como locus de aprendizado, resistência e transformação social.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Práticas Socioeducativas; Desenvolvimento Comunitário; Aprendizagem Colaborativa; Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve início no âmbito do Estágio Básico em Processos Psicossociais e da Promoção da Saúde, articulando-se com iniciativas socioeducativas e comunitárias desenvolvidas em uma ocupação urbana localizada na zona norte de São Paulo. Tal experiência permitiu integrar práticas acadêmicas à realidade social, configurando o campo de estágio como espaço de aprendizagem, intervenção e produção de conhecimento. Nesse contexto, a ocupação revelou-se não apenas como território de moradia, mas como ambiente de convivência, mediação social e desenvolvimento humano, no qual práticas socioeducativas e relações comunitárias se entrelaçam na construção de processos coletivos de transformação social.

O objetivo principal deste artigo consistiu em refletir sobre as práticas socioeducativas e psicossociais desenvolvidas no contexto da ocupação, compreendendo seus impactos no desenvolvimento integral dos participantes e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Como objetivos específicos, buscou-se analisar as dinâmicas sociais presentes no território, identificar as contribuições das intervenções pedagógicas para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos moradores e discutir o papel da educação não formal como instrumento de inclusão, autonomia e cidadania. Tal abordagem fundamentou-se em referenciais teóricos da Psicologia Social Comunitária e da Pedagogia Social, especialmente nas contribuições de Freire (1987), Vygotsky (1998) e Wallon (1995).

No que se refere à metodologia, a pesquisa caracterizou-se como qualitativa, de natureza crítica, ancorada nos pressupostos da pesquisa-ação. Essa abordagem possibilitou a articulação entre teoria e prática, promovendo a participação ativa dos sujeitos e a construção coletiva do conhecimento. A investigação desenvolveu-se a partir de observações em campo, registros sistemáticos, rodas de conversa e atividades pedagógicas participativas, permitindo a análise das interações sociais e dos processos socioeducativos vivenciados. A pesquisa qualitativa busca compreender a realidade social em sua complexidade, valorizando os significados, experiências e relações construídas pelos sujeitos em seu contexto.

Quanto à estruturação do artigo, este foi organizado de modo a contemplar, inicialmente, a contextualização da ocupação e a apresentação da problemática investigada. Em seguida, foram discutidas a justificativa teórica, os objetivos da intervenção e os fundamentos metodológicos que orientaram a pesquisa. Posteriormente, abordaram-se o desenvolvimento das atividades, os resultados esperados e obtidos, bem como a devolutiva à comunidade. Por fim, o trabalho foi concluído com reflexões acerca das contribuições da experiência para a formação acadêmica e para a promoção de práticas socioeducativas emancipadoras, evidenciando o potencial transformador da atuação psicossocial em contextos de vulnerabilidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

A ocupação estudada, é localizada no município de São Paulo, na região da zona norte. A iniciativa comunitária é gerenciada por uma organização civil responsável, e surgiu há aproximadamente cinco anos como resposta à necessidade de moradia de famílias em situação de vulnerabilidade social. Composta por cerca de 60 famílias, totalizando entre 200 e 300 pessoas, incluindo aproximadamente 20 a 30 crianças, a ocupação priorizou mulheres de baixa renda com filhos, oferecendo abrigo e oportunidades de participação

comunitária. O projeto foi inicialmente impulsionado por líderes da mobilização local, que identificaram o espaço adequado e possibilitaram a alocação das famílias, evidenciando o papel central da iniciativa coletiva na organização do território.

A estrutura interna da ocupação seguiu normas previamente definidas e comunicadas aos interessados em residir no local, garantindo que todos compreendessem e aceitassem o estatuto interno. Entre as regras, destacaram-se a proibição de substâncias ilícitas e bebidas alcoólicas, horários de entrada e saída diferenciados conforme a situação de estudo ou trabalho, controle de visitas e a exigência de matrícula escolar para as crianças. A realização de mutirões constituiu prática recorrente para construção, manutenção e limpeza dos espaços internos, enquanto a organização gestora assumiu a responsabilidade pela manutenção externa. A ocupação contemplou ainda acessibilidade para pessoas com deficiências, sobretudo cadeirantes, garantindo acesso até o segundo andar, demonstrando preocupação com inclusão e mobilidade.

O ambiente comunitário promoveu solidariedade e cooperação, com moradores apoiando-se mutuamente e compartilhando recursos, como alimentos e roupas. Apesar do convívio positivo, emergiram situações de conflito, incluindo desentendimentos relacionados a barulho e à supervisão das crianças, que circulavam livremente pelos espaços comuns. A organização contou com uma equipe de 10 a 20 funcionários, garantindo acompanhamento das atividades e funcionamento da ocupação.

Para além do aspecto habitacional, a ocupação manteve relações sociais e culturais, recebendo visitas de instituições externas e doações de alimentos, roupas e calçados. A presença de adultos com resistência à participação, crianças receptivas, bem como indivíduos com Deficiência Intelectual, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH (DSM- 5 - TR, 2014), Autismo ou dificuldades de alfabetização, evidenciou a necessidade de práticas socioeducativas e de mediação social adaptadas às demandas diversas do grupo. Assim, a ocupação revelou-se um espaço potencial para o desenvolvimento integral, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo autonomia, inclusão e cidadania.

3. APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

A ocupação estudada, localizada em um bairro da zona norte, configurou-se como um espaço de moradia coletiva destinado a famílias em situação de vulnerabilidade social. Com aproximadamente cinco anos de existência, o local representou um microcosmo que evidenciou os desafios sociais, econômicos e educacionais enfrentados por populações em contextos de precariedade habitacional. A problemática central residiu na tensão entre a necessidade de assegurar condições dignas de habitação e a constante vulnerabilidade dos moradores frente a fatores como déficit educacional, limitações de infraestrutura, desigualdade econômica e ausência de políticas públicas consistentes voltadas ao direito à moradia. Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu artigo 6º, a moradia é reconhecida como direito social fundamental, cabendo ao Estado garantir condições mínimas de dignidade, segurança e acesso a serviços básicos. Nesse contexto, a ocupação atuou como agente mediador, oferecendo não apenas abrigo físico, mas também suporte comunitário, fortalecimento de vínculos e oportunidades de práticas socioeducativas que buscavam promover a autonomia e a inclusão social.

A organização interna do espaço revelou uma dinâmica comunitária estruturada, baseada em normas que orientavam a convivência, incluindo horários de entrada e saída,

participação em mutirões e exigência de frequência escolar para as crianças. Tais regras, ainda que informais, funcionaram como mecanismos de educação coletiva, alinhadas à perspectiva de Freire (1987) sobre a pedagogia da cooperação e a construção coletiva do conhecimento. Ao orientar que as crianças permanecessem regularmente matriculadas e acompanhadas em sua escolarização, a ocupação atuou de maneira preventiva contra a exclusão educacional, reconhecendo a educação como instrumento de emancipação e transformação social.

Além disso, o engajamento de adultos em atividades comunitárias e simbólicas, como o plantio coletivo e dinâmicas de música, teatro e mímicas, evidenciou que práticas socioeducativas não formais contribuíram para consolidar vínculos, fortalecer competências socioemocionais e estimular a participação cidadã, em consonância com os princípios da Psicologia Social Comunitária e da Pedagogia Social. (GRACIANI, 2015).

A vulnerabilidade habitacional, no contexto da ocupação, refletiu um panorama mais amplo de precariedade urbana presente em diversas ocupações populares brasileiras. Estudos indicam que o déficit habitacional não se limita à ausência de moradia, mas envolve condições inadequadas de habitação que impactam diretamente a vida social, educacional e econômica das famílias. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). Dessa forma, a problemática não se restringiu à construção física de casas, mas à criação de ambientes que promovessem dignidade, solidariedade e inclusão social, fortalecendo o protagonismo comunitário.

A legislação brasileira, especialmente a Lei nº 11.124/2005, que regulamenta o direito à regularização fundiária, e a Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), que amplia a concepção de educação para além da escola formal, contribuiu para a necessidade de políticas integradas que reconhecessem ocupações como espaços de produção social e socioeducativa. (BRASIL, 1996: 2005).

Outro aspecto relevante da problemática referiu-se às múltiplas vulnerabilidades individuais e coletivas presentes na ocupação, incluindo dificuldades de alfabetização, deficiências não diagnosticadas e desafios emocionais e comportamentais. A atuação da ocupação revelou-se fundamental ao criar estratégias de acompanhamento, interação e cuidado coletivo, promovendo práticas que integraram o social e o educacional, conforme preconizado por Vygotsky (1998) e Wallon (1995).

As dinâmicas aplicadas, como mímicas, atividades musicais e construção de linhas do tempo simbólicas, evidenciaram que a educação em contextos de vulnerabilidade deve ser concebida de forma ampla, valorizando experiências de vida, relações sociais e processos afetivos, de modo a potencializar a aprendizagem integral e o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Portanto, a problemática identificada na ocupação situou-se na interseção entre precariedade habitacional, desigualdade social e necessidade de práticas socioeducativas que promovessem dignidade, pertencimento e inclusão. O espaço, além de garantir abrigo físico, consolidou-se como território educativo e de resistência comunitária, alinhando-se aos princípios constitucionais de direitos sociais e à pedagogia crítica de Freire (1987), bem como às abordagens histórico-culturais e socialmente mediadas de Vygotsky (1998) e Wallon (1995). Compreender a realidade da ocupação e intervir de maneira planejada e respeitosa constituiu-se, portanto, em desafio e oportunidade para consolidar práticas socioeducativas emancipadoras e fortalecer a coesão comunitária.

4. JUSTIFICATIVA DA PROBLEMÁTICA

A problemática observada na ocupação em estudo justificava-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, os processos de desenvolvimento humano em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Nessas realidades, as interações comunitárias e as práticas pedagógicas assumiam papel essencial na construção coletiva de saberes e no fortalecimento dos vínculos sociais. Sob a ótica do materialismo histórico-dialético de Marx (1978), compreendia-se que as condições sociais, econômicas e históricas moldavam diretamente as experiências dos sujeitos, revelando que a ocupação não se limitava a um espaço de moradia, mas constituía-se como um ambiente de produção de relações socioeducativas e transformações sociais. Assim, toda intervenção necessitava reconhecer esse espaço como um *locus* de mediação social, onde o aprendizado ocorria de forma colaborativa, situada e dialética, articulando vivências passadas, práticas presentes e expectativas de futuro.

A abordagem histórico-cultural de Vygotsky (1998) reforçava tal compreensão ao evidenciar que o desenvolvimento humano era intrinsecamente mediado pelas interações sociais e pelos instrumentos culturais. A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) mostrava-se especialmente pertinente ao contexto da ocupação, ao demonstrar que a cooperação entre pares e o apoio coletivo potencializavam o crescimento cognitivo, emocional e social. Nesse sentido, as práticas socioeducativas vivenciadas pelos participantes tinham caráter transformador, permitindo que crianças, jovens e adultos ampliassem suas capacidades e desenvolvessem aprendizagens significativas, baseadas na troca, na escuta e no engajamento ativo na vida comunitária.

Complementarmente, Wallon (1995) contribuía para a compreensão da dimensão integral do desenvolvimento humano, destacando a indissociabilidade entre emoção, cognição e corporeidade. Em contextos vulneráveis, as emoções desempenhavam papel determinante na aprendizagem, sendo a afetividade um elemento de coesão e pertencimento. Assim, as práticas socioeducativas necessitavam ser sensíveis à subjetividade dos participantes, valorizando a expressão emocional, o diálogo e o acolhimento como estratégias fundamentais para o fortalecimento individual e coletivo. Essa integração entre afetividade e aprendizagem possibilitava o surgimento de laços comunitários sólidos e de uma educação mais humanizada.

Por fim, a pedagogia freiriana fundamentava a intervenção ao propor uma educação crítica, dialógica e libertadora, centrada na valorização das experiências cotidianas e na conscientização dos sujeitos sobre sua realidade. (Freire, 1996). Nesse contexto, o processo socioeducativo extrapolava os limites da escola formal e tornava-se uma prática política e emancipatória, capaz de fomentar a autonomia e a cidadania dos moradores. A convergência entre as perspectivas de Marx (1978), Vygotsky (1998), Wallon (1995) e Freire (1987) conferia robustez teórica ao projeto, articulando dimensões psicológicas, pedagógicas e sociais. Assim, a justificativa da problemática residia na compreensão de que a prática socioeducativa, quando orientada pela reflexão crítica e pela cooperação comunitária, podia atuar como instrumento de transformação social, promoção de direitos e fortalecimento dos vínculos humanos em contextos de vulnerabilidade.

5. DESENVOLVIMENTO E OBJETIVO GERAL DA PROBLEMÁTICA

O desenvolvimento da intervenção realizada na ocupação em estudo fundamentou-se na integração entre práticas pedagógicas, psicologia educacional e mediação social, com o propósito de compreender e potencializar o desenvolvimento humano em sua dimensão integral. Essa proposta emergiu da identificação de uma problemática central: a necessidade de fortalecer os processos de aprendizagem, os vínculos comunitários e as competências socioemocionais entre os moradores.

Para tanto, estruturaram-se estratégias que uniam o pedagógico e o social, amparadas nas contribuições teóricas da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), na articulação entre afetividade e cognição proposta por Wallon (1995) e na pedagogia emancipadora de Freire (1987). Tal abordagem permitiu que a intervenção se configurasse como um processo participativo, dialógico e transformador, voltado ao desenvolvimento da autonomia, do senso de pertencimento e da consciência crítica coletiva.

O objetivo geral da intervenção consistiu em promover práticas socioeducativas e sociais que favorecessem a aprendizagem colaborativa, o desenvolvimento integral dos participantes e o fortalecimento dos laços comunitários, contribuindo assim para a transformação social em contextos de vulnerabilidade. Esse propósito sintetizava a proposta de ação, articulando teoria e prática de forma coerente com os princípios da educação popular e da psicologia social comunitária. Buscou-se, portanto, criar experiências socioeducativas significativas, inclusivas e emancipadoras, que respeitassem a diversidade de idades, histórias de vida e necessidades individuais dos moradores, reconhecendo cada participante como sujeito ativo do processo de aprendizagem e transformação social.

Para a concretização desse objetivo geral, delinearam-se três metas específicas. A primeira consistiu em desenvolver atividades pedagógicas e lúdicas que estimulassem a cooperação, a criatividade e a expressão individual, de modo a favorecer o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos participantes. A segunda buscou fortalecer os vínculos comunitários e incentivar a participação coletiva, criando espaços de escuta, diálogo e partilha de experiências nos quais as interações sociais funcionassem como mediadoras da aprendizagem e da convivência solidária. Por fim, a terceira meta propôs integrar conhecimentos teóricos e práticos nas ações socioeducativas, possibilitando que os moradores reconhecessem seus saberes cotidianos, ampliassem suas competências e se tornassem protagonistas de suas próprias trajetórias, em consonância com os princípios da Pedagogia Social e da Psicologia Comunitária. (GRACIANI, 2015).

Dessa forma, o desenvolvimento da intervenção procurou articular práticas pedagógicas e estratégias de mediação social capazes de responder às vulnerabilidades presentes no contexto, promovendo a inclusão, o aprendizado integral e o fortalecimento da comunidade. A experiência demonstrou que a combinação entre teoria e prática socioeducativa produzia resultados significativos não apenas no campo do conhecimento, mas também na consolidação de valores como solidariedade, respeito e cidadania crítica. Assim, o espaço comunitário transformou-se em um verdadeiro território socioeducativo, no qual a educação foi compreendida como instrumento de emancipação e transformação social.

6. FUNDAMENTOS DA INTERVENÇÃO REALIZADA NA OCUPAÇÃO

A pesquisa bibliográfica que fundamentou esta intervenção contemplou obras e estudos voltados à educação em contextos de vulnerabilidade social, à moradia popular e às ocupações urbanas, ampliando a compreensão teórica sobre práticas educativas contextualizadas e socialmente situadas. Souza (2017) destacou que as ocupações urbanas não devem ser compreendidas apenas como espaços de habitação precária, mas como territórios de produção de saberes e de sociabilidades, nos quais o aprendizado informal e comunitário assume papel essencial na construção de vínculos e identidades coletivas. Essa perspectiva reforçou a necessidade de reconhecer o espaço da ocupação analisada como um ambiente socioeducativo, no qual a ação pedagógica deveria integrar aprendizagem, convivência e fortalecimento de relações sociais, favorecendo a formação integral dos sujeitos.

Libâneo (2008) ressalta que a prática socioeducativa em contextos socialmente vulneráveis precisava estar ancorada em metodologias participativas, dialógicas e integradoras, que respeitassem a pluralidade das experiências e trajetórias dos indivíduos. Essas abordagens priorizavam o conhecimento construído coletivamente e evidenciavam a relação intrínseca entre educação, cidadania e transformação social. Nesse sentido, atividades como rodas de conversa, dinâmicas de grupo, plantios coletivos e ações comunitárias mostraram-se estratégicas para o estímulo à cooperação, à criatividade e à responsabilidade compartilhada, fortalecendo o engajamento e o sentimento de pertencimento entre os moradores.

Estudos recentes sobre vulnerabilidade social e processos socioeducativos, como os de Cavalcante (2019) e Mendonça (2020), apontaram que crianças e adolescentes residentes em ocupações urbanas enfrentavam múltiplos desafios relacionados à desigualdade habitacional, econômica e cultural. A literatura analisada indicou que intervenções pedagógicas eficazes deveriam integrar dimensões cognitivas, afetivas e sociais, de modo a promover inclusão, acolhimento e desenvolvimento humano em sua totalidade. As práticas socioeducativas mediadas pelo diálogo e pela participação ativa revelaram-se fundamentais para o fortalecimento da autonomia e da consciência crítica, permitindo que os sujeitos se percebessem como agentes de transformação em seus próprios contextos.

Por fim, os referenciais bibliográficos utilizados incorporaram as contribuições da Psicologia Social Comunitária e da Pedagogia Social, especialmente a partir de autores como Cunha (2018) e Graciani (2015), que enfatizaram a relevância da construção coletiva do saber e das práticas socioeducativas enquanto instrumento de transformação social. Essas bases teóricas sustentaram a intervenção realizada, orientando a articulação entre teoria e prática e assegurando que a ação pedagógica desenvolvida fosse crítica, participativa e voltada ao fortalecimento comunitário. Dessa forma, a revisão bibliográfica consolidou o entendimento de que a educação, quando integrada à realidade social dos sujeitos, pode constituir-se como um meio potente de emancipação e de promoção da aprendizagem integral.

7. METODOLOGIA

A metodologia adotada na intervenção caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, de natureza crítica e fundamentada na pesquisa-ação, tendo como propósito a transformação da realidade social e socioeducativa vivenciada pelos moradores da ocupação estudada. Essa opção metodológica permitiu que o processo investigativo se desenvolvesse de forma integrada à prática, articulando teoria e ação em um movimento contínuo de reflexão e transformação. (THIOLLENT, 2025).

A pesquisa-ação possibilita a construção coletiva do conhecimento, ao mesmo tempo em que promove mudanças concretas no contexto analisado. Dessa forma, a investigação não se limitou à observação da realidade, mas buscou intervir nela de modo colaborativo e dialógico, acompanhando o desenvolvimento dos participantes e os efeitos produzidos pelas experiências socioeducativas. (MINAYO, 2014).

O caráter crítico da pesquisa-ação possibilitou identificar demandas específicas, avaliar os impactos das atividades e reorientar as estratégias de intervenção conforme a evolução do grupo. Tal perspectiva dialética garantiu que as ações pedagógicas respondessem de maneira coerente e sensível às necessidades reais do contexto social e comunitário. Inspirada nas concepções de Freire (1987), a metodologia valorizou o diálogo e a escuta ativa como instrumentos de conscientização e de emancipação, promovendo o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Assim, cada encontro constituiu-se como um espaço de troca, reflexão e aprendizado mútuo, no qual o conhecimento foi construído coletivamente a partir da vivência concreta dos participantes.

As ferramentas metodológicas empregadas centraram-se em práticas pedagógicas participativas, como rodas de conversa, visitas técnicas, dinâmicas em grupo, atividades de plantio coletivo e construções colaborativas. As rodas de conversa favoreceram a expressão e o diálogo horizontal entre os participantes; as dinâmicas estimularam a cooperação, a criatividade e a liderança; e as práticas de plantio e construção coletiva fortaleceram o senso de pertencimento e os vínculos comunitários. Essas estratégias, ao integrarem aspectos cognitivos, afetivos e sociais, alinharam-se à perspectiva histórico-cultural de Vygotsky (1998), à compreensão de Wallon (1995) sobre a indissociabilidade entre emoção e cognição e à pedagogia crítica de Freire (1987), configurando um processo de aprendizagem integral e transformador.

A intervenção foi desenvolvida ao longo de sete encontros, cada um com duração média de uma hora e trinta minutos a duas horas, o que possibilitou um acompanhamento contínuo e progressivo das atividades e do engajamento dos moradores. O planejamento de cada visita considerou a diversidade de idades, trajetórias e necessidades do grupo, buscando promover aprendizagens significativas e fomentar a criação de um espaço socioeducativo coletivo.

Essa metodologia permitiu que o ambiente da ocupação se configurasse como um território de aprendizagem, conforme os princípios da Psicologia Social Comunitária e da Pedagogia Social (GRACIANI, 2015), promovendo a autonomia, o fortalecimento comunitário e o exercício da cidadania crítica como dimensões fundamentais da prática socioeducativa.

8. CRONOGRAMA

O cronograma da intervenção foi elaborado de forma a garantir o acompanhamento contínuo, a coerência metodológica e a integração entre as dimensões teórica e prática do estágio supervisionado. A primeira etapa, dedicada ao diagnóstico situacional e à observação inicial, foi realizada no mês de agosto, possibilitando a compreensão aprofundada do contexto social e educativo da comunidade atendida. Nesse momento, foram observadas as dinâmicas de convivência, as demandas socioeducativas e os recursos coletivos disponíveis, constituindo a base para a definição das estratégias pedagógicas adotadas nas etapas subsequentes.

A seguir, apresentaremos uma tabela do planejamento das ações realizadas no estágio na ocupação, desenvolvidas entre agosto e novembro de 2025.

TABELA 1 – CRONOGRAMA DAS INTERVENÇÕES

Etapa	Período	Responsáveis
Diagnóstico situacional e observação inicial	Agosto	Estagiários e supervisora
Rodas de conversa e atividades pedagógicas	Agosto a outubro	Estagiários e moradores
Levantamento dos resultados obtidos e supervisão	Agosto a outubro	Estagiários e supervisora
Apresentação dos resultados consolidados à instituição	Outubro	Estagiários e instituição
Visita final	Outubro	Estagiários, moradores e instituição
Entrega dos relatórios e encerramento	Novembro	Estagiários e supervisora

(Fonte: Elaboração dos autores, 2025).

Entre os meses de agosto e outubro, desenvolveram-se as atividades centrais da intervenção, incluindo rodas de conversa, dinâmicas participativas e práticas pedagógicas voltadas à promoção do diálogo, da cooperação e do senso de pertencimento comunitário. A execução dessas ações envolveu tanto os estagiários quanto os moradores, fortalecendo o caráter colaborativo da proposta. Paralelamente, foram conduzidos o acompanhamento sistemático e a supervisão das práticas, assegurando a coerência entre os objetivos da intervenção e as necessidades observadas no campo.

Nos meses de outubro e novembro, procedeu-se à consolidação dos resultados, com a análise qualitativa das experiências vivenciadas e a devolutiva à instituição parceira. A visita final e a entrega dos relatórios constituíram momentos de fechamento e avaliação global da intervenção, nos quais se destacaram os avanços na integração comunitária e na promoção de aprendizagens significativas. Essa estrutura temporal, planejada de forma progressiva e reflexiva, favoreceu o desenvolvimento de um processo socioeducativo transformador, em consonância com os princípios da pesquisa-ação crítica e com as bases teóricas da Psicologia Social Comunitária e da Pedagogia Social. (GRACIANI, 2015).

9. RECURSOS NECESSÁRIOS

Para a execução da intervenção comunitária, foram mobilizados recursos materiais e humanos que viabilizaram o desenvolvimento das atividades pedagógicas e sociais planejadas. No âmbito material, destacaram-se os instrumentos utilizados nas dinâmicas

em grupo, como bolas, cordas, barbantes e materiais de arte, que favoreceram o engajamento dos participantes e estimularam a expressão criativa e coletiva.

Também foram empregados itens destinados ao plantio comunitário, como vasos, sementes e ferramentas de jardinagem, os quais possibilitaram a vivência prática de valores como cooperação, cuidado ambiental e senso de pertencimento. Além disso, recursos de registro, como cadernos de campo, fichas de observação e câmeras fotográficas, foram empregados para documentar o processo e subsidiar análises posteriores, assegurando a sistematização das experiências e reflexões produzidas.

A logística de transporte e armazenamento dos materiais foi cuidadosamente planejada, garantindo a organização das etapas e o bom andamento das atividades em campo. Essa estrutura operacional contribuiu para a fluidez das ações e para a continuidade das práticas socioeducativas, evitando interrupções e promovendo um ambiente favorável à participação comunitária.

No que se refere aos recursos humanos, a equipe de estagiários desempenhou papel central na coordenação, execução e avaliação das atividades, assumindo também a responsabilidade pelos custos de deslocamento e aquisição de materiais, o que reforçou o compromisso ético e formativo com a prática social.

A supervisão acadêmica assegurou a orientação metodológica e a coerência teórica das intervenções, acompanhando o processo de adaptação das estratégias às especificidades do grupo atendido. Por sua vez, a participação ativa dos moradores foi essencial para o êxito das ações, uma vez que atuaram como coautores na construção das práticas e na consolidação de vínculos comunitários.

Essa articulação entre recursos materiais, humanos e pedagógicos refletiu os princípios defendidos por Freire (1987), Vygotsky (1998) e Graciani (2015), segundo os quais o processo socioeducativo deve ser construído de forma coletiva, dialógica e transformadora, valorizando os saberes locais e promovendo o desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos.

10. RESULTADOS ESPERADOS

A intervenção comunitária tinha como propósito consolidar práticas socioeducativas voltadas ao desenvolvimento integral dos participantes, articulando dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Esperava-se que, por meio das atividades planejadas, fossem ampliadas as competências socioemocionais de crianças, adolescentes e adultos, como cooperação, empatia, criatividade e senso de responsabilidade coletiva. As dinâmicas em grupo, o plantio coletivo e as rodas de conversa seriam instrumentos fundamentais para a vivência de experiências de pertencimento e para o fortalecimento dos vínculos comunitários, promovendo o aprendizado compartilhado e significativo, conforme os pressupostos de Wallon (1995) e Vygotsky (1998).

Havia também a previsão da ampliação da participação cidadã, estimulando os moradores a se engajarem ativamente nas decisões e ações voltadas ao fortalecimento da vida coletiva. Ao reconhecer e valorizar os saberes cotidianos e as experiências locais, cada sujeito poderia atuar como coautor de um processo socioeducativo emancipador, em consonância com a pedagogia crítica de Freire (1987) e com as práticas participativas defendidas por Graciani (2015). Essa perspectiva permitia conceber a comunidade como

território socioeducativo, de resistência e de produção de saberes, reafirmando o papel da educação como instrumento de transformação social.

Outro resultado esperado se refere a respeito da promoção da aprendizagem formal e informal, com o intuito de prevenir a exclusão educacional e estimular estratégias de acompanhamento escolar. Ao integrar elementos lúdicos e pedagógicos nas atividades, previa-se que crianças e adolescentes desenvolvessem habilidades cognitivas e socioemocionais complementares à formação escolar tradicional, favorecendo o desenvolvimento integral e a autonomia.

Por fim, esperava-se que a prática socioeducativa contribuísse para o fortalecimento de uma cultura comunitária baseada na solidariedade, na cooperação e no cuidado mútuo. O registro sistemático das ações e o acompanhamento contínuo das atividades deveriam permitir uma avaliação crítica do processo, subsidiando futuras intervenções e potencializando o protagonismo local. Dessa forma, a intervenção se configurava como um movimento formativo e transformador, comprometido com a construção de bases duradouras para a aprendizagem e para o fortalecimento das relações sociais na comunidade. (GRACIANI, 2015; FREIRE, 1987).

11. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

A análise do estágio desenvolvido em uma ocupação urbana de moradia revelou um percurso formativo e transformador, tanto para os estudantes quanto para os participantes da comunidade. As sete visitas realizadas possibilitaram uma compreensão aprofundada das dimensões sociais, socioeducativas e afetivas presentes naquele contexto, em consonância com os objetivos delineados no projeto de intervenção.

Desde o início, buscou-se consolidar o espaço como um território socioeducativo, no qual o diálogo, a escuta e a cooperação constituíssem instrumentos de desenvolvimento humano e comunitário. A atuação fundamentou-se em princípios da psicologia educacional e da pedagogia social, priorizando o protagonismo dos sujeitos e a aprendizagem significativa. Conforme defende Freire (1987), o processo socioeducativo deveria ser construído de forma dialógica, partindo da experiência de vida dos participantes como base para a transformação coletiva.

A primeira visita teve caráter diagnóstico e foi voltada à observação e ao reconhecimento do campo. O objetivo principal consistiu em compreender a estrutura organizacional, as normas de convivência e as demandas emergentes da comunidade, além de iniciar a construção de vínculos de confiança entre os estagiários e os moradores. Essa etapa permitiu perceber que a ocupação não se restringia à função habitacional, mas configurava-se como um espaço de convivência, solidariedade e aprendizado coletivo. Tal realidade dialogava com o princípio do direito à moradia previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu artigo 6º, que a reconhece como condição essencial para a dignidade humana. Assim, o estágio revelou que a habitação ultrapassava o abrigo físico, constituindo-se em um território de pertencimento e cidadania.

Na segunda visita, realizou-se a atividade de plantio coletivo, que simbolizava o cuidado, a esperança e o enraizamento comunitário. O ato de plantar em conjunto representou a construção coletiva da vida social, na qual cada morador colaborava para o crescimento do grupo. Crianças, adolescentes, jovens e adultos participaram de modo cooperativo, fortalecendo vínculos afetivos e o sentimento de pertença. Essa vivência refletiu a

concepção de Vygotsky (1998), que compreende o desenvolvimento humano como resultado das interações sociais mediadas pela cultura. Assim, o plantio coletivo materializou o potencial educativo das relações comunitárias, articulando aprendizado, convivência e solidariedade.

O terceiro encontro foi dedicado a dinâmicas de música e mímicas, que favoreceram a integração, a criatividade e a expressão emocional. O envolvimento dos participantes permitiu observar o fortalecimento das relações interpessoais e o desenvolvimento de competências comunicativas, especialmente entre as crianças. A ludicidade presente nas atividades despertou empatia e autoconfiança, reafirmando a importância do componente afetivo na aprendizagem. Para Wallon (1995), a emoção constitui elemento central no desenvolvimento humano, pois conecta o sujeito ao outro e favorece o amadurecimento cognitivo e social. Assim, as atividades artísticas mostraram-se instrumentos eficazes na construção de vínculos e no estímulo à expressão individual e coletiva.

Durante a quarta visita, realizou-se a construção simbólica de uma linha do tempo com o uso de barbantes, representando aprendizados passados e projetos futuros. A atividade promoveu a escuta ativa e a valorização das trajetórias pessoais, criando um espaço de reconhecimento e pertencimento entre gerações. Esse exercício de memória coletiva reforçou o papel das práticas socioeducativas na promoção do diálogo intergeracional, conforme defende Graciani (2015), para quem a Pedagogia Social deve articular a construção coletiva de saberes e o fortalecimento comunitário. A dinâmica, portanto, possibilitou o reconhecimento das histórias individuais como parte de um processo coletivo de resistência e crescimento.

Na quinta visita, as dinâmicas tiveram como foco a comunicação e a cooperação, por meio de atividades de adivinhação e da criação de uma narrativa conjunta. Essas práticas estimularam a escuta, a empatia e a clareza na expressão de ideias, promovendo a interação entre diferentes faixas etárias. Essa abordagem está alinhada a Libâneo (2008), que defende metodologias participativas e dialógicas como elementos essenciais para a formação de sujeitos críticos. O diálogo foi ressignificado como ferramenta de aprendizagem e convivência solidária, consolidando o espaço como ambiente de respeito mútuo e de construção de saberes compartilhados.

A sexta visita foi marcada pela realização de um “mutirão de estudos”, no qual crianças e adolescentes colaboraram entre si na resolução de tarefas escolares. Essa prática evidenciou a potência da aprendizagem cooperativa e da educação informal em contextos de vulnerabilidade social. As interações observadas demonstraram que o apoio mútuo entre pares constitui estratégia eficaz para o fortalecimento do processo socioeducativo. Mendonça (2020) destaca a importância de práticas pedagógicas que integrem solidariedade e inclusão, especialmente em ambientes populares. Dessa forma, o “mutirão” contribuiu para o estímulo à autonomia e à responsabilidade compartilhada no aprendizado.

O sétimo encontro marcou o encerramento das atividades e foi conduzido de forma simbólica e reflexiva, com a confecção de uma árvore representando os frutos das experiências vividas. O momento foi permeado por manifestações artísticas e afetivas, consolidando o sentimento de pertencimento e continuidade do grupo. Conforme Cunha (2018), a psicologia social comunitária deve promover o fortalecimento das redes de apoio e a valorização das relações humanas como instrumento de transformação social. A última visita, portanto, reafirmou o vínculo entre educação, afetividade e construção coletiva.

Em síntese, o desenvolvimento do estágio demonstrou a relevância das práticas socioeducativas participativas como estratégia de promoção da cidadania e da transformação social. A vivência em campo possibilitou compreender que, mesmo diante da vulnerabilidade, a comunidade se constitui como espaço de resistência, aprendizagem e solidariedade.

De acordo com Cavalcante (2019), a educação em contextos populares precisa integrar dimensões cognitivas, afetivas e sociais para garantir o desenvolvimento integral. Assim, o estágio consolidou-se como um processo formativo que aliou teoria e prática, reafirmando a potência da educação como instrumento de emancipação e mudança social.

12. RESULTADOS OBTIDOS E DEVOLUTIVA

Os resultados obtidos com a intervenção comunitária evidenciaram impactos significativos tanto na dimensão individual quanto coletiva dos participantes. As atividades realizadas ao longo das visitas favoreceram o fortalecimento de vínculos afetivos e a consolidação de práticas colaborativas, confirmando as expectativas delineadas no início do estágio.

Observou-se que as dinâmicas em grupo, o plantio coletivo e as rodas de conversa proporcionaram um espaço de convivência e aprendizado mútuo, no qual crianças, adolescentes e adultos puderam desenvolver competências socioemocionais como empatia, cooperação e responsabilidade compartilhada. Essa experiência reforçou os princípios defendidos por Wallon (1995) e Vygotsky (1998), que destacam a importância das interações sociais e afetivas como mediadoras do desenvolvimento humano.

Além disso, foi constatado um avanço expressivo na participação cidadã e no engajamento coletivo. Os moradores passaram a envolver-se de maneira mais ativa nas decisões referentes ao cotidiano da comunidade, demonstrando um fortalecimento do senso de pertencimento e de identidade coletiva. As atividades socioeducativas, fundamentadas nos pressupostos freireanos de diálogo e emancipação (FREIRE, 1987), estimularam a valorização dos saberes locais e o reconhecimento do protagonismo comunitário como base para a transformação social. Esse processo traduziu-se em maior coesão entre os grupos, no incentivo à solidariedade e na ampliação do entendimento sobre a importância da educação como ferramenta de resistência e inclusão social, conforme defendido por Graciani (2015).

A devolutiva das ações junto à comunidade ocorreu de forma participativa e dialógica, consolidando a intervenção como um movimento de troca e aprendizado coletivo. Por meio da apresentação dos resultados e do compartilhamento das vivências, buscou-se reafirmar o compromisso ético e social do projeto, valorizando as conquistas alcançadas e reconhecendo os desafios ainda presentes.

O retorno das atividades revelou que a intervenção não apenas promoveu mudanças imediatas, mas também contribuiu para a construção de uma base sólida de convivência e desenvolvimento contínuo. Em consonância com os princípios da Pedagogia Social e da Psicologia Comunitária (GRACIANI, 2015; CUNHA, 2018), os resultados obtidos demonstraram que práticas socioeducativas colaborativas são capazes de fortalecer os laços comunitários, promover a autonomia dos sujeitos e sustentar processos duradouros de transformação social.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral refletir sobre as práticas socioeducativas e psicossociais desenvolvidas no contexto de uma ocupação urbana, analisando seus impactos no desenvolvimento integral dos participantes e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Em relação aos objetivos específicos, foi possível perceber que as dinâmicas sociais presentes no território favoreceram a construção coletiva de saberes, que as intervenções pedagógicas contribuíram significativamente para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos moradores, e que a educação não formal se consolidou como instrumento relevante de inclusão, autonomia e exercício da cidadania.

A metodologia qualitativa adotada mostrou-se eficaz para compreender a complexidade das relações sociais estabelecidas no contexto investigado, permitindo captar significados, experiências e transformações vivenciadas pelos sujeitos. Na perspectiva de Minayo (2014), as representações sociais constituem elementos fundamentais para interpretar a realidade, contribuindo para uma leitura mais sensível e aprofundada dos fenômenos sociais.

A abordagem da pesquisa-ação possibilitou não apenas a análise, mas também a intervenção direta na realidade estudada. Para Thiollent (2025), as intervenções diante dos fenômenos na realidade permitem, por um lado, a ampliação de um olhar sobre as demandas da população brasileira, e por outro, contribuem para as transformações na ótica da compreensão humana frente aos diversos saberes, incluindo os desafios do entendimento da Psicologia Social, da Pedagogia Social Crítica e da iniciativa do coletivo da ocupação.

Quanto à discussão dos dados, destacou-se que as práticas socioeducativas implementadas favoreceram a participação ativa dos moradores, estimularam a cooperação e fortaleceram o sentimento de pertencimento. Os resultados da experiência vivida apontaram avanços significativos na consolidação de vínculos comunitários, no engajamento coletivo e na valorização dos saberes cotidianos. Evidenciou-se que o espaço da ocupação ultrapassou sua função habitacional, configurando-se como território educativo, no qual a integração entre dimensões cognitivas, afetivas e sociais promoveu aprendizagens significativas e processos de transformação social.

Gramsci (1999) ressalta a importância da integração entre o saber e o fazer, o que se confirmou ao longo da intervenção realizada, evidenciando a relevância de uma formação articulada entre teoria e prática. Essa integração contribui para o enfrentamento dos desafios sociais contemporâneos e para a construção de uma prática cidadã comprometida com transformações pessoais e coletivas. Nesse sentido, a experiência desenvolvida na ocupação demonstrou que a educação, quando contextualizada e participativa, promove não apenas conhecimento, mas também consciência crítica e engajamento social.

Concluir este percurso formativo revelou-se uma oportunidade singular de vivenciar o potencial transformador da Psicologia em contextos comunitários. A experiência na ocupação demonstrou que a prática socioeducativa e social, quando articulada à escuta, à cooperação e ao cuidado, contribui efetivamente para o fortalecimento dos vínculos humanos e para a promoção da autonomia dos participantes. Cada atividade realizada, cada diálogo estabelecido e cada gesto de colaboração evidenciaram que o conhecimento psicológico adquire pleno sentido quando aplicado à realidade concreta das pessoas, ampliando a compreensão sobre a importância da inclusão, da solidariedade e do pertencimento comunitário.

Agradecemos profundamente à instituição gestora da ocupação pela confiança e pelo acolhimento, permitindo que o estágio se desenvolvesse em um ambiente de aprendizado e ação coletiva. À Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, reconhecemos o papel fundamental na formação acadêmica, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos que viabilizaram a intervenção. À Psicologia, agradecemos por proporcionar ferramentas que possibilitam compreender e intervir nas relações humanas de forma ética, crítica e empática, e aos psicólogos, pelo exemplo de comprometimento social e dedicação ao cuidado, que orienta a prática profissional.

Por fim, registramos nossa gratidão à orientadora do artigo Juliana Santos Graciani pelo suporte acadêmico e pelas orientações que contribuíram para a organização e reflexão sobre o estágio. Esta experiência consolidou a compreensão de que intervenções socioeducativas e comunitárias, fundamentadas em princípios de participação e diálogo, podem gerar impactos duradouros, promovendo desenvolvimento integral, coesão social e aprendizado coletivo. O estágio reafirmou que o encontro entre teoria e prática é essencial para construir caminhos de transformação e cidadania.

REFERÊNCIAS

[1] ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

[2] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidente da República, 1988.

[3] _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

[4] _____. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre a regularização fundiária em áreas urbanas**. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

[5] CAVALCANTE, M. **Vulnerabilidade Social e Educação em Ocupações Urbanas**. 1ª ed. Recife: UFPE, 2019.

[6] CUNHA, L. **Psicologia Social Comunitária: fundamentos e práticas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

[7] FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 30ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

[8] _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

[9] GRACIANI, J. **A Prática Educativa à Luz da Pedagogia Social e da Psicologia Social Comunitária: estudo do Programa Integração AABB Comunidade**. São Paulo: PUCSP/ Programa de Estudos Pós- Graduados em Psicologia Social, 2015.

[10] GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

[11] JOÃO PINHEIRO, Fundação. **Déficit Habitacional no Brasil: análise de impactos sociais e econômicos**. 1ª ed. Belo Horizonte: FJP, 2021.

[12] LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

[13] MARX, K. **Obras Escolhidas**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

[14] MENDONÇA, R. **Educação e Vulnerabilidade Social: estratégias pedagógicas**

em contextos populares. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 2020.

[15] MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

[16] THIOLLENT, MICHEL. Metodologia da Pesquisa-ação. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2025.

[17] SOUZA, M. A. **Ocupações Urbanas e Territórios de Aprendizagem**. 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

[18] VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

[19] WALLON, H. **Psicologia e Educação da Criança**. 6ª ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

Autores

AUTORES

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

ANNA CAROLINA AUGUSTO PEREIRA

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

EDSON SILVA DE FARIAS

Pesquisador do CNPq. Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense (1989) e mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1995), com doutorado em Ciências Sociais pela mesma instituição (2001). Pós-doutoramento pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2023), onde atuou como professor convidado, e pelo Colégio de México, onde esteve como pesquisador visitante (2012). Professor associado do Programa de Pós-Graduação em Memória: Sociedade e Linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica e Sociologia da Cultura. Pesquisa audiovisual, cultura popular de massas, memória, economia simbólica,consumo cultural e formação de subjetividades artísticas.Coordena o Comitê de Pesquisa em Sociologia da Cultura da Sociedade Brasileira de Sociologia. Membro do Comitê de Patrimônio e Cultura Brasileira da ANPOCS. Coordenou a equipe responsável pela pesquisa e pelo dossiê que subsidiaram o reconhecimento do Complexo Cultural do Boi-Bumbá Amazônico como patrimônio cultural do Brasil, pelo IPHAN. Autor dos livros: Percursos de pesquisa em cultura, memória e desenvolvimento (2025); Durações e redes de fluxos no cenário cultural contemporâneo (mercados, memória e consumo) (2019); Arte e cultura nas ciências sociais (2019); Retas que prosseguem em curvas: Tensões nos usos do contexto metropolitano brasiliense (2018); Faces contemporâneas da cultura popular (2017); Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil (2011); Práticas culturais nos fluxos e redes da sociedade de consumidores (2010); O mesmo e o diverso: olhares sobre cultura, memória e desenvolvimento (2009); O desfile e a cidade: o carnaval-espetáculo carioca (2006). Lidera o Grupo de Pesquisa em Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD www.culturaememoria.com.br). Editor da revista Arquivos CMD (http://www.culturaememoria.com.br/revista/index.php/cmd). Editor do selo SOL.

FABIO BIASOTTO FEITOSA

Psicólogo graduado pela Universidade Estadual Paulista-UNESP/Assis-SP (2000), com Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental (2025) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS/Porto Alegre-RS. Mestre (2003) e Doutor (2007) em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCar/São Carlos-SP, com estudos no campo do Treinamento de Habilidades Sociais-THS. Cumpriu período de Doutorado sanduíche pela CAPES na Universidade Técnica de Lisboa-UTL/Lisboa-Portugal (2006), com ênfase em Comportamento, desenvolvimento cognitivo e saúde. Professor Titular (2025) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR/Porto Velho-RO (2009), com Pós-Doutorado em Tratamento e Prevenção Psicológica pela CAPES na University College London-UCL/Londres-Reino Unido (2015). Leciona na área da Avaliação Psicológica, com formação complementar diversa: Especialização em Tecnologia Java (2021) pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR/Curitiba-PR, tendo experiência em desenvolvimento de aplicativos de avaliação na saúde mental; Training Course for Interpersonal Psychotherapy (2011) pela Leicestershire Partnership-NHS Trust/Leicester-Inglaterra, tendo experiência em avaliação da depressão na perspectiva interpessoal. Fundador e líder do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Relações Interpessoais e Saúde-LARIS (2010), credenciado pelo CNPq. É orientador de atendimentos psicológicos clínicos e comunitários com o Treinamento de Habilidades Sociais (THS) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC). É autor do livro ''Gerenciamento do Estresse - Um Guia Prático'' (São Paulo:

AUTORES

Giostri, 2023). Tema atual de pesquisa: Habilidades sociais e gerenciamento do estresse no empoderamento de autistas adultos.

IVAN TARGINO MOREIRA

Doutor em Economia pela Sobornne, Paris- França, Professor emérito da Universidade Federal da Paraíba

KAMILLI EMILLI JULIATTI DA SILVA

Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Brasil

PRISCILA SANTOS DA GLÓRIA

Possui graduação em Historia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2007) e mestrado em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (2011). Atualmente é professora assistente da Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII, Eunápolis, atuando nas áreas de História do Brasil, Cultura Documental e Patrimonial, Laboratório do Ensino de História, e Estágio Curricular Supervisionado. Coordena o Laboratório Virtual de História UNEB/XVIII. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando nos seguintes temas: cidade, memória, trajetórias, educação patrimonial, e ensino de história local e regional. Atualmente realiza doutoramento em Memória, Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

ROMULO LUIZ SILVA PANTA

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba, Professor

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson